

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL COM INVERSÃO DE FASES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026
(Processo Administrativo nº 2873/2026)

A Prefeitura Municipal de BARREIRAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através do seu Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, com o regime de empreitada por preço global e critério de julgamento **MAIOR DESCONTO NO PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA E RURAL, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h10min do dia 12/06/2026;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação-INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Pregoeiro (a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “LICITANET”, da LICITANET, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://portal.licitanet.com.br/> no menu ajuda/manuais ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante,

excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual- MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu (s) anexo (s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades na gestão da obra, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio na presente concorrência.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#);

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1. o participante poderá participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Barreiras/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Barreiras/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do (a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O (A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11 O (A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluía a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DA INVERSÃO DE FASES - HABILITAÇÃO

5.1 A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, §1º da NLLC, DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTA CERTAME.

5.2. A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

5.3. O presente procedimento, fundamenta-se ainda, com base na justificativa emitida pela Secretaria requisitante, anexa aos autos.

6. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

6.1.Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

6.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

6.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

6.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação;

6.2.2. A conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

6.2.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.4 A falsidade da declaração de que trata o item 6.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

6.7.1. Informar o preço unitário do(s) lote (s), para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

6.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

6.7.2. Evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

6.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

6.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 6.8.1;

6.8.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

6.9. Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

6.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

6.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6.12.Não Aplicação do Tratamento Diferenciado (Art. 49, II, LC 123/06)

6.12.1. Manifesta-se pela não aplicação da reserva de cotas de 25% para ME/EPP, prevista no Art. 48 da LC 123/06. A natureza dos serviços de recomposição asfáltica exige unidade logística e operacional, onde a fragmentação do objeto em diferentes empresas comprometeria a padronização técnica da massa asfáltica (CBUQ Faixa C) e a agilidade na execução das frentes de serviço, caracterizando prejuízo ao conjunto do objeto.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço assinada de forma eletrônica, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.1.1. Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Ao final do certame, deverá o licitante vencedor atualizar a proposta com os descontos ofertados de forma homogênea, mantendo-se a proporção de desconto para cada item, a fim de evitar jogo de planilhas.

7.6.Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

8.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4. Os lances formulados deverão indicar o **MAIOR DESCONTO NO PREÇO GLOBAL**.

8.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá

tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

8.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

8.9. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.10. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

8.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.

8.12. Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**.

8.12.1 A disputa será aberta com duração de 15 (quinze) minutos.

8.12.2. Encerrado o prazo previsto no item 8.12.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.12.3. Encerrado o prazo previsto no item 8.12.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

8.12.3.1. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 8.12.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.13. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.12.1; 8.12.2 e 8.12.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.14. No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

9.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

9.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

10. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1. Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

10.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 10.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.1.4. O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

11.2. A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

11.2.1. No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

11.2.2. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

11.2.3. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

11.2.4. Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

11.2.5. Em obediência ao Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo (a) Pregoeiro (a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação).

11.2.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 7.1 deste edital.

11.2.7. O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO VII, deverá dispor:

11.2.7.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

11.2.7.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total de cada lote cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

11.2.7.3. conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

11.2.7.4. conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

11.2.7.5 conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

11.2.7.6 Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

11.2.7.7 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

11.2.7.8 Conter declaração que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento do produto, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do contrato.

11.2.7.9 Os licitantes deverão enviar a proposta final com planilha de composição de custos unitários em anexo, comprovando a exequibilidade dos valores apresentados.

11.2.7.10 A licitante deverá apresentar em conjunto com a Proposta de Preços, as seguintes declarações:

- a) **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa que **nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do instrumento contratual;
- b) **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Instrumento Contratual**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;
- c) **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;
- d) **DECLARAÇÃO** informando **endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;
- e) **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, informando que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Barreiras.

11.2.7.11. DA GARANTIA DA PROPOSTA

11.2.7.11.1. Das Modalidades de Garantia Admitidas

11.2.7.11.1.1. Tanto para a fase de proposta quanto para a execução contratual, o licitante ou contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades, conforme o Art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

- I. **Títulos da dívida pública:** Desde que emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- II. **Seguro-garantia:** Apólice emitida por seguradora devidamente autorizada pela SUSEP;
- III. **Fiança bancária:** Carta de fiança emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

11.2.7.12. Da Garantia de Proposta (Fase de Licitação)

11.2.7.12.1. Como condição de participação no certame, as licitantes deverão apresentar garantia no valor de **1% (um por cento)** do valor total estimado da contratação, em qualquer uma das modalidades descritas no item 11.2.7.11.1.

11.2.7.12.2. A garantia de proposta será devolvida às licitantes após a homologação do certame, exceto à vencedora, cuja garantia será retida até a prestação da garantia contratual.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

12.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

12.2. Será desclassificada a proposta arrematante que:

12.2.1. Contiver vícios insanáveis;

12.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

12.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

12.4. Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

12.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 12.3.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

12.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12.5.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12.5.6. **Inexequibilidade:** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, conforme o **Art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021**.

12.5.7. **Diligência Técnica:** A Administração realizará diligência para que a licitante demonstre a viabilidade de seus custos, através de planilhas analíticas, caso a proposta apresente indícios de preços simbólicos ou irrisórios que coloquem em risco a execução do contrato (ex: **CAP 50/70 ou Emulsão RR-2C** abaixo do preço de mercado).

13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Em razão da inversão de fases, a sessão será aberta com a verificação dos documentos de habilitação dos proponentes. Decidida a habilitação/inabilitação, haverá prazo de recurso conforme detalhado no item específico deste edital, e só após a conclusão da fase recursal se iniciará a fase de julgamento de propostas.

13.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema.

13.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema.**

13.4. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

13.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

13.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados neste edital.

13.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.7.1 A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Artigo 66, da Lei nº 14.133/21).

13.7.2 Estatuto social ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, com suas alterações ou da consolidação respectiva, registrado na Junta Comercial ou outro órgão competente de acordo com a legislação aplicável, constando o ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

13.7.3 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.7.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.7.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.7.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.7.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.7.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.7.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.7.10 Documento com foto dos sócios da empresa.

13.7.11. **Vedação a Consórcios:** Não será admitida a participação de empresas em consórcio, devido à necessidade de atribuição direta de responsabilidade e à natureza do objeto.

13.8. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

13.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

13.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.9 Qualificação Econômico-Financeira

13.9.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a) O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento extraídos do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial, juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

13.9.2 O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

a) O Balanço Patrimonial disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD deverá ainda acompanhar os seguintes documentos:

1. Balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
2. Termo de abertura e de encerramento;
3. Demonstração do resultado e exercício;
4. Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

13.9.3.No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 (um) deverá apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.

13.9.4.No caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, deverá apresentar Balanço patrimonial e demonstrações contábeis devidamente registrado na Junta Comercial apenas do último exercício.

13.9.5. A comprovação da boa situação Econômico-Financeira da empresa será avaliada pelos seguintes índices, apurados com base no balanço apresentado, os quais deverão vir com os respectivos valores inseridos nas fórmulas abaixo, conforme estabelecido no Art. 69, da Lei No 14.133/2021.

Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,50$

Índice de Endividamento Geral $\leq 0,50$

13.9.5.1 O demonstrativo dos cálculos para obtenção dos índices acima será realizado em conformidade com as fórmulas a seguir:

a) Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

b) Índice de Endividamento Geral

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

13.9.6. As fórmulas em apreço deverão estar aplicadas em memorial de cálculos.

13.9.7. Prova de que possui, até a data da apresentação da proposta deste Edital, Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou item pertinente, comprovado através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social ou Certidão emitida pela Junta Comercial.

13.9.8. Apresentar **Certidão negativa de concordata e falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.

13.9.9. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

13.10. Qualificação Técnica

13.10.1. **Capacidade de Fornecimento Mínima:** A comprovação da capacidade de fornecimento, essencial para a execução em Barreiras-BA, será aferida em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e o **ETP nº 001/2026**.

13.10.2. O licitante deverá comprovar experiência prévia em manutenção asfáltica com aplicação de **CBUQ**, mediante **CAT** e **ART** do profissional responsável.

13.10.3. A empresa deve possuir registro ativo no **CREA** e comprovar experiência técnica em pavimentação, fresagem e tapa-buraco. A comprovação deverá ser de, no mínimo, **50% dos quantitativos** dos serviços de maior relevância (Curva A):

DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	50%
EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (AQUISIÇÃO EM USINA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF_12/2020	m³	4.000,00	2.000,00
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m³	3.200,00	1.600,00

13.10.4. A comprovação técnico-operacional será feita por atestado (s) de capacidade técnica acompanhado (s) da CAT. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome.

13.10.5. A comprovação de cada item poderá ser feita por um único atestado ou pela somatória de atestados distintos de natureza e complexidade semelhantes.

13.10.6. **Experiência Temporal:** Comprovação de capacidade técnico-operacional na prestação de serviços similares ao objeto licitado, por período mínimo de **03 (três) anos**, consecutivos ou não, admitindo-se o somatório de atestados de capacidade técnica, conforme **Art. 67, § 5º da Lei nº 14.133/2021**.

13.10.7. **Justificativa Técnica:** A exigência de experiência temporal mínima de 03 (três) anos justifica-se devido à relevância técnica dos serviços, necessidade de garantir capacidade operacional compatível com o objeto contratado e à necessidade de garantir que a contratada possua **curva de aprendizado consolidada no manejo de misturas asfálticas**, que exigem controle rigoroso de temperatura e compactação, conforme estabelecido no **Estudo Técnico Preliminar (ETP nº 001/2026)**.

14. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Unidade: 03.14.01 - Sec. Mun. De Infraest. Obras, Serviços Públicos e Transporte

End.: Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia - Fone: (77) 3614-7114 – CNPJ nº 13.654.405/0001-95

Página 15 de 132

Projeto/Atividade: 1053 – Pavimentação Requalificação e Urbanização de Vias

Projeto/Atividade: 1058 – Infraestrutura de Apoio ao Transporte e Sinalização Viário

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

15. DOS REQUISITOS E EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.1.2. Por se tratar de serviço de engenharia de natureza contínua e serviço é essenciais para a manutenção da malha viária e segurança pública, a vigência poderá ser prorrogada sucessivamente por períodos iguais ou inferiores, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como serviço contínuo nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

15.1.3. A prorrogação estará condicionada à demonstração da vantajosidade econômica para a Administração, à manutenção das condições de habilitação da contratada e à existência de dotação orçamentária para os exercícios subsequentes.

15.2. LOCAL E CONDIÇÕES DE RETIRADA/RECEBIMENTO

15.2.1. Local de Execução, Recebimento e Condições de Disponibilização

15.2.2. Os serviços serão executados nos logradouros públicos da zona urbana e rural do Município de Barreiras-BA, conforme o cronograma de prioridades definido pela Secretaria de Infraestrutura.

15.2.3. O recebimento dos serviços seguirá o rito do **Art. 140 da Lei nº 14.133/2021**, ocorrendo de forma **Provisória** (em até 15 dias da comunicação de conclusão da OS) para aferição técnica, e **definitiva** (em até 90 dias após o provisório), após a verificação da estabilidade do pavimento sob tráfego.

15.2.4. A aferição dos serviços executados será realizada pela fiscalização, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

15.3. DA GARANTIA E QUALIDADE

15.3.1. A Contratada deverá garantir a integridade dos serviços executados (recapeamento e tapa-buraco) pelo prazo mínimo de **03 (três) meses para tapa-buraco e 1 ano para recapeamento**, respondendo por defeitos decorrentes de falhas na execução ou má qualidade dos insumos (exsudação, desagregação ou trilhas de roda precoces).

15.3.2. Todo o CBUQ aplicado deve atender à **Faixa "C" do DNIT**, com temperatura mínima de chegada na pista de **120°C**. Materiais que não atingirem este padrão serão rejeitados sem ônus ao Município.

15.3.3. A Contratada deverá realizar e apresentar ensaios de laboratório (teor de betume e granulometria) sempre que solicitado pela fiscalização.

15.4. **Requisitos de Execução (Estrutura Física e Operacional)** A licitante vencedora deverá comprovar a disponibilidade da estrutura abaixo no momento da assinatura do contrato (Art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021):

15.4.1. ESTRUTURA FÍSICA (BASE DE APOIO/CANTEIRO): Dispor de base física organizada em local que permita atendimento ágil às demandas de Barreiras-BA, contendo:

15.4.1.1.Instalações Administrativas: Espaço para coordenação técnica e gestão de ordens de serviço.

15.4.1.2.Área de Armazenamento: Local seguro para estoque de insumos (emulsão, agregados) e equipamentos.

15.4.1.3.Segurança e Sinalização: Estrutura para manutenção dos itens de sinalização viária de segurança.

15.4.1.4.ESTRUTURA OPERACIONAL (EQUIPAMENTOS MÍNIMOS): Garantir disponibilidade contínua de:

15.4.1.5.Fresadora de asfalto mecanizada; Caminhão térmico e Caminhão espargidor; Vassoura mecânica; Vibroacabadora de asfalto; Caminhões basculantes; Rolo compactador de chapa vibratório e Rolo de pneus.

15.4.1.6.SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL: * Apresentação de **PGR, PCMSO e LTCAT** com validade vigente.

15.4.1.7.Comprovação de vínculo da equipe mínima e certificados de cursos de **NR 11** (transporte e manuseio de materiais) e **NR 12** (segurança em máquinas e equipamentos).

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

16.1.Do Procedimento de Entrega e Conferência

16.1.1.As Notas Fiscais/Faturas deverão ser entregues ao setor competente do Município para controle e processamento, obrigatoriamente acompanhadas dos Boletins de Medição que contenham o demonstrativo detalhado da execução dos serviços asfálticos, devidamente atestados pela fiscalização da Secretaria de Infraestrutura.

16.1.2. O pagamento será realizado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do protocolo da documentação completa e devidamente atestada no setor competente.

16.2.Critérios de Medição dos Serviços

16.2.1.A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base nos quantitativos efetivamente executados, conforme os itens e preços unitários constantes da planilha orçamentária contratual, acompanhadas obrigatoriamente por:

- Relatório fotográfico do '*antes*' e '*depois*' de cada trecho.
- Croqui de localização e área (m²) ou volume (m³) calculado.

16.2.2.Os serviços serão medidos por unidade de medida pertinente (tonelada, m² ou m³), devidamente aferidos pela fiscalização, acompanhados de boletins de medição, relatórios fotográficos e controle tecnológico.

16.2.3.O pagamento será proporcional aos quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, respeitando os valores unitários da proposta vencedora.

16.3.Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

16.3.1.Para efeito de pagamento, a administração consultará a regularidade da empresa junto ao SICAF. Caso constem documentos vencidos ou a empresa não esteja cadastrada no sistema, deverão ser apresentados os seguintes documentos atualizados:

- I. FGTS: Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecido pela Caixa Econômica Federal (Lei nº 8.036/1990);
- II. Fazenda Estadual e Municipal: Certidões de regularidade do domicílio ou sede da contratada;
- III. Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV. CNDT: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (ou positiva com efeitos de negativa) expedida pela Justiça do Trabalho.

16.4. Das Pendências e Prazos

16.4.1. Havendo alguma pendência impeditiva para a realização do pagamento (erros na nota fiscal, ausência de certidões ou falta de atesto técnico), o prazo será interrompido.

16.4.2. Para fins de contagem, será considerada como data de apresentação da fatura aquela em que ocorrer a efetiva regularização da pendência por parte da contratada, sem ônus financeiro para o Município.

16.5. Da Ordem Cronológica e Retenções

16.5.1. O pagamento observará a estrita ordem cronológica de exigibilidade, conforme o Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

16.5.2. A Administração poderá descontar do pagamento o valor de multas eventualmente aplicadas em decorrência de falhas na execução ou atrasos injustificados no cronograma de obras.

17. DAS OBRIGAÇÕES

17.1. DO CONTRATADO

17.1.1. Mobilizar equipes e maquinário (Vibroacabadora, Rolos, Caminhão Espargidor e Fresadora) no prazo de **10 (dez) dias úteis** após a primeira Ordem de Serviço.

17.1.2. Responsabilizar-se integralmente pela **sinalização de segurança** (cones, placas, barreiras) e isolamento das frentes de trabalho, respondendo civil e criminalmente por acidentes causados por sinalização deficiente.

17.1.3. Manter Engenheiro Residente habilitado (CREA-BA) para acompanhamento dos serviços e emissão das respectivas ARTs de execução.

17.1.4. Realizar a limpeza diária dos locais de intervenção, garantindo que restos de massa asfáltica ou resíduos de fresagem não obstruam o sistema de drenagem pluvial (bocas de lobo).

17.2. DA CONTRATANTE

17.2.1. Emitir as Ordens de Serviço (OS) detalhando o local, o objeto e os quantitativos estimados para cada intervenção.

17.2.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, incluindo o apoio de agentes de trânsito em vias de alto fluxo, quando solicitado formalmente.

17.2.3. Fiscalizar rigorosamente a execução, realizando medições mensais e efetuando os pagamentos conforme as faturas devidamente atestadas.

17.2.4. Notificar formalmente a Contratada sobre quaisquer irregularidades observadas na execução ou na qualidade dos materiais aplicados.

18. DAS PENALIDADES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- iv) **Multa**:
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

18.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

18.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

- 18.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);
- 18.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);
- 18.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

18.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

18.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

19.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

19.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

19.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

20. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

20.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

20.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

20.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

20.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

20.4.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

20.5. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

20.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

20.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada, de forma expressa, pela Administração. Para tanto, a contratada deverá submeter à fiscalização a indicação da(s) empresa(s) a ser(em) subcontratada(s), acompanhada da documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, trabalhista e de sua capacidade técnica compatível com as parcelas a serem executadas, ficando a autorização condicionada à análise e aprovação formal da Administração.

21.2. A subcontratação não exime a contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo como única responsável pela execução integral do objeto, inclusive quanto à qualidade dos serviços, cumprimento dos prazos e atendimento às exigências técnicas estabelecidas, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, além de eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

21.3. Fica expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, especialmente os serviços de fresagem do pavimento e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), os quais deverão ser executados diretamente pela contratada, em razão de sua criticidade para o desempenho, durabilidade e controle tecnológico da obra, assegurando-se, assim, a padronização executiva, a rastreabilidade dos processos e a responsabilidade técnica direta sobre as etapas essenciais.

22. DO REAJUSTE

22.1. Do Reajuste de Preços (Art. 92, §3º da Lei nº 14.133/2021)

22.1.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de apresentação da proposta/orçamento.

22.1.2. O reajuste contratual será concedido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, nos termos do **Art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021**, observando-se:

22.1.2.1. **Periodicidade:** Os preços serão reajustados anualmente, contados a partir da data de apresentação da proposta.

22.1.2.2. **Índice Aplicável:** A variação será calculada com base no **INCC – Índice Nacional da Construção Civil**, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice setorial que venha a substituí-lo, por refletir de forma mais adequada a variação dos custos de serviços de engenharia e pavimentação asfáltica.

22.1.2.3. Na ausência do índice, poderá ser utilizado o SINAPI, SICRO ou outro banco de dados setorial aplicável à pavimentação.

22.2. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

22.2.1. Caso haja elevação significativa e imprevisível dos insumos derivados de petróleo (**CAP e emulsão**), devidamente comprovada por análise técnica e financeira que demonstre o rompimento da equação econômico-financeira original, poderá ser instaurado procedimento administrativo para reequilíbrio, nos termos da legislação vigente.

22.2.2. A solicitação de reequilíbrio deverá ser instruída com notas fiscais de compra, tabelas de preços de fornecedores e demonstração analítica do impacto no custo unitário dos serviços, sendo vedada a concessão de reequilíbrio para variações ordinárias de mercado já cobertas pelo índice de reajuste anual.

23. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.1.A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidor (es) da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, formalmente designado (s), por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Município.

23.2.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme **Art. 115** da referida lei.

23.3.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias registradas mediante apostilamento, conforme **Art. 115, §5º** da Lei nº 14.133/2021.

23.4.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, conforme previsto no **Art. 117** da Lei nº 14.133/2021.

23.5.O fiscal do contrato manterá registro próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as providências necessárias para a regularização de faltas ou defeitos observados, nos termos do **Art. 117, §1º** da Lei nº 14.133/2021.

23.6.O fiscal do contrato deverá informar a seus superiores, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência, conforme **Art. 117, §2º** da Lei nº 14.133/2021.

23.7.O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou das técnicas empregadas, conforme **Art. 119** da Lei nº 14.133/2021.

23.8.O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não sendo essa responsabilidade reduzida ou excluída pela fiscalização ou acompanhamento da Administração, conforme **Art. 120** da Lei nº 14.133/2021.

23.9.O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não sendo transferida à Administração qualquer responsabilidade decorrente de eventual inadimplência, conforme **Art. 121** da Lei nº 14.133/2021.

23.10.As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, podendo, excepcionalmente, ser utilizados meios eletrônicos oficiais quando a natureza do ato assim permitir, garantindo a celeridade nas decisões de campo.

23.11.A Administração poderá convocar representante da contratada sempre que necessário para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em trechos que apresentem riscos à segurança viária.

23.12.Emissão e Controle das Ordens de Serviço (OS)

23.12.1.As solicitações de serviços serão realizadas por meio de Ordem de Serviço, emitida pela fiscalização, devendo conter, no mínimo:

- a) Identificação da unidade solicitante;
- b) Número do processo administrativo, contrato e pregão;
- c) Tipo de serviço solicitado (**Tapa-buraco, Fresagem ou Recomposição Asfáltica**);
- d) Quantitativo estimado (**m² ou toneladas**);
- e) Período/prazo para conclusão;
- f) Local de operação (logradouro em Barreiras-BA);
- g) Justificativa do uso.

23.12.2 **Parágrafo único.** O atendimento às requisições deverá ocorrer de acordo com a disponibilidade contratada e priorização definida pela fiscalização da SEINFRA.

23.13.Designação dos Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA	SUPLENTE	MATRICULA
Gestor do Contrato	Tiago de Carvalho Xavier	67.400	João Araújo de Sateles	53.605
Fiscal de Contrato	Pedro Alves Moreno junior	67.006	Antônio Vitor Araújo Sousa	64.955

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1.Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

27.2.Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

27.3.As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

27.4.Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro

28. FORO

28.1.Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1.Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de referência
Anexo II	Estudo Técnico Preliminar
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo V	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VI	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VII	Modelo de proposta de preço

29.2 – Este Edital contém 132(cento e trinta e duas) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Barreiras/BA, 25 de maio de 2026.

Bruno José Castro
Engenheiro Civil

Secretário de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e transporte

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2.873/2026

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1.O presente Termo de Referência tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA E RURAL, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA.** A contratação visa assegurar a trafegabilidade, a segurança e a integridade da infraestrutura viária municipal, em conformidade com as especificações técnicas e legais aplicáveis.

1.2.O objeto compreende a execução de serviços de engenharia voltados à recuperação funcional do pavimento, incluindo atividades como fresagem de trechos deteriorados, aplicação de revestimento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), pintura de ligação e demais intervenções necessárias à recomposição da estrutura viária.

1.3.A natureza do serviço é comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e normas técnicas do DNIT e ABNT. O objeto **não apresenta natureza heterogênea** nem complexidade técnica elevada, sendo classificado como serviço comum de engenharia, conforme art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.A presente contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, aplicável à contratação de serviços de engenharia, visando assegurar a adequada manutenção da infraestrutura pública municipal e a eficiência na gestão dos ativos públicos.

2.2.A necessidade da contratação está evidenciada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 001/2026, que identificou o processo contínuo de degradação da malha viária urbana e rural do Município de Barreiras, decorrente do tráfego de veículos, da ação de intempéries e do desgaste natural dos pavimentos, comprometendo a segurança dos usuários, a mobilidade urbana e a funcionalidade das vias.

2.3.Verificou-se, ainda, que a ausência de intervenções tempestivas tende a agravar as patologias existentes, elevando significativamente os custos de recuperação futura e podendo ocasionar riscos à segurança viária, prejuízos à mobilidade e potencial responsabilização do Município por danos a terceiros.

2.4.A execução dos serviços de manutenção e recomposição asfáltica é indispensável para a preservação das condições de uso da malha viária, mitigação de riscos à segurança e prevenção da evolução de patologias no pavimento.

2.5.A contratação também se justifica como medida de preservação do patrimônio público, considerando os investimentos já realizados em pavimentação asfáltica, cuja vida útil depende da execução de manutenções periódicas, sob pena de perda prematura do ativo e redução do retorno do investimento público.

2.6.Ademais, verifica-se a inviabilidade de execução direta dos serviços pela Administração, em razão da inexistência de estrutura operacional adequada, incluindo equipamentos, usina de produção de CBUQ e equipe técnica especializada, tornando necessária a contratação de empresa especializada.

2.7.Dessa forma, a contratação visa assegurar a continuidade dos serviços públicos de mobilidade urbana e rural, contribuindo para o adequado deslocamento da população, o escoamento da produção local e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

DO SERVIÇO

3.1.A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução contínua de serviços de manutenção e recomposição da camada de rolamento asfáltica da malha viária urbana e rural do Município.

3.2.A adoção desta solução decorre de análise técnica realizados na fase de planejamento, que apontaram a contratação de empresa especializada como a alternativa mais eficiente sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando a complexidade dos serviços, a necessidade de controle tecnológico e a inexistência de estrutura própria da Administração para execução direta.

3.3.A solução foi estruturada para permitir atuação contínua e adaptável às demandas da malha viária municipal, possibilitando intervenções conforme o nível de degradação e a criticidade das vias, de modo a otimizar a aplicação dos recursos públicos.

3.4.A solução contempla intervenções de natureza corretiva e preventiva, com o objetivo de:

- Restabelecer as condições de trafegabilidade, conforto e segurança;
- Corrigir patologias superficiais do pavimento;
- Impermeabilizar a estrutura existente;
- Prolongar a vida útil da malha viária;
- Reduzir custos futuros com intervenções estruturais.

3.5.Diretrizes Gerais da Solução: A solução será executada em conformidade com normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pelo DNIT e pela ABNT, garantindo padronização, qualidade e desempenho adequado ao tráfego local.

3.6.Ciclo de Vida do Objeto:

- **Vida Útil de Projeto (VUP):** Os serviços de recomposição asfáltica do tipo “tapa-buraco” deverão apresentar durabilidade mínima de 90 (noventa) dias. Já os serviços de recapeamento asfáltico deverão ser executados de modo a garantir vida útil mínima de 1 (um) ano, condicionada ao adequado funcionamento do sistema de drenagem da via.
- **Sustentabilidade:** A contratada deverá observar as seguintes obrigações:
 1. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC) antes do início da primeira Ordem de Serviço.
 2. Realizar a segregação na fonte do material fresado (RAP), transportando-o para o pátio da SEINFRA para fins de reaproveitamento em vias secundárias.
 3. Utilizar equipamentos com manutenção rigorosa para controle de emissão de fumaça preta e ruídos.
 4. Adotar medidas de proteção ao sistema de drenagem (vedação temporária de bocas de lobo) durante a aplicação da pintura de ligação, evitando a contaminação de corpos hídricos."
- **Estratégia de Manutenção:** A atuação preventiva e corretiva sobre patologias iniciais do pavimento evita a evolução para falhas estruturais, contribuindo para a redução do custo global ao longo do ciclo de vida da infraestrutura viária.

3.7.Escopo e Etapas Executivas da Solução:

- **Fresagem Mecanizada a Frio:** Remoção de camadas do pavimento deformadas ou envelhecidas através de processo mecânico, com o objetivo de manter a cota do greide original, evitar o soterramento de meios-fios e sarjetas, e promover a rugosidade necessária para a aderência da nova camada.

- Limpeza e Preparação: Antes de qualquer aplicação asfáltica, a superfície deverá ser limpa por meio de varredura mecânica ou manual e lavagem (se necessário), eliminando poeira, lama ou materiais soltos que prejudiquem a ligação entre camadas.
- Pintura de Ligação (Exclusivamente com RR-2C):
 - o **Material:** Deverá ser utilizada obrigatoriamente emulsão asfáltica catiônica de ruptura rápida, tipo RR-2C.
 - o **Aplicação:** A taxa de espalhamento deve variar entre 0,3 a 0,5 l/m². A aplicação deve ser uniforme, sendo vedada a aplicação manual (regadores), exceto em remendos de pequena escala onde o caminhão espargidor não tenha acesso.
 - o **Cura:** O CBUQ só poderá ser aplicado após o término da ruptura da emulsão (mudança da cor marrom para preto e evaporação da água), para garantir a colagem efetiva.
- Fornecimento e Aplicação de CBUQ:
 - o **Composição:** Mistura asfáltica composta por agregados graduados e Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP 50/70).
 - o **Normatização:** A mistura deve obedecer rigorosamente à Faixa "C" da norma DNIT 031/2006-ES.
 - o **Temperatura de Execução:** O material deve sair da usina e chegar à pista com temperatura controlada, não podendo ser inferior a 120°C no momento do espalhamento.
 - o **Espessura:** A espessura mínima da camada após a compactação deverá ser de 4,0 cm, salvo especificações distintas em Ordens de Serviço pontuais.
- Operação Tapa-Buraco (Manutenção Corretiva):
 - o Os buracos e panelas deverão receber recorte geométrico (esquadrejamento) com o uso de serra cortadora de piso ou pontelete, limpeza total do fundo e das paredes laterais, aplicação de pintura de ligação (RR-2C) em toda a cavidade e preenchimento com CBUQ seguido de compactação mecânica.

As intervenções serão executadas conforme priorização técnica definida pela fiscalização, considerando o nível de degradação e a criticidade das vias.

Incluem-se ainda no escopo os serviços de mobilização e desmobilização, transporte de materiais, disponibilização de equipamentos, fornecimento de mão de obra especializada e todo suporte operacional necessário, garantindo a execução integral e adequada das intervenções previstas.

3.8. Critérios de Desempenho e Aceitabilidade: A aceitação dos serviços está condicionada à verificação visual (ausência de segregação, manchas de óleo ou irregularidades superficiais) e ao controle tecnológico (verificação de espessura e temperatura), garantindo que a solução atenda aos requisitos de engenharia para o tráfego da região.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO E NATUREZA DO SERVIÇO

4.1. O regime de execução da presente contratação será o de **empreitada por preço global**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, no qual a contratada se responsabiliza pela execução integral do objeto pelo valor contratado.

4.1.1. A adoção da Empreitada por Preço Global justifica-se pela precisão do planejamento e pelo levantamento técnico detalhado constante na Memória de Cálculo (Item 5.3.1 deste TR), que permite a definição robusta do objeto. Conforme fundamentado no ETP (Item 1.2), o regime global garante a responsabilidade integral da contratada pela entrega da solução completa e durável, mitigando riscos de aditivos por variações quantitativas e assegurando a economia de escala necessária para a operação de maquinário pesado e usina de CBUQ.

4.2. A contratação caracteriza-se como **serviço de engenharia**, executado conforme solicitação, de caráter recorrente, necessário à manutenção da infraestrutura viária urbana e rural do Município.

4.3.A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme as demandas identificadas pela Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço (OS), que definirão os locais e as intervenções a serem realizadas.

5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E QUANTITATIVOS

5.1.Os quantitativos e custos estimados da contratação estão detalhados na planilha orçamentária constante do Anexo II e conforme valor global indicado no item 9 deste Termo de Referência.

5.2.**Distribuição dos Custos por Macro componente:** Os custos estão distribuídos da seguinte forma, fundamentados no Estudo Técnico Preliminar (ETP nº 001/2026):

Planilha Orçamentária Resumida

Item	Descrição	Quant.	Total	Peso (%)
1	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES	1	158.550,48	0,94 %
2	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO E RECAPEAMENTO	1	15.657.400,00	92,87 %
3	TRANSPORTE DE MATERIAL	1	951.200,00	5,64 %
4	AQUISIÇÃO DE MATERIAL	1	91.480,86	0,54 %

Total sem BDI	13.261.458,00
Total do BDI	3.597.173,34
Total Geral	16.858.631,34

5.3.**Detalhamento dos Quantitativos:** Os quantitativos estimados dos serviços e insumos (CBUQ, Fresagem, Pintura de Ligação, etc.) estão detalhados na Planilha Orçamentária do **Anexo II** deste Termo de Referência, servindo como base para as medições.

5.3.1.**Memória de Cálculo:** A definição dos quantitativos e das especificações técnicas fundamentou-se no histórico de consumo e nas medições reais realizadas durante a execução do **Contrato nº 129/2021**, cujos cálculos detalhados e projeções de demanda estão consolidados no **Anexo I – Memória de Cálculo dos Quantitativos**, garantindo a continuidade dos serviços e a manutenção do padrão operacional da Secretaria de Infraestrutura.

5.4.Composição do BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS)

5.4.1.O orçamento estimado da contratação foi elaborado com base em custos referenciais obtidos a partir das tabelas oficiais (SINAPI/SICRO), acrescidos de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), calculado conforme metodologia adotada pela Administração.

5.4.2.O BDI aplicado contempla os seguintes componentes:

- I. **Administração central;**
- II. **Seguros e garantias;**
- III. **Riscos;**
- IV. **Despesas financeiras;**
- V. **Tributos incidentes;**
- VI. **Lucro.**

5.4.3 A composição detalhada do BDI encontra-se apresentada no **ANEXO II – Planilha Orçamentária**, parte integrante deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS E EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. Local de Execução, Recebimento e Condições de Disponibilização

6.1.1. Os serviços serão executados nos logradouros públicos da zona urbana e rural do Município de Barreiras-BA, conforme o cronograma de prioridades definido pela Secretaria de Infraestrutura.

6.1.2. O recebimento dos serviços seguirá o rito do **Art. 140 da Lei nº 14.133/2021**, ocorrendo de forma **Provisória** (em até 15 dias da comunicação de conclusão da OS) para aferição técnica, e **definitiva** (em até 90 dias após o provisório), após a verificação da estabilidade do pavimento sob tráfego.

6.1.3. A aferição dos serviços executados será realizada pela fiscalização, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

6.2. Da Garantia e Qualidade

6.2.1. A Contratada deverá garantir a integridade dos serviços executados (recapeamento e tapa-buraco) pelo prazo mínimo de **03 (três) meses para tapa-buraco e 1 ano para recapeamento**, respondendo por defeitos decorrentes de falhas na execução ou má qualidade dos insumos (exsudação, desagregação ou trilhas de roda precoces).

6.2.2. Todo o CBUQ aplicado deve atender à **Faixa "C" do DNIT**, com temperatura mínima de chegada na pista de **120°C**. Materiais que não atingirem este padrão serão rejeitados sem ônus ao Município.

6.2.3. A Contratada deverá realizar e apresentar ensaios de laboratório (teor de betume e granulometria) sempre que solicitado pela fiscalização.

6.4. **Requisitos de Execução (Estrutura Física e Operacional)** A licitante vencedora deverá comprovar a disponibilidade da estrutura abaixo no momento da assinatura do contrato (Art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021):

I ESTRUTURA FÍSICA (BASE DE APOIO/CANTEIRO): Dispor de base física organizada em local que permita atendimento ágil às demandas de Barreiras-BA, contendo:

- o **Instalações Administrativas:** Espaço para coordenação técnica e gestão de ordens de serviço.
- o **Área de Armazenamento:** Local seguro para estoque de insumos (emulsão, agregados) e equipamentos.
- o **Segurança e Sinalização:** Estrutura para manutenção dos itens de sinalização viária de segurança.

II ESTRUTURA OPERACIONAL (EQUIPAMENTOS MÍNIMOS): Garantir disponibilidade contínua de:

- o Fresadora de asfalto mecanizada; Caminhão térmico e Caminhão espargidor; Vassoura mecânica; Vibroacabadora de asfalto; Caminhões basculantes; Rolo compactador de chapa vibratório e Rolo de pneus.

III SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL: * Apresentação de **PGR, PCMSO e LTCAT** com validade vigente.

- o Comprovação de vínculo da equipe mínima e certificados de cursos de **NR 11** (transporte e manuseio de materiais) e **NR 12** (segurança em máquinas e equipamentos).

7. VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Por se tratar de serviço de engenharia de natureza contínua e serviço é essenciais para a manutenção da malha viária e segurança pública, a vigência poderá ser prorrogada sucessivamente por períodos iguais ou inferiores, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como serviço contínuo nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. A prorrogação estará condicionada à demonstração da vantajosidade econômica para a Administração, à manutenção das condições de habilitação da contratada e à existência de dotação orçamentária para os exercícios subsequentes.

8. VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada, de forma expressa, pela Administração. Para tanto, a contratada deverá submeter à fiscalização a indicação da(s) empresa(s) a ser(em) subcontratada(s), acompanhada da documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, trabalhista e de sua capacidade técnica compatível com as parcelas a serem executadas, ficando a autorização condicionada à análise e aprovação formal da Administração.

8.2. A subcontratação não exime a contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo como única responsável pela execução integral do objeto, inclusive quanto à qualidade dos serviços, cumprimento dos prazos e atendimento às exigências técnicas estabelecidas, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, além de eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

8.3. Fica expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, especialmente os serviços de fresagem do pavimento e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), os quais deverão ser executados diretamente pela contratada, em razão de sua criticidade para o desempenho, durabilidade e controle tecnológico da obra, assegurando-se, assim, a padronização executiva, a rastreabilidade dos processos e a responsabilidade técnica direta sobre as etapas essenciais.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

9.1. Da Modalidade e Julgamento

9.1.1. O prestador de serviços será selecionado por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o maior desconto sobre o valor global estimado da contratação.

9.1.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista seguirão os Artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.3. **Vedação a Consórcios:** Não será admitida a participação de empresas em consórcio, devido à necessidade de atribuição direta de responsabilidade e à natureza do objeto.

9.1.4. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação de habilitação. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.2. Verificações Prévias à Contratação

9.2.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração consultará os seguintes cadastros oficiais:

- SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2.2. A consulta será realizada em nome da empresa e de seu **sócio majoritário**, conforme Art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.2.3. **Combate à Fraude:** Caso conste a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude ou tentativa de burla por meio de vínculos societários ou linhas de fornecimento similares. O prestador será convocado para manifestação prévia a uma eventual negativa de contratação.

9.2.4.Regras de Matriz e Filial: Se o prestador de serviço for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz. Serão aceitos registros de CNPJ matriz/filial com diferenças em CND e CRF/FGTS quando comprovada a centralização do recolhimento.

9.3.Critérios de Exequibilidade e Conformidade

9.3.1.Inexequibilidade: No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, conforme o **Art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021**.

9.3.2.Diligência Técnica: A Administração realizará diligência para que a licitante demonstre a viabilidade de seus custos, através de planilhas analíticas, caso a proposta apresente indícios de preços simbólicos ou irrisórios que coloquem em risco a execução do contrato (ex: **CAP 50/70 ou Emulsão RR-2C** abaixo do preço de mercado).

9.4.Qualificação Técnica Operacional (Requisitos do ETP)

9.4.1.Capacidade de Fornecimento Mínima: A comprovação da capacidade de fornecimento, essencial para a execução em Barreiras-BA, será aferida em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e o **ETP nº 001/2026**.

9.4.2.O licitante deverá comprovar experiência prévia em manutenção asfáltica com aplicação de **CBUQ**, mediante **CAT** e **ART** do profissional responsável.

9.4.3.A empresa deve possuir registro ativo no **CREA** e comprovar experiência técnica em pavimentação, fresagem e tapa-buraco. A comprovação deverá ser de, no mínimo, **50% dos quantitativos** dos serviços de maior relevância (Curva A):

DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	50%
EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (AQUISIÇÃO EM USINA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF_12/2020	m³	4.000,00	2.000,00
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m³	3.200,00	1.600,00

9.4.4.A comprovação técnico-operacional será feita por atestado (s) de capacidade técnica acompanhado (s) da CAT. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome.

7.4.5.A comprovação de cada item poderá ser feita por um único atestado ou pela somatória de atestados distintos de natureza e complexidade semelhantes.

9.4.6.Experiência Temporal: Comprovação de capacidade técnico-operacional na prestação de serviços similares ao objeto licitado, por período mínimo de **03 (três) anos**, consecutivos ou não, admitindo-se o somatório de atestados de capacidade técnica, conforme **Art. 67, § 5º da Lei nº 14.133/2021**.

- **Justificativa Técnica:** A exigência de experiência temporal mínima de 03 (três) anos justifica-se devido à relevância técnica dos serviços, necessidade de garantir capacidade operacional compatível com o objeto contratado e à necessidade de garantir que a contratada possua **curva de aprendizado consolidada no manejo de misturas asfálticas**, que exigem controle rigoroso de temperatura e compactação, conforme estabelecido no **Estudo Técnico Preliminar (ETP nº 001/2026)**.

10. DO NÃO PARCELAMENTO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO (ME/EPP)

10.1.Da Unicidade do Objeto

10.1.1.O objeto da presente licitação será adjudicado em **lote único**, compreendendo a totalidade dos serviços de manutenção e recomposição asfáltica (fresagem, tapa-buraco e aplicação de CBUQ) na malha viária urbana de Barreiras-BA.

10.2.Fundamentação Legal e Justificativa (Art. 18, § 1º, VIII e Art. 40, § 3º) Em estrita observância ao **Art. 18, § 1º, inciso VIII**, e aos critérios de planejamento do **Art. 40** da Lei nº 14.133/2021, a Administração justifica a não adoção do parcelamento com base nos seguintes fundamentos:

- I. **Sistema Único e Integrado (Art. 40, § 3º, II):** Os serviços de manutenção asfáltica configuram um **sistema único e integrado**. A fragmentação das etapas (fresagem, pintura de ligação e capa de rolamento) entre diferentes fornecedores geraria risco direto à integridade do conjunto, uma vez que a falha em uma etapa comprometeria a durabilidade de todo o pavimento.
- II. **Economia de Escala e Redução de Custos de Gestão (Art. 40, § 3º, I):** A contratação de um único fornecedor permite maior **economia de escala** na aquisição de insumos (CAP 50/70 e agregados) e reduz significativamente os custos de gestão de contratos pela Secretaria de Infraestrutura, garantindo a maior vantagem competitiva para o Município.
- III. **Interdependência Logística e Segurança Viária:** A fresagem deve ser imediatamente sucedida pela aplicação do CBUQ para evitar a deterioração da base por intempéries e garantir a segurança do tráfego urbano. O parcelamento comprometeria essa sincronia operacional, contrariando o dever de eficiência previsto no Art. 40, V, "a".
- IV. **Responsabilidade Técnica e Garantia:** A adjudicação global assegura a responsabilidade técnica única sobre o pavimento finalizado, facilitando a fiscalização e a cobrança de garantias em caso de patologias precoces, evitando o conflito de atribuições entre diferentes executores.
- V. **Não Aplicação do Tratamento Diferenciado (Art. 49, II, LC 123/06):** Manifesta-se pela não aplicação da reserva de cotas de 25% para ME/EPP, prevista no Art. 48 da LC 123/06. A natureza dos serviços de recomposição asfáltica exige unidade logística e operacional, onde a fragmentação do objeto em diferentes empresas comprometeria a padronização técnica da massa asfáltica (CBUQ Faixa C) e a agilidade na execução das frentes de serviço, caracterizando prejuízo ao conjunto do objeto.

10.3.Conclusão sobre a Viabilidade

10.3.1 Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento, embora previsto como princípio geral no Art. 40, V, "b", não se mostra **tecnicamente viável nem economicamente vantajoso** para este objeto específico, sendo a contratação unificada a estratégia que melhor atende ao interesse público e à durabilidade das vias de Barreiras-BA.

11. VALOR ESTIMADO E CONDIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

11.1.Da Estimativa de Valor da Contratação

11.1.1. O valor total para a contratação é de **R\$ 16.858.631,34 (dezesesseis milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta e quatro centavos)**, conforme planilha orçamentária detalhada no Anexo II.

11.1.2.Este valor foi obtido por meio de levantamento técnico fundamentado em **bancos de dados referenciais oficiais (SINAPI e SICRO)**, complementado, quando necessário, por composições próprias e adequações regionais de custos, garantindo a compatibilidade com os preços praticados no setor público e a realidade local.

11.2.Da Dotação Orçamentária e Classificação

11.2.1.As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte:

- **SECRETARIA:** 3140 – SEC. DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE
- **UNIDADE:** 03.14.01 – SEC. MUN. DE INFRAEST, OBRAS, SERV PÚBL. TRANSPORTE
- **PROJETO/ATIVIDADE:** 15.451.026.1053 – PAVIMENTAÇÃO REQUALIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE VIAS
- **ELEMENTO DA DESPESA:** 4.4.9.0.39.00.0000 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica.
- **FONTE DE RECURSO:** 1500 - Recurso não vinculados de impostos.

11.3.Da Compatibilidade com o Planejamento Municipal

11.3.1. . Em atendimento às normas de responsabilidade fiscal e planejamento, a presente contratação encontra-se plenamente compatível com os seguintes instrumentos:

- I. Plano Plurianual (PPA) vigente;
- II. Plano de Contratações Anual (**PCA/2026**);
- III. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- IV. Lei Orçamentária Anual (LOA).

11.4. Da Continuidade e Exercícios Futuros

11.4.1. A execução contratual observará as disponibilidades orçamentárias de cada exercício financeiro. No caso de prorrogação contratual para exercícios subsequentes, a continuidade ficará condicionada à existência de dotação específica, conforme exigido pelo **Art. 105 da Lei nº 14.133/2021**.

12. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DE PROPOSTA DE PREÇOS E CONTRATUAL

12.1. Das Modalidades de Garantia Admitidas

12.1.1. Tanto para a fase de proposta quanto para a execução contratual, o licitante ou contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades, conforme o Art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

- IV. **Títulos da dívida pública:** Desde que emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- V. **Seguro-garantia:** Apólice emitida por seguradora devidamente autorizada pela SUSEP;
- VI. **Fiança bancária:** Carta de fiança emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

12.2. Da Garantia de Proposta (Fase de Licitação)

12.2.1. Como condição de participação no certame, as licitantes deverão apresentar garantia no valor de **1% (um por cento)** do valor total estimado da contratação, em qualquer uma das modalidades descritas no item 12.1.

12.2.2. A garantia de proposta será devolvida às licitantes após a homologação do certame, exceto à vencedora, cuja garantia será retida até a prestação da garantia contratual.

12.3. Da Garantia Contratual (Fase de Execução)

12.3.1. A licitante vencedora deverá prestar garantia para a execução do contrato, no prazo de **10 (dez) dias úteis** após a convocação para assinatura, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do contrato.

12.3.2. A garantia contratual responderá pelo pagamento de multas administrativas aplicadas e por eventuais prejuízos causados à Administração de Barreiras por falhas na manutenção asfáltica.

12.4. Da Atualização e Liberação

12.4.1. A garantia deverá ser atualizada nas mesmas proporções em que ocorrerem reajustes ou aditivos de valor ao contrato.

12.4.2. A liberação ou restituição da garantia ocorrerá somente após a execução satisfatória do objeto e a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, desde que não haja pendências de multas ou indenizações em aberto.

12.5. Das Regras para Seguro-Garantia

12.5.1. Caso a contratada opte pelo Seguro-Garantia, a apólice deverá ter validade igual ou superior à vigência do contrato e deverá ser renovada em caso de prorrogação dos serviços, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções.

13. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidor(es) da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, formalmente designado(s), por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Município.

13.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme **Art. 115** da referida lei.

13.3.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias registradas mediante apostilamento, conforme **Art. 115, §5º** da Lei nº 14.133/2021.

13.4.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, conforme previsto no **Art. 117** da Lei nº 14.133/2021.

13.5.O fiscal do contrato manterá registro próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as providências necessárias para a regularização de faltas ou defeitos observados, nos termos do **Art. 117, §1º** da Lei nº 14.133/2021.

13.6.O fiscal do contrato deverá informar a seus superiores, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência, conforme **Art. 117, §2º** da Lei nº 14.133/2021.

13.7.O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou das técnicas empregadas, conforme **Art. 119** da Lei nº 14.133/2021.

13.8.O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não sendo essa responsabilidade reduzida ou excluída pela fiscalização ou acompanhamento da Administração, conforme **Art. 120** da Lei nº 14.133/2021.

13.9.O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não sendo transferida à Administração qualquer responsabilidade decorrente de eventual inadimplência, conforme **Art. 121** da Lei nº 14.133/2021.

13.10.As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, podendo, excepcionalmente, ser utilizados meios eletrônicos oficiais quando a natureza do ato assim permitir, garantindo a celeridade nas decisões de campo.

13.11.A Administração poderá convocar representante da contratada sempre que necessário para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em trechos que apresentem riscos à segurança viária.

13.12.Emissão e Controle das Ordens de Serviço (OS)

13.12.1 As solicitações de serviços serão realizadas por meio de Ordem de Serviço, emitida pela fiscalização, devendo conter, no mínimo:

- h) Identificação da unidade solicitante;
- i) Número do processo administrativo, contrato e pregão;
- j) Tipo de serviço solicitado (**Tapa-buraco, Fresagem ou Recomposição Asfáltica**);
- k) Quantitativo estimado (**m² ou toneladas**);
- l) Período/prazo para conclusão;
- m) Local de operação (logradouro em Barreiras-BA);
- n) Justificativa do uso.

13.12.2 **Parágrafo único.** O atendimento às requisições deverá ocorrer de acordo com a disponibilidade contratada e priorização definida pela fiscalização da SEINFRA.

13.13.Designação dos Responsáveis pela Gestão e Fiscalização

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA	SUPLENTE	MATRICULA
Gestor do Contrato	Tiago de Carvalho Xavier	67.400	João Araújo de Sateles	53.605
Fiscal de Contrato	Pedro Alves Moreno junior	67.006	Antônio Vitor Araújo Sousa	64.955

14. DO PAGAMENTO

14.1. Do Procedimento de Entrega e Conferência

14.1.1 As Notas Fiscais/Faturas deverão ser entregues ao setor competente do Município para controle e processamento, obrigatoriamente acompanhadas dos Boletins de Medição que contenham o demonstrativo detalhado da execução dos serviços asfálticos, devidamente atestados pela fiscalização da Secretaria de Infraestrutura.

1.1.2 O pagamento será realizado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do protocolo da documentação completa e devidamente atestada no setor competente.

14.2. Critérios de Medição dos Serviços

14.2.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base nos quantitativos efetivamente executados, conforme os itens e preços unitários constantes da planilha orçamentária contratual, acompanhadas obrigatoriamente por:

- Relatório fotográfico do 'antes' e 'depois' de cada trecho.
- Croqui de localização e área (m²) ou volume (m³) calculado.

14.2.2. Os serviços serão medidos por unidade de medida pertinente (tonelada, m² ou m³), devidamente aferidos pela fiscalização, acompanhados de boletins de medição, relatórios fotográficos e controle tecnológico.

14.2.3. O pagamento será proporcional aos quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, respeitando os valores unitários da proposta vencedora.

14.3. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

14.3.1. Para efeito de pagamento, a administração consultará a regularidade da empresa junto ao SICAF. Caso constem documentos vencidos ou a empresa não esteja cadastrada no sistema, deverão ser apresentados os seguintes documentos atualizados:

- V. FGTS: Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecido pela Caixa Econômica Federal (Lei nº 8.036/1990);
- VI. Fazenda Estadual e Municipal: Certidões de regularidade do domicílio ou sede da contratada;
- VII. Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- VIII. CNDT: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (ou positiva com efeitos de negativa) expedida pela Justiça do Trabalho.

14.4. Das Pendências e Prazos

14.4.1. Havendo alguma pendência impeditiva para a realização do pagamento (erros na nota fiscal, ausência de certidões ou falta de atesto técnico), o prazo será interrompido.

14.4.2. Para fins de contagem, será considerada como data de apresentação da fatura aquela em que ocorrer a efetiva regularização da pendência por parte da contratada, sem ônus financeiro para o Município.

14.5. Da Ordem Cronológica e Retenções

12.5.1. O pagamento observará a estrita ordem cronológica de exigibilidade, conforme o Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

12.5.2. A Administração poderá descontar do pagamento o valor de multas eventualmente aplicadas em decorrência de falhas na execução ou atrasos injustificados no cronograma de obras.

15. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. Do Reajuste de Preços (Art. 92, §3º da Lei nº 14.133/2021)

15.1.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de apresentação da proposta/orçamento.

15.1.2. O reajuste contratual será concedido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, nos termos do **Art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021**, observando-se:

- **Periodicidade:** Os preços serão reajustados anualmente, contados a partir da data de apresentação da proposta.
- **Índice Aplicável:** A variação será calculada com base no **INCC – Índice Nacional da Construção Civil**, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice setorial que venha a substituí-lo, por refletir de forma mais adequada a variação dos custos de serviços de engenharia e pavimentação asfáltica.
- Na ausência do índice, poderá ser utilizado o SINAPI, SICRO ou outro banco de dados setorial aplicável à pavimentação.

15.2. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

15.2.1. Caso haja elevação significativa e imprevisível dos insumos derivados de petróleo (**CAP e emulsão**), devidamente comprovada por análise técnica e financeira que demonstre o rompimento da equação econômico-financeira original, poderá ser instaurado procedimento administrativo para reequilíbrio, nos termos da legislação vigente.

15.2.2. A solicitação de reequilíbrio deverá ser instruída com notas fiscais de compra, tabelas de preços de fornecedores e demonstração analítica do impacto no custo unitário dos serviços, sendo vedada a concessão de reequilíbrio para variações ordinárias de mercado já cobertas pelo índice de reajuste anual.

16. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

16.1. Gestão de Resíduos e Economia Circular (Resolução CONAMA nº 307/2002)

16.1.1. O material proveniente da fresagem mecanizada (**RAP – Reclaimed Asphalt Pavement**), classificado como resíduo de Classe B, é de propriedade do Município.

16.1.2 **Destinação Final:** A Contratada deverá transportar e entregar **100% do material fresado** no pátio da Secretaria de Infraestrutura. Este material será integralmente reaproveitado pela Administração como camada de revestimento primário em vias rurais e secundárias.

16.1.3. **Condição de Pagamento (Controle de Glosa):** A comprovação da entrega do volume fresado no local indicado é condição *sine qua non* para o atesto da medição. A Contratada deverá apresentar o **Relatório de Transporte de Resíduos (RTR)** devidamente assinado pelo fiel depositário do pátio da SEINFRA.

16.2. Controle de Emissões e Qualidade do Ar (Resolução CONAMA nº 491/2018)

16.2.1. A Contratada deverá manter plano de manutenção preventiva da frota e maquinário pesado, visando o controle de emissão de poluentes e fumaça preta.

16.2.2. Deverão ser adotadas medidas de umectação constante durante a fresagem para mitigação de poeira em áreas urbanas adensadas.

16.3. Prevenção de Contaminação de Solo e Água

16.3.1. Durante a aplicação da pintura de ligação (RR-2C), a Contratada deverá adotar medidas de proteção mecânica (barreiras físicas ou vedação temporária) para impedir de forma absoluta que a emulsão asfáltica atinja bocas de lobo, galerias de águas pluviais ou corpos d'água adjacentes.

16.4. Das Providências Prévias Adicionais

16.4.1. Cabe à Fiscalização da SEINFRA a identificação prévia de interferências (redes de água, esgoto ou fibra óptica) nos trechos a serem trabalhados, notificando as concessionárias responsáveis para evitar danos aos serviços públicos durante a fresagem ou escavação.

17. DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA

17.1. Mobilizar equipes e maquinário (Vibroacabadora, Rolos, Caminhão Espargidor e Fresadora) no prazo de **10 (dez) dias úteis** após a primeira Ordem de Serviço.

17.2. Responsabilizar-se integralmente pela **sinalização de segurança** (cones, placas, barreiras) e isolamento das frentes de trabalho, respondendo civil e criminalmente por acidentes causados por sinalização deficiente.

17.3. Manter Engenheiro Residente habilitado (CREA-BA) para acompanhamento dos serviços e emissão das respectivas ARTs de execução.

17.4. Realizar a limpeza diária dos locais de intervenção, garantindo que restos de massa asfáltica ou resíduos de fresagem não obstruam o sistema de drenagem pluvial (bocas de lobo).

18. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

18.1. Emitir as Ordens de Serviço (OS) detalhando o local, o objeto e os quantitativos estimados para cada intervenção.

18.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, incluindo o apoio de agentes de trânsito em vias de alto fluxo, quando solicitado formalmente.

18.3. Fiscalizar rigorosamente a execução, realizando medições mensais e efetuando os pagamentos conforme as faturas devidamente atestadas.

18.4. Notificar formalmente a Contratada sobre quaisquer irregularidades observadas na execução ou na qualidade dos materiais aplicados.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846/2013**.

19.2. Das Sanções Administrativas

19.2.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, conforme **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- II. **Impedimento de licitar e contratar com o Município**, quando praticadas as condutas previstas nas alíneas **b, c, d, e, f e g** do item anterior, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**, sempre que não se justificar a aplicação de penalidade mais grave.

- III. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas previstas nas alíneas **h, i, j, k e l**, ou quando as condutas descritas nas alíneas **b, c, d, e, f e g** justificarem penalidade mais grave, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**.
- IV. **Multa**, que poderá ser aplicada nas seguintes modalidades:
- a) **Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso** na execução do contrato, calculada sobre o valor do contrato;
 - b) **Multa adicional de 2% (dois por cento)** a partir do **16º (décimo sexto) dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso**;
 - c) **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato no caso de **inexecução total do objeto**.

19.3.Reparação de Danos

19.3.1.A aplicação das sanções previstas neste Termo **não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração**, conforme **art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021**.

19.4.Aplicação Cumulativa das Penalidades

Todas as sanções previstas poderão ser **aplicadas cumulativamente com a multa**, conforme **art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021**.

19.4.1.Antes da aplicação de qualquer penalidade será assegurado ao interessado **direito à ampla defesa e ao contraditório**, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, conforme **art. 157 da Lei nº 14.133/2021**.

19.4.2.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor eventualmente devido pela Administração ao contratado, a diferença será **descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente**, conforme **art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021**.

19.4.3.Antes do encaminhamento para cobrança judicial, a multa poderá ser **recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contado da comunicação da autoridade competente.

19.5 Processo Administrativo

19.5.1.A aplicação das sanções ocorrerá mediante **processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa**, observando-se o procedimento previsto no **art. 158 da Lei nº 14.133/2021**, especialmente para as penalidades de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade.

19.6.Critérios para Aplicação das Penalidades

19.6.1.Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e gravidade da infração;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos causados à Administração;
- e) A existência ou aperfeiçoamento de **programa de integridade**, quando aplicável.

19.7 Infrações Relacionadas à Lei Anticorrupção

19.7.1 Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133/2021**, que também configurem atos lesivos previstos na **Lei nº 12.846/2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, conforme **art. 159 da Lei nº 14.133/2021**.

19.8.Desconsideração da Personalidade Jurídica

19.8.1 A personalidade jurídica da contratada poderá ser **desconsiderada** quando utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos, podendo as sanções ser estendidas aos **administradores, sócios ou empresas ligadas**, conforme **art. 160 da Lei nº 14.133/2021**.

19.9.Registro das Sanções

19.9.1 A Administração deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas nos seguintes cadastros:

- **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**

- **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP** conforme previsto no art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

19.10.Reabilitação

19.10.1 As sanções de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade** poderão ser objeto de **reabilitação**, conforme disposto no **art. 163 da Lei nº 14.133/2021**.

20. ANEXOS

20.1.Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- **Anexo I** – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS;
- **Anexo II** – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E COMPOSIÇÃO DO BDI;
- **Anexo III** – PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO PRÓPRIA;
- **Anexo IV** – PLANILHA DE PREÇO MÉDIO DA EMULSÃO ASFÁLTICA (ANP)
- **Anexo V** – CURVA ABC;
- **Anexo VI** – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;
- **Anexo VII** – MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO;
- **Anexo VIII** – MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO;
- **Anexo IX** – **JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO RITO COM INVERSÃO DE FASES;**
- **Anexo X** – CONTRATO Nº 129/2021 UTILIZADO COMO APOIO.

21. TERMO DE ENCERRAMENTO

21.1.Este Termo de Referência, composto por **91** (noventa e uma) páginas, foi elaborado para balizar a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e recomposição asfáltica da malha viária urbana e rural do Município de Barreiras – BA.

21.2.O documento reflete os estudos técnicos de engenharia e as necessidades da Administração Pública, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

Barreiras/BA, 18 de maio de 2026.

TIAGO DE CARVALHO XAVIER
ENGENHEIRO CIVIL - ASSESSOR DE GABINETE
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes
Prefeitura Municipal de Barreiras/BA
MATRICULA: 67.400

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I – MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

Processo Administrativo	Nº 2.873/2026
Modalidade	Licitação – Empreitada por Preço Global
Regime de Contratação	Execução Sob Demanda – 12 Meses

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA E RURAL, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA.

1. RESUMO DOS QUANTITATIVOS TOTAIS

Os quantitativos abaixo foram estimados com base nas demandas recorrentes da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte, considerando o desgaste da malha viária urbana do Município de Barreiras – BA.

1.1.Bases de Referência

- Composições oficiais do SINAPI (BA – 12/2025)
- Composições do SICRO3 (BA – 10/2025)
- Manual de Pavimentação do DNIT
- Especificações de Serviço DNIT para CBUQ
- Normas ABNT aplicáveis à pavimentação asfáltica

1.2.Critérios Adotados para os Quantitativos

- Histórico de manutenção da malha urbana
- Demanda média anual de recomposição
- Densidade técnica do CBUQ conforme composições oficiais
- Distância média de transporte (DMT) estimada
- Produtividade real de frentes urbanas móveis

O regime contratual previsto é empreitada por preço global, sendo os quantitativos estimativos para execução sob demanda.

1.3.Quadro-Resumo dos Quantitativos

Serviço / Item	Unidade	Quantidade
Tapa-buraco – CBUQ (SINAPI 104387)	m ³	4.000
Camada de Rolamento – CBUQ (SINAPI 95995)	m ³	3.200

Volume Total de CBUQ	m ³	7.200
Massa Total de CBUQ (Dm ≈ 2,56 t/m ³)	ton	≈ 18.432
Fresagem de Pavimento	m ²	80.000
Pintura de Ligação – Emulsão RR-2C	m ²	80.000
Emulsão RR-2C (0,225 kg/m ²)	kg	18.000
Transporte de CBUQ	M3XKM	96.000
Administração Local	meses	12

2. DETERMINAÇÃO DO VOLUME E MASSA TOTAL DE CBUQ

2.1. Serviços Estruturantes

Serviço	Composição	Volume (m ³)
Operação Tapa-buraco	SINAPI 104387	4.000
Camada de Rolamento	SINAPI 95995	3.200
TOTAL	—	7.200

2.2. Conversão Volumétrica para Massa

Conforme composições analíticas, adotam-se as seguintes densidades específicas:

- SINAPI 104387 → 2,5548 ton/m³
- SINAPI 95995 → 2,5664 ton/m³

2.2.1 Densidade Média Ponderada

$$Dm = [(4.000 \times 2,5548) + (3.200 \times 2,5664)] / 7.200$$

$$Dm \approx 2,56 \text{ ton/m}^3$$

2.2.2 Massa Total Estimada

$$M_{total} = 7.200 \text{ m}^3 \times 2,56 \text{ ton/m}^3$$

$$M_{total} \approx 18.432 \text{ ton}$$

3. EXECUÇÃO DE TAPA-BURACO – 4.000 m³

3.1. Premissas Técnicas

- Correções localizadas de defeitos estruturais
- Espessura média variável
- Corte geométrico obrigatório
- Compactação mecânica

3.2. Consumo de Material

$$4.000 \text{ m}^3 \times 2,5548 \text{ ton/m}^3$$

$$10.219,20 \text{ ton de CBUQ}$$

3.3. Insumos Principais

Insumo / Recurso	Especificação / Produtividade
Concreto Betuminoso (CBUQ)	Faixa C – conforme DNIT

Insumo / Recurso	Especificação / Produtividade
Emulsão Asfáltica	RR-2C (pintura de ligação)
Mão de obra – Servente	14,12 h/m ³
Equipamento	Placa vibratória
Equipamento	Cortadora de piso

3.4. Justificativa Técnica

Serviço de baixa produtividade unitária, em razão das características operacionais do tipo de intervenção:

- Intervenções pontuais e dispersas geograficamente
- Execução predominantemente manual
- Mobilização e desmobilização sucessivas por ponto de reparo

4. EXECUÇÃO DE CAMADA DE ROLAMENTO – 3.200 m³

4.1. Premissa Técnica

Recapeamento contínuo com vibroacabadora, em espessura uniforme, caracterizando serviço mecanizado de alta produtividade e menor consumo de mão de obra direta.

4.2. Consumo de Material

3.200 m³ × 2,5664 ton/m³	8.212,48 ton de CBUQ
---	-----------------------------

4.3. Equipamentos Considerados

Equipamento	Função
Vibroacabadora	Distribuição e espalhamento do CBUQ
Rolo tandem vibratório	Compactação primária
Rolo pneumático	Compactação de acabamento
Caminhão basculante	Transporte e abastecimento da acabadora
Trator com vassoura mecânica	Limpeza da superfície antes da aplicação

5. FRESAGEM DE PAVIMENTO

A fresagem está prevista como serviço condicionante à execução da camada de rolamento, compatibilizada com os volumes de recomposição, conforme especificado na planilha analítica.

5.1. Parâmetros Considerados

Parâmetro	Critério Adotado
Quantidade	80.000 m ²
Objetivo	Remoção de camada deteriorada
Material gerado	Fresado passível de destinação ou reaproveitamento
Destinação	Bota-fora ou reaproveitamento conforme projeto

6. CÁLCULO DO TRANSPORTE (M3XKM)

6.1.Fórmula Aplicada

M3XKM = Volume (m³) × DMT (km)	Unidade de medida: m³×km
---------------------------------------	---------------------------------

6.2.Transporte de CBUQ

Parâmetro	Valor
Volume total de CBUQ	7.200 m³
DMT estimada (média técnica urbana)	8 km
Cálculo de referência	$7.200 \times 8 = 57.600 \text{ M3XKM}$
Quantitativo previsto na planilha	96.000 M3XKM

O quantitativo de transporte foi ajustado para 96.000 M3XKM na planilha analítica, contemplando variações de rota, percursos urbanos com congestionamento e distâncias adicionais decorrentes da dispersão dos locais de intervenção.

6.3.Transporte de Material Fresado

O transporte do material fresado foi estimado com base nos seguintes critérios:

- Volume removido na operação de fresagem
- Densidade média do revestimento existente
- DMT equivalente para destinação ao bota-fora ou área de reaproveitamento

7. AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C

7.1.Consumo Técnico

Parâmetro	Valor
Taxa de consumo (pintura de ligação)	0,225 kg/m²
Área de aplicação	80.000 m²
Quantidade total	18.000 kg

7.2.Compatibilização com a Área Estimada

$80.000 \text{ m}^2 \times 0,225 \text{ kg/m}^2$	18.000 kg de Emulsão RR-2C
--	-----------------------------------

A área de pintura de ligação é compatibilizada com a área total prevista para fresagem e aplicação de camada de rolamento, constante na planilha analítica.

8. ADMINISTRAÇÃO LOCAL – 12 MESES

8.1.Dimensionamento da Equipe de Gestão

Recurso	Regime / Dedicção
Engenheiro Civil Júnior	8 h/mês
Encarregado Geral	Dedicção mensal integral
Veículo leve	173 h/mês

8.2.Justificativa

O contrato contínuo por demanda, com frentes de serviço móveis em ambiente urbano, exige estrutura de gestão permanente para garantir:

- Supervisão técnica permanente das frentes de serviço
- Controle tecnológico dos materiais aplicados
- Planejamento operacional dinâmico
- Medição e fiscalização contínuas

9. COERÊNCIA GLOBAL DOS QUANTITATIVOS

Item	Parâmetro	Valor Adotado	Base de Referência
CBUQ – Tapa-buraco	Volume	4.000 m ³	SINAPI 104387
CBUQ – Rolamento	Volume	3.200 m ³	SINAPI 95995
Densidade CBUQ (média)	ton/m ³	2,56	Ponderada
Massa total CBUQ	ton	≈ 18.452	Conversão volumétrica
Fresagem	Área	80.000 m ²	Planilha analítica
Emulsão RR-2C	Quantidade	18.000 kg	0,225 kg/m ² × 80.000 m ²
Transporte CBUQ	M3XKM	96.000	Planilha ajustada
Adm. Local	Período	12 meses	Vigência contratual

10. CONCLUSÃO TÉCNICA

Os quantitativos apresentados foram determinados mediante critérios objetivos, baseados em composições oficiais SINAPI/SICRO3, parâmetros técnicos do DNIT e metodologia de conversão volumétrica e de transporte reconhecida pela engenharia de pavimentação.

A estimativa global mostra-se:

- Tecnicamente fundamentada em composições referenciais oficiais
- Matematicamente e operacionalmente coerente
- Compatível com contrato de manutenção urbana por 12 meses
- Adequada ao regime de empreitada por preço global

TIAGO DE CARVALHO XAVIER

Engenheiro Civil – Gestor de Contrato

Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes

Matricula: nº 67.400

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E COMPOSIÇÃO DO BDI

1. PLANILHA RESUMO



Obra

RECOMPOSIÇÃO ASFALTICA
EM CBUQ NOVO

Bancos

SINAPI - 04/2026 - Bahia
SICRO3 - 01/2026 - Bahia
ORSE - 02/2026 - Sergipe
SEINFRA - 028 - Ceará
EMBASA - 06/2025 -
sem_encargos
CAERN - 01/2026 - Rio
Grande do Norte

B.D.I.

27,13%

Encargos Sociais

Desonerado: embutido
nos preços unitário dos
insumos de mão de obra,
de acordo com as bases.

Planilha Orçamentária Resumida

Item	Descrição	Quant.	Total	Peso (%)
1	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES	1	158.550,48	0,94 %
2	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO E RECAPEAMENTO	1	15.657.400,00	92,87 %
3	TRANSPORTE DE MATERIAL	1	951.200,00	5,64 %
4	AQUISIÇÃO DE MATERIAL	1	91.480,86	0,54 %

Total sem
BDI

13.261.458,00

Total do BDI 3.597.173,34
Total Geral 16.858.631,34

PLANILHA SINTÉTICA



Obra RECOMPOSIÇÃO ASFALTICA EM CBUQ NOVO
Bancos SINAPI - 04/2026 - Bahia
SICRO3 - 01/2026 - Bahia
ORSE - 02/2026 - Sergipe
SEINFRA - 028 - Ceará
EMBASA - 06/2025 - sem_encargos
CAERN - 01/2026 - Rio Grande do Norte
B.D.I. 27,13%
Encargos Sociais Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES		1		158.550,48	158.550,48	0,94 %
1.1	CP - INFRA 002	Próprio	Administração Local	MES	12	9.649,46	12.267,35	147.208,20	0,87 %
1.2	CP - INFRA 003	Próprio	Desmobilização e Mobilização (Demanda)	MES	12	743,49	945,19	11.342,28	0,07 %
2			EXECUÇÃO DE TAPA BURACO E RECAPEAMENTO		1		15.657.400,00	15.657.400,00	92,87 %

2.1	104387	SINAPI	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (AQUISIÇÃO EM USINA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF_12/2020	m³	4000	1.703,42	2.165,55	8.662.200,00	51,38 %
2.2	95995	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m³	3200	1.495,32	1.901,00	6.083.200,00	36,08 %
2.3	96001	SINAPI	FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, COM LARGURA DA VIA MAIOR QUE 6,00 M E MENOR OU IGUAL 10,00 M, EM LOCAIS COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_10/2025	m²	80000	8,97	11,40	912.000,00	5,41 %
3			TRANSPORTE DE MATERIAL		1		951.200,00	951.200,00	5,64 %
3.1	CP - INFRA 001	Próprio	Transporte e aplicação de emulsão asfáltica RR-2C para pintura de ligação, inclusive fornecimento do material e equipamentos.	m²	80000	5,72	7,27	581.600,00	3,45 %
3.2	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3X KM	96000	3,03	3,85	369.600,00	2,19 %
4			AQUISIÇÃO DE MATERIAL		1		91.480,86	91.480,86	0,54 %
4.1	INFRA003	Próprio	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C (ANP + tributos)	T	18	3.997,70	5.082,27	91.480,86	0,54 %

Total sem BDI	13.261.458,00
Total do BDI	3.597.173,34
Total Geral	16.858.631,34

PLANILHA ANALITICA



Obra

RECOMPOSIÇÃO ASFALTICA EM CBUQ NOVO

Bancos

SINAPI - 04/2026 -
Bahia
SICRO3 - 01/2026 -
Bahia
ORSE - 02/2026 -
Sergipe
SEINFRA - 028 - Ceará
EMBASA - 06/2025 -
sem_encargos
CAERN - 01/2026 - Rio
Grande do Norte

B.D.I.

27,13%

Encargos Sociais

Desonerado: embutido
nos preços unitário dos
insumos de mão de obra,
de acordo com as bases.

Planilha Orçamentária Analítica

1			ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES					158.550,48	
1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CP - INFRA 002	Próprio	Administração Local	SEOP - SERVIÇOS OPERACIONAIS	MES	1,0000000	9.649,46	9.649,46	
Insumo	00002706	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	8,0000000	126,32	1.010,56	
Insumo	00040818	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (MENSALISTA)	Mão de Obra	MES	1,0000000	6.358,76	6.358,76	
Insumo	4415	ORSE	Veículo leve - Volkswagen:GOL ou similar	Equipamento	h	173,0000000	13,18	2.280,14	
				MO sem LS =>	7.369,32	LS =>	0,00	MO com LS =>	7.369,32
				Valor do BDI =>	2.617,89		Valor com BDI =>		12.267,35

Quant. 12,00 Preço 147.208,20
=> Total =>

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CP - INFRA 003	Próprio	Desmobilização e Mobilização (Demanda)	TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	MES	1,00000000	743,49	743,49	
Insumo	I2543	SEINFRA	SERVENTE	Mão de Obra	H	8,00000000	18,46	147,68	
Insumo	I0583	SEINFRA	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 92 (CHI)	Equipamento	H	8,00000000	49,97	399,73	
Insumo	I2545	SEINFRA	MOTORISTA DE CAMINHÃO	Mão de Obra	H	8,00000000	24,51	196,08	
				MO sem LS =>	343,76	LS =>	0,00	MO com LS =>	343,76
				Valor do BDI =>	201,70		Valor com BDI =>		945,19
						Quant. =>	12,00	Preço Total =>	11.342,28

2			EXECUÇÃO DE TAPA BURACO E RECAPEAMENTO					15.657.400,00
2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

Composição	104387	SINAPI	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (AQUISIÇÃO EM USINA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF_12/2020	Recomposição de Pavimentos	m³	1,0000000	1.703,42	1.703,42	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	14,1263000	24,91	351,88	
Composição Auxiliar	91278	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHI DIURNO. AF_08/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	3,0876000	0,64	1,97	
Composição Auxiliar	91285	SINAPI	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1") - CHI DIURNO. AF_08/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	2,2609000	0,52	1,17	
Composição Auxiliar	91277	SINAPI	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,4440000	11,73	5,20	
Composição Auxiliar	91283	SINAPI	CORTADORA DE PISO COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, POTÊNCIA DE 13 HP, COM DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIÂMETRO DE 350 MM, FURO DE 1" (14 X 1") - CHP DIURNO. AF_08/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,2706000	11,58	14,71	
Insumo	00044952	SINAPI	EMULSAO ASFALTICA CATIONICA RR-2C PARA USO EM PAVIMENTACAO ASFALTICA	Material	KG	9,0000000	0,00	0,00	
Insumo	00001518	SINAPI	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA, PADRAO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISICAO POSTO USINA	Material	T	2,5548000	520,00	1.328,49	
				MO sem LS =>	218,67	LS =>	0,00	MO com LS =>	218,67
				Valor do BDI =>	462,13		Valor com BDI =>		2.165,55

Quant. 4.000,00 Preço 8.662.200,00
=> Total =>

2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95995	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	Asfalto	m³	1,0000000	1.495,32	1.495,32
Composição Auxiliar	91387	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0890533	80,50	7,16
Composição Auxiliar	96464	SINAPI	ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTÁTICO, PRESSÃO VARIÁVEL, POTÊNCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M - CHI DIURNO. AF_06/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,2423882	100,59	24,38
Composição Auxiliar	91386	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0493715	319,65	15,78
Composição Auxiliar	5835	SINAPI	VIBROACABADORA DE ASFALTO SOBRE ESTEIRAS, LARGURA DE PAVIMENTAÇÃO 1,90 M A 5,30 M, POTÊNCIA 105 HP CAPACIDADE 450 T/H - CHP DIURNO. AF_11/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0493715	418,17	20,64

Composição Auxiliar	96157	SINAPI	TRATOR DE PNEUS COM POTÊNCIA DE 85 CV, TRAÇÃO 4X4, COM VASSOURA MECÂNICA ACOPLADA - CHP DIURNO. AF_03/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0296958	169,33	5,02	
Composição Auxiliar	5837	SINAPI	VIBROACABADORA DE ASFALTO SOBRE ESTEIRAS, LARGURA DE PAVIMENTAÇÃO 1,90 M A 5,30 M, POTÊNCIA 105 HP CAPACIDADE 450 T/H - CHI DIURNO. AF_11/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0890533	160,35	14,27	
Composição Auxiliar	95631	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTENCIA 125 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,20/11,65 T, LARGURA DE TRABALHO 1,73 M - CHP DIURNO. AF_11/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0820513	264,36	21,69	
Composição Auxiliar	96155	SINAPI	TRATOR DE PNEUS COM POTÊNCIA DE 85 CV, TRAÇÃO 4X4, COM VASSOURA MECÂNICA ACOPLADA - CHI DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,1087291	62,42	6,78	
Composição Auxiliar	88314	SINAPI	RASTELEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,9689741	32,41	31,40	
Composição Auxiliar	95632	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTENCIA 125 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,20/11,65 T, LARGURA DE TRABALHO 1,73 M - CHI DIURNO. AF_11/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0563736	94,81	5,34	
Composição Auxiliar	96463	SINAPI	ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTÁTICO, PRESSÃO VARIÁVEL, POTÊNCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M - CHP DIURNO. AF_06/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0344615	242,43	8,35	
Insumo	00001518	SINAPI	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA, PADRAO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISICAO POSTO USINA	Material	T	2,5663714	520,00	1.334,51	
				MO sem LS =>	50,02	LS =>	0,00	MO com LS =>	50,02

Valor do BDI => 405,68

Valor com BDI => 1.901,00

Quant. 3.200,00 Preço Total 6.083.200,00

=>

=>

2.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	96001	SINAPI	FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, COM LARGURA DA VIA MAIOR QUE 6,00 M E MENOR OU IGUAL 10,00 M, EM LOCAIS COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_10/2025	Asfalto	m²	1,0000000	8,97	8,97
Composição Auxiliar	89235	SINAPI	FRESADORA DE ASFALTO A FRIO SOBRE RODAS, LARGURA FRESAGEM DE 1,0 M, POTÊNCIA 208 HP - CHI DIURNO. AF_11/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0069351	201,50	1,39
Composição Auxiliar	96156	SINAPI	MINICARREGADEIRA SOBRE RODAS POTENCIA 47HP CAPACIDADE OPERACAO 646 KG, COM VASSOURA MECÂNICA ACOPLADA - CHI DIURNO. AF_03/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0088437	77,82	0,68
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0206503	24,91	0,51
Composição Auxiliar	96158	SINAPI	MINICARREGADEIRA SOBRE RODAS POTENCIA 47HP CAPACIDADE OPERACAO 646 KG, COM VASSOURA MECÂNICA ACOPLADA - CHP DIURNO. AF_03/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0014815	167,50	0,24
Composição Auxiliar	6260	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 6.000 L, PESO BRUTO TOTAL 13.000 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 189 CV INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, CAPACIDADE 6 M3 - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0056214	68,27	0,38

Composição Auxiliar	89234	SINAPI	FRESADORA DE ASFALTO A FRIO SOBRE RODAS, LARGURA FRESAGEM DE 1,0 M, POTÊNCIA 208 HP - CHP DIURNO. AF_11/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0033901	639,06	2,16
Composição Auxiliar	5811	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 13.071 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0033901	243,04	0,82
Composição Auxiliar	91387	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0069351	80,50	0,55
Composição Auxiliar	6259	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 6.000 L, PESO BRUTO TOTAL 13.000 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 189 CV INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, CAPACIDADE 6 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0001895	314,65	0,05
Insumo	00044480	SINAPI	TARIFA "A" ENTRE 0 E 20M3 FORNECIMENTO D'AGUA	Franquia	m³	0,0027500	21,19	0,05
Insumo	00044471	SINAPI	PORTA DENTE PARA FRESADORA	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0011412	526,02	0,60
Insumo	00044472	SINAPI	DENTE PARA FRESADORA	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0195000	55,86	1,08
Insumo	00044473	SINAPI	APOIO DO PORTA DENTE PARA FRESADORA DE ASFALTO	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0001884	2.471,06	0,46

MO sem 1,39 LS => 0,00 MO com 1,39
 LS => LS =>
 Valor do 2,43 Valor com BDI => 11,40
 BDI =>

Quant. 80.000,00 Preço Total 912.000,00

=>

=>

3			TRANSPORTE DE MATERIAL					951.200,00
3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CP - INFRA 001	Próprio	Transporte e aplicação de emulsão asfáltica RR-2C para pintura de ligação, inclusive fornecimento do material e equipamentos.	PAVI - PAVIMENTAÇÃO	m²	1,0000000	5,72	5,72
Insumo	H020000510	EMBASA	CAMINHAO ESPARGIDOR DE BETUME - FT600 (INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL)	Material	H	0,0030000	274,96	0,82
Insumo	H020000508	EMBASA	TRATOR DE PNEUS COM POTÊNCIA DE 85 CV, TRAÇÃO 4X4, COM VASSOURA MECÂNICA ACOPLADA (INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL)	Material	H	0,0060000	150,93	0,90
Insumo	INFRA003	Próprio	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C (ANP + tributos)	Material	T	0,0010000	3.997,70	3,99
Insumo	B010000076	EMBASA	ASFALTADOR	Mão de Obra	H	0,0010000	9,40	0,00
Insumo	B010000097	EMBASA	SERVENTE	Mão de Obra	H	0,0020000	7,04	0,01
				MO sem LS =>	0,01	LS =>	0,00	MO com LS => 0,01

Valor do BDI 1,55 Valor com BDI => 7,27
=>
Quant. 80.000,00 Preço 581.600,00
=> Total =>

3.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	M3XKM	1,0000000	3,03	3,03	
Composição Auxiliar	91386	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0086957	319,65	2,77	
Composição Auxiliar	91387	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0032672	80,50	0,26	
				MO sem LS =>	0,31	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,31
				Valor do BDI =>	0,82		Valor com BDI =>		3,85
						Quant. =>	96.000,00	Preço Total =>	369.600,00

4			AQUISIÇÃO DE MATERIAL					91.480,86
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Insumo	INFRA003	Próprio	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C (ANP + tributos)	Material	T	1,00000000	3.997,70	3.997,70

MO sem 0,00 LS => 0,00 MO com 0,00
LS => LS =>

Valor do BDI => Valor com BDI => 5.082,27

Quant. => 18,00 Preço Total => 91.480,96

Total sem BDI 13.261.458,00
Total do BDI 3.597.173,34
Total Geral 16.858.631,34

2. BDI – BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

BDI - Planilha de Cálculo			
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA E RURAL, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA		
Tomador:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS		
Município:	BARREIRAS - BA		
Em atenção ao estabelecido pelo Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário reformamos a orientação e indicamos a utilização dos seguintes parâmetros para taxas de BDI:			
Tipo de obra:	Construção de Rodovias e Ferrovias	Obras que se enquadram no tipo escolhido:	
Alternativa mais vantajosa para a Administração Pública:	Desonerado	Para o tipo de obra "Construção de Rodovias e Ferrovias" enquadram-se: a construção e recuperação de: auto-estradas, rodovias e outras vias não-urbanas para passagem de veículos, vias férreas de superfície ou subterrâneas (inclusive para metropolitanos), pistas de aeroportos. Esta classe compreende também: a pavimentação de auto-estradas, rodovias e outras vias não-urbanas; construção de pontes, viadutos e túneis; a instalação de barreiras acústicas; a construção de praças de pedágio; a sinalização com pintura em rodovias e aeroportos; a instalação de placas de sinalização de tráfego e semelhantes, conforme classificação 4211-1 do CNAE 2.0. Também enquadram-se a construção, pavimentação e sinalização de vias urbanas, ruas e locais para estacionamento de veículos; a construção de praças e calçadas para pedestres; elevados, passarelas e ciclovias; metrô e VLT.	
BDI ABAIXO PODE SER ACEITO	OK	OBSERVAÇÕES	
27,13%			
Parâmetro	%	Verificação	Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente. <u>Apresentar declaração informando o percentual de ISS incidente sobre esta obra, considerando a base de cálculo prevista na legislação municipal.</u> As tabelas que apresentam os limites foram construídas sem considerar a desoneração sobre a folha de pagamento prevista na Lei nº 12.844/2013. Caso o CNAE da empresa indique que a mesma deve considerar a contribuição previdenciária sobre a receita bruta, será somada a alíquota de 2% no item impostos. $BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$ Onde: AC: taxa de administração central; S: taxa de seguros; R: taxa de riscos; G: taxa de garantias; DF: taxa de despesas financeiras; L: taxa de lucro/remuneração; I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS).
Administração Central			
Min: 3,80% Máx: 4,67%	3,80%	OK	
Seguros e Garantias			
Min: 0,32% Máx: 0,74%	0,32%	0,8	
Riscos			
Min: 0,50% Máx: 0,97%	0,50%	0,97	
Despesas Financeiras			
Min: 1,02% Máx: 1,21%	1,02%	OK	
Lucro			
Min: 6,64% Máx: 8,69%	6,64%	OK	
Impostos: PIS			
	0,65%	OK	
Impostos: COFINS			
	3,00%	OK	
Impostos: ISS (mun.)			
	5,00%	OK	
Regime de desoneração			
	2,70%	OK	

Barreiras - Ba, 23 de março de 2026.

TIAGO DE CARVALHO XAVIER
ENGENHEIRO CIVIL - ASSESSOR DE GABINETE
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços
Públicos e Transportes
Prefeitura Municipal de Barreiras/BA
MATRICULA: 67.400

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA – PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO PRÓPRIA

Composição Própria - CP - INFRA 001

Código	CP - INFRA 001
Descrição	Transporte e aplicação de emulsão asfáltica RR-2C para pintura de ligação, inclusive fornecimento do material e equipamentos.
Data	
Estado	Bahia
Tipo	PAVI - PAVIMENTAÇÃO
Unidade	m ²
Valor sem Desoneração	5,73
Valor com Desoneração	5,73

	codigo	Descrição	Tipo	Unidade	Valor sem Desoneração	Valor com Desoneração	Coefficiente	Valor sem Desoneração	Valor com Desoneração
I	B010000076 EMBASA	ASFALTADOR	Mão de Obra	H	24,39	22,25	0,001	0,02	0,02
I	H020000510 EMBASA	CAMINHAO ESPARGIDOR DE BETUME - FT600 (INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL)	Material	H	271,66	271,66	0,003	0,81	0,81
I	INFRA003 Emp	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C (ANP + tributos)	Material	T	3.997,70	3.997,70	0,001	3,99	3,99
I	B010000097 EMBASA	SERVENTE	Mão de Obra	H	18,89	17,23	0,002	0,03	0,03
I	H020000508 EMBASA	TRATOR DE PNEUS COM POTÊNCIA DE 85 CV, TRAÇÃO 4X4, COM VASSOURA MECÂNICA ACOPLADA	Material	H	148,31	148,31	0,006	0,88	0,88

	(INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTÍVEL)							
--	------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--

Composição Própria - CP - INFRA 002

Código	CP - INFRA 002
Descrição	Administração Local
Data	
Estado	Bahia
Tipo	SEOP - SERVIÇOS OPERACIONAIS
Unidade	MES
Valor sem Desoneração	9.799,57
Valor com Desoneração	8.999,04

	codigo	Descrição	Tipo	Unidade	Valor sem Desoneração	Valor com Desoneração	Coeficiente	Valor sem Desoneração	Valor com Desoneração
I	00040818 SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (MENSALISTA)	Mão de Obra	MES	6.507,99	5.814,98	1,0	6.507,99	5.814,98
I	00002706 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	126,43	112,99	8,0	1.011,44	903,92
I	4415 ORSE	Veículo leve - Volkswagen: GOL ou similar	Equipamento	h	13,18	13,18	173,0	2.280,14	2.280,14

Composição Própria - CP - INFRA 003

Código CP - INFRA 003
Descrição Desmobilização e Mobilização (Demanda)
Data
Estado Bahia
Tipo TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS
Unidade MES
Valor sem Desoneração 805,09
Valor com Desoneração 743,49

	codigo	Descrição	Tipo	Unidade	Valor sem Desoneração	Valor com Desoneração	Coefficiente	Valor sem Desoneração	Valor com Desoneração
I	I0583 SEINFRA	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 92 (CHI)	Equipamento	H	52,92	49,97	8,0	423,33	399,73
I	I2545 SEINFRA	MOTORISTA DE CAMINHÃO	Mão de Obra	H	27,46	24,51	8,0	219,68	196,08
I	I2543 SEINFRA	SERVENTE	Mão de Obra	H	20,26	18,46	8,0	162,08	147,68

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA – PLANILHA DE PREÇO MÉDIO DA EMULSÃO ASFÁLTICA (ANP)



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Superintendência de Defesa da Concorrência

PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/KG)

Importante:

Quando não houver declaração de venda do produto selecionado, ou quando a declaração de venda do produto ocorrer por menos de 03 (três) distribuidoras, a tabela indicará campo vazio.

Mês	Produto	Estado	Preço
jan/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	-
fev/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	-
mar/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	-
abr/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	-
mai/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	-
jun/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	3,03914
jul/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	3,06019
ago/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	3,02517
set/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	2,97867
out/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	-
nov/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	2,85351
dez/25	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	-
jan/26	EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-2C	Bahia	-



ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA – CURVA ABC

3.CURVA ABC – INSUMOS



Obra
RECOMPOSIÇÃO ASFALTICA EM CBUQ NOVO

Bancos
SINAPI - 04/2026 - Bahia
SICRO3 - 01/2026 - Bahia
ORSE - 02/2026 - Sergipe
SEINFRA - 028 - Ceará
EMBASA - 06/2025 - sem_encargos
CAERN - 01/2026 - Rio Grande do Norte

Código	Banco	Grupo	Descrição	Tipo	Curva ABC de Insumos		Improdutiva	Valor Operativa	Improdutiva	Total Operativa	Improdutiva	Geral	Peso	Valor Acumulado	Peso Acumulado
					Und	Quantidade									
00001518	SINAPI		CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA, PADRAO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISICAO POSTO USINA	Material	T	18431,58848		661,08		12.184.680,79		12.184.680,79	72,28%	12.184.680,79	72,28%
00006111	SINAPI		SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	59390,15715		19,27		1.144.621,03		1.144.621,03	6,79%	13.329.301,82	79,07%
INFRA003	Próprio	Material	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C (ANP + tributos)	Material	T	98		5.082,28		498.063,05		498.063,05	2,95%	13.827.364,87	82,02%
00004221	SINAPI		OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	45400,18721		9,99		453.657,65		453.657,65	2,69%	14.281.022,52	84,71%
00037370	SINAPI		ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	68007,05664		6,36		432.286,86		432.286,86	2,56%	14.713.309,37	87,27%
00013877	SINAPI		FRESADORA DE ASFALTO A FRIO SOBRE RODAS, LARG. FRESAGEM 1,00 M, POT. 155 KW/208 HP	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,072978602	3.327.723,71			242.852,63		242.852,63	1,44%	14.956.162,00	88,72%
00037758	SINAPI		CAMINHÃO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,17963133	944.351,81			169.635,17		169.635,17	1,01%	15.125.797,17	89,72%
00037372	SINAPI		EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	68007,05664		1,89		128.821,48		128.821,48	0,76%	15.254.618,65	90,49%
00044472	SINAPI		DENTE PARA FRESADORA	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	1560	71,01			110.783,12		110.783,12	0,66%	15.365.401,77	91,14%
00043491	SINAPI		EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	58157,224	1,88			109.424,21		109.424,21	0,65%	15.474.825,98	91,79%
00040818	SINAPI		ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (MENSALISTA)	Mão de Obra	MES	12	8.083,89			97.006,70		97.006,70	0,58%	15.571.832,68	92,37%
00010488	SINAPI		VIBROACABADORA DE ASFALTO SOBRE ESTEIRAS, LARG. PAVIMENT. 1,90 A 5,3 M, POT. 78 KW/105 HP, CAP. 450 T/H	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,034122781	2.785.232,08			95.039,86		95.039,86	0,56%	15.666.872,55	92,93%
00004759	SINAPI		CALCETEIRO / RASTELEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	3116,49977	30,38			94.691,95		94.691,95	0,56%	15.761.564,49	93,49%
H020000508	EMBASA		TRATOR DE PNEUS COM POTÊNCIA DE 85 CV, TRAÇÃO 4X4, COM VASSOURA MECÂNICA ACOPLADA (INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTIVEL)	Material	H	480	191,88			92.101,11		92.101,11	0,55%	15.853.665,60	94,04%
00004222	SINAPI		GASOLINA COMUM	Material	L	9926,92	9,23			91.621,88		91.621,88	0,54%	15.945.287,48	94,58%
H020000510	EMBASA		CAMINHÃO ESPARGIDOR DE BETUME - FT600 (INCLUSIVE OPERADOR E COMBUSTIVEL)	Material	H	240	349,56			83.893,60		83.893,60	0,50%	16.029.181,07	95,08%
00020020	SINAPI		MOTORISTA DE CAMINHÃO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	2429,718396	34,25			83.214,99		83.214,99	0,49%	16.112.396,07	95,57%
00037371	SINAPI		TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	68007,05664	1,12			76.082,49		76.082,49	0,45%	16.188.478,55	96,02%
00014511	SINAPI		ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIÁVEL, POTENCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,06724359	1.105.245,25			74.320,66		74.320,66	0,44%	16.262.799,21	96,47%
00044471	SINAPI		PORTA DENTE PARA FRESADORA	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	91,296	668,73			61.052,30		61.052,30	0,36%	16.323.851,52	96,83%
00004238	SINAPI		OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1339,921702	42,17			56.503,19		56.503,19	0,34%	16.380.354,70	97,16%
00044500	SINAPI		OPERADOR DE PAVIMENTADORA / MESA VIBROACABADORA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1279,520545	42,17			53.956,13		53.956,13	0,32%	16.434.310,83	97,48%
00044473	SINAPI		APOIO DO PORTA DENTE PARA FRESADORA DE ASFALTO	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	15,072	3.141,46			47.348,06		47.348,06	0,28%	16.481.658,89	97,76%
00014626	SINAPI		ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTENCIA 125 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,20/11,65 T, LARGURA DE TRABALHO 1,73 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,047457104	996.572,11			47.294,43		47.294,43	0,28%	16.528.953,32	98,04%
00037514	SINAPI		MINICARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA DE "47" HP, CAPACIDADE NOMINAL DE OPERACAO DE "646" KG	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,090984333	419.529,00			38.170,57		38.170,57	0,23%	16.567.123,89	98,27%
00004248	SINAPI		OPERADOR DE PA CARREGADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	832,880193	42,17			35.121,74		35.121,74	0,21%	16.602.245,63	98,48%
4415	ORSE		Veiculo leve - Volkswagen: GOL ou similar	Equipamento	h	2076	0	16,76	1,98	34.784,90	0	34.784,90	0,21%	16.637.030,53	98,69%
00043467	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	58157,224	0,60			34.749,58		34.749,58	0,21%	16.671.780,11	98,89%

End.: Rua Edigar de Deus Pitta, nº 914, antigo fórum, 1º andar, Aratu, Barreiras- Bahia - Fone: (77) 3614-7114 – CNPJ nº 13.654.405/0001-95

00044058	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MÁXIMA 10830 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 3,56 M, POTÊNCIA 226 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NÃO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,032083906	719.562,79	23.086,39	23.086,39	0,14%	16.694.866,50	99,03%
00037734	SINAPI	CACAMBA METÁLICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NÃO INCLUI CAMINHÃO)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,257700108	77.803,36	20.049,93	20.049,93	0,12%	16.714.916,43	99,15%
00004230	SINAPI	OPERADOR DE MÁQUINAS E TRATORES DIVERSOS - TERRAPLANAGEM (HORISTA)	Mão de Obra	H	448,0714347	41,10	18.416,24	18.416,24	0,11%	16.733.332,67	99,26%
00044057	SINAPI	CAMINHÃO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 13200 KG, CARGA UTIL MÁXIMA 9200 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 3,31 M, POTÊNCIA 175 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NÃO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,026124363	660.094,80	17.244,56	17.244,56	0,10%	16.750.577,23	99,36%
00002706	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	96	160,59	15.416,70	15.416,70	0,09%	16.765.993,93	99,45%
00004093	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO (HORISTA)	Mão de Obra	H	467,2381985	32,96	15.402,42	15.402,42	0,09%	16.781.396,35	99,54%
00001442	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLO TIPO PLACA VIBRATORIA REVERSÍVEL, A GASOLINA 4 TEMPOS, PESO 125 A 150 KG, FORÇA CENTRÍF. 2500 A 2800 KGf, LARG. TRABALHO 400 A 450 MM, FREQ. VIBRAÇÃO 4300 A 4500 RPM, VELOC. TRABALHO 15 A 20 M/MIN, POT. 5,5 A 6,0 HP	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	1,07340384	12.294,68	13.197,16	13.197,16	0,08%	16.794.593,50	99,62%
00011280	SINAPI	CORTADEIRA DE PISO DE CONCRETO E ASFALTO, PARA DISCO PADRÃO DE DIÂMETRO 350 MM (14") OU 450 MM (18"), MOTOR A GASOLINA, POTÊNCIA 13 HP, SEM DISCO	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	1,5197208	8.433,42	12.816,45	12.816,45	0,08%	16.807.409,95	99,70%
00007640	SINAPI	TRATOR DE PNEUS COM POTÊNCIA DE 85 CV, TRACÃO 4 X 4, PESO COM LASTRO DE 4675 KG	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,035484123	322.678,19	11.449,95	11.449,95	0,07%	16.818.859,90	99,76%
00043488	SINAPI	EPI - FAMÍLIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	9849,83264	1,13	11.144,66	11.144,66	0,07%	16.830.004,57	99,83%
00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	68007,05664	0,14	9.510,31	9.510,31	0,06%	16.839.514,88	99,89%
00013726	SINAPI	VASSOURA MECÂNICA REBOCAVEL COM ESCOVA CILÍNDRICA LARGURA ÚTIL DE VARRIMENTO = 2,44M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,102262456	78.981,13	8.076,80	8.076,80	0,05%	16.847.591,68	99,93%
I0583	SEINFRA	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 92 (CHI)	Equipamento	H	96	63,52	6.098,17	6.098,17	0,04%	16.853.689,85	99,97%
00044480	SINAPI	TARIFA "A" ENTRE 0 E 20M3 FORNECIMENTO D'ÁGUA	Franquia	m³	220	26,94	5.926,55	5.926,55	0,04%	16.859.616,39	100,01%
00037738	SINAPI	TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 6 M3 (INCLUI MONTAGEM, NÃO INCLUI CAMINHÃO)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,036049386	97.331,52	3.508,74	3.508,74	0,02%	16.863.125,14	100,03%
I2545	SEINFRA	MOTORISTA DE CAMINHÃO	Mão de Obra	H	96	31,16	2.991,32	2.991,32	0,02%	16.866.116,45	100,04%
00037733	SINAPI	CACAMBA METÁLICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 6 M3 (INCLUI MONTAGEM, NÃO INCLUI CAMINHÃO)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,044939166	58.336,66	2.621,60	2.621,60	0,02%	16.868.738,05	100,06%
I2543	SEINFRA	SERVENTE	Mão de Obra	H	96	23,47	2.252,95	2.252,95	0,01%	16.870.991,00	100,07%
EMBASA		SERVENTE	Mão de Obra	H	160	8,95	1.431,99	1.431,99	0,01%	16.872.422,99	100,08%
B010000097	EMBASA	ASFALTADOR	Mão de Obra	H	80	11,95	956,02	956,02	0,01%	16.873.379,01	100,09%
B010000076		DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO/ASFALTO, DIÂMETRO DE "350" MM, FURO DE 25,40 MM	Material	UN	1,310656	290,81	381,15	381,15	0,00%	16.873.760,16	100,09%
00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	9849,83264	0,03	250,44	250,44	0,00%	16.874.010,61	100,09%
00044952	SINAPI	EMULSÃO ASFÁLTICA CATIONICA RR-2C PARA USO EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	Material	KG	36000	0,00	0,00	0,00	0,00%	16.874.010,61	100,09%

Equipamento	R\$ 40.883,07
Equipamento para Aquisição Permanente	R\$ 998.548,37
Mão de Obra	R\$ 1.621.983,37
Material	R\$ 13.404.399,22
Encargos Complementares	R\$ 802.270,03
Franquia	R\$ 5.926,55
Total sem BDI	13.261.458,00
Total do BDI	3.597.173,34
Total Geral	16.858.631,34

CURVA ABC – SERVIÇOS



Obra

RECOMPOSIÇÃO ASFALTICA EM CBUQ NOVO

Bancos

SINAPI - 04/2026 -
Bahia
SICRO3 - 01/2026
- Bahia
ORSE - 02/2026 -
Sergipe
SEINFRA - 028 -
Ceará
EMBASA -
06/2025 -
sem_encargos
CAERN - 01/2026 -
Rio Grande do
Norte

B.D.I.

27,13%

Encargos Sociais

Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Curva ABC de Serviços

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
104387	SINAPI	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (AQUISIÇÃO EM USINA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF_12/2020	Recomposição de Pavimentos	m³	4.000,0	2.165,55	8.662.200,00	51,38	51,38
95995	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	Asfalto	m³	3.200,0	1.901,00	6.083.200,00	36,08	87,46
96001	SINAPI	FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, COM LARGURA DA VIA MAIOR QUE 6,00 M E MENOR OU IGUAL 10,00 M, EM LOCAIS COM NIVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_10/2025	Asfalto	m²	80.000,0	11,40	912.000,00	5,41	92,87

CP - INFRA 001	Próprio	Transporte e aplicação de emulsão asfáltica RR-2C para pintura de ligação, inclusive fornecimento do material e equipamentos.	PAVI - PAVIMENTAÇÃO	m²	80.000,0	7,27	581.600,00	3,45	96,32
95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	M3XKM	96.000,0	3,85	369.600,00	2,19	98,52
CP - INFRA 002	Próprio	Administração Local	SEOP - SERVIÇOS OPERACIONAIS	MES	12,0	12.267,35	147.208,20	0,87	99,39
INFRA003	Próprio	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C (ANP + tributos)	Material	T	18,0	5.082,28	91.480,96	0,54	99,93
CP - INFRA 003	Próprio	Desmobilização e Mobilização (Demanda)	TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	MES	12,0	945,19	11.342,28	0,07	100,00

Total sem BDI	13.261.458,00
Total do BDI	3.597.173,34
Total Geral	16.858.631,34

ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA – CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.873/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA E RURAL, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 Meses

REGIME: Execução Contínua sob Demanda

1. ESTRUTURA DO CRONOGRAMA

O contrato será dividido em dois eixos operacionais:

◆ **EIXO 01 – OPERAÇÃO TAPA BURACO (CONTÍNUO)**

Execução permanente, rotativa e programada.

◆ **EIXO 02 – RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA (POR DEMANDA)**

Execução eventual, mediante OS específica para trechos definidos pela fiscalização.

2. CRONOGRAMA DO TAPA BURACO (EXECUÇÃO CONTÍNUA – 12 MESES)



Setorização Baseada no Mapa de Ataque



SETOR 01 – EIXO CENTRAL 1

Perfil: Centro comercial e corredores estruturais principais

- Levantamento técnico semanal permanente
- Atendimento prioritário
- Execução contínua
- Intervenções emergenciais imediatas



SETOR 02 – EIXO CENTRAL 2

Perfil: Vias estruturais secundárias

- Levantamento quinzenal programado
- Consolidação de demandas a cada 15 dias
- Emissão de OS consolidada
- Cobertura estimada a cada 60 dias



SETOR 03 – VETOR OESTE (DEMAIS BAIRROS)

- Levantamento mensal programado

- Consolidação técnica das ocorrências
- Emissão de Ordem de Serviço específica
- Execução após liberação formal



SETOR 04 – VETOR LESTE (EXPANSÃO)

- Levantamento mensal
- Agrupamento por proximidade geográfica
- Planejamento logístico por eixo viário
- Execução concentrada



SETOR 06 – ZONA RURAL PAVIMENTADA

Perfil: Trechos pavimentados localizados fora do perímetro urbano.

- Levantamento técnico mensal programado ou sob demanda
- Agrupamento por eixo viário rural
- Avaliação das condições de acesso e logística de transporte de CBUQ
- Emissão de Ordem de Serviço específica
- Execução concentrada para otimização de mobilização
- Prioridade para trechos de acesso a distritos, escolas rurais e unidades de saúde

FLUXO OPERACIONAL OBRIGATÓRIO (APLICÁVEL A TODOS OS SETORES)

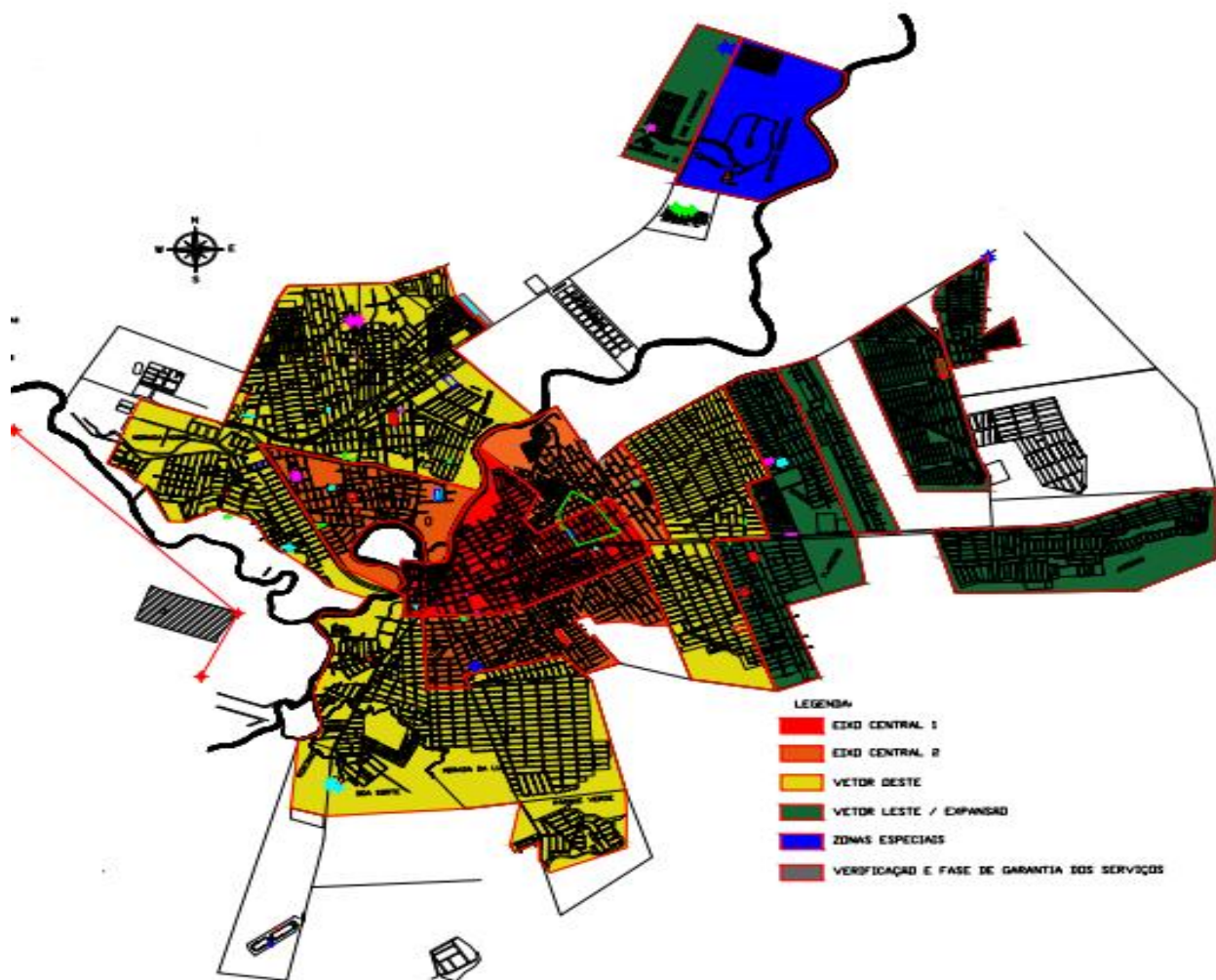
1. Vistoria técnica in loco
2. Registro fotográfico e georreferenciamento
3. Quantificação da área ou volume
4. Consolidação por setor
5. Emissão formal de Ordem de Serviço
6. Liberação pela fiscalização
7. Execução
8. Medição e atesto final

MATRIZ RESUMIDA DE PROGRAMAÇÃO

SETOR	LEVANTAMENTO	EMIÇÃO DE OS	EXECUÇÃO
Setor 01	Semanal	Semanal	Contínua
Setor 02	Quinzenal	Quinzenal	Programada
Setor 03	Mensal	Mensal	Programada
Setor 04	Mensal	Mensal	Programada
Setor 05	Sob Demanda	Sob Demanda	Conforme liberação
Setor 06	Mensal / Sob Demanda	Específica	Execução concentrada

Os serviços na zona rural pavimentada poderão demandar planejamento logístico diferenciado em razão da distância da usina de CBUQ e das condições de acesso, podendo haver agrupamento de intervenções para garantir eficiência operacional e economicidade.

3. MAPA DE ATAQUE – OPERAÇÃO TAPA BURACO



4. CRONOGRAMA DA RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA (POR DEMANDA)

A Recomposição Asfáltica será executada conforme necessidade técnica identificada pela fiscalização.



Características:

- Não possui calendário fixo
- Executada após levantamento técnico
- Aplicada em trechos contínuos
- Pode ocorrer em qualquer mês do contrato



Fluxo Operacional:

1. Identificação do trecho crítico
2. Levantamento técnico
3. Emissão de Ordem de Serviço
4. Planejamento logístico
5. Execução
6. Medição específica

5. DISTRIBUIÇÃO ESTIMATIVA AO LONGO DO ANO (APENAS REFERENCIAL)

Para fins de planejamento orçamentário:

- 1º Trimestre → Possível menor volume (diagnóstico inicial)
- 2º e 3º Trimestres → Maior probabilidade de execução
- 4º Trimestre → Ajustes finais e fechamento de demandas

Essa distribuição não é vinculante.

6. DIRETRIZ FORMAL PARA INSERIR NO PROCESSO

A Recomposição Asfáltica será executada sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço específicas, não possuindo cronograma fixo pré-determinado, podendo ocorrer em qualquer período da vigência contratual, conforme necessidade técnica identificada pela fiscalização municipal.

7. JUSTIFICATIVA TÉCNICA (IMPORTANTE PARA O PROCESSO)

A adoção do regime por demanda se justifica porque:

- A degradação da malha viária é variável
- Depende de fatores climáticos
- Depende do tráfego pesado
- Depende de intervenções de concessionárias

Essa estrutura deixa o processo juridicamente mais seguro.



TIAGO DE CARVALHO XAVIER

Engenheiro Civil – Gestor de Contrato
Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes
Matricula: nº 67.400

ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.873/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA E RURAL, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste mapa é antecipar potenciais problemas, definir responsabilidades e estabelecer medidas preventivas e corretivas para garantir a execução e a qualidade dos serviços de **Recomposição asfáltica e do Tapa Buraco**. Ele visa identificar, analisar e estabelecer o tratamento para os riscos que podem comprometer a execução do contrato, conforme a Lei nº 14.133/2021.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Os riscos foram classificados quanto à probabilidade de ocorrência e ao impacto sobre a execução do contrato, conforme a matriz abaixo:

NÍVEL	IMPACTO	DEFINIÇÃO
VERMELHO	ALTO	Causa interrupção total dos serviços, gera responsabilização legal/financeira subsidiária ou compromete gravemente a segurança viária.
AMARELO	MÉDIO	Causa atrasos significativos no cronograma (acima de 15 dias), exige aditivos contratuais ou compromete a vida útil do pavimento.
VERDE	BAIXO	Causa pequenos atrasos (até 15 dias), exige apenas substituição de materiais ou ajustes operacionais de baixa complexidade.

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS RISCOS

3.1. RISCOS RELACIONADOS À CONTRATADA

ID	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEL	NÍVEL
R1	Atraso no Início dos Serviços / Mobilização Deficiente	Prejuízo à trafegabilidade urbana e comprometimento do cronograma de manutenção emergencial.	Fiscal e Gestor	MÉDIO
R2	Baixa Qualidade de Material (CBUQ/Emulsão) ou Execução	Desgaste precoce do pavimento, necessidade de reexecução e aumento de custos futuros.	Fiscal do Contrato	ALTO
R3	Descumprimento de Obrigações Trabalhistas / Sociais	Responsabilização subsidiária da Administração e paralisação dos serviços por greves.	Gestor do Contrato	ALTO
R4	Inadimplemento Contratual / Falência da Contratada	Interrupção total da manutenção asfáltica urbana e necessidade de nova licitação emergencial.	Gestor e Autoridade	ALTO

3.2 RISCOS ESPECÍFICOS DE MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

ID	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	RESPONSÁVEL	NÍVEL
R5	Condições Climáticas Adversas (Chuvas Intensas)	Impossibilidade de aplicação de CBUQ e pintura de ligação, atrasando as Ordens de Serviço.	Fiscal e Gestor	MÉDIO
R6	Interferências em Redes de Utilidade Pública	Danos acidentais em redes de água, esgoto ou fibra óptica durante a fresagem/escavação.	Fiscal e Contratada	BAIXO
R7	Sazonalidade de Preços de Insumos (CAP/Emulsão)	Pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por variações significativas nos derivados de petróleo.	Gestor do Contrato	MÉDIO

4. TRATAMENTO DOS RISCOS (MEDIDAS PREVENTIVAS E CORRETIVAS)

R1 – Atraso no Início dos Serviços / Mobilização Deficiente

- **Medida Preventiva:**
 - Exigir apresentação de Plano de Mobilização detalhado antes da assinatura do contrato;
 - Estabelecer prazo máximo para início das atividades após emissão da Ordem de Serviço inicial;
 - Aplicação de cláusula contratual prevendo penalidades por atraso injustificado.
- **Medida Corretiva:**
 - Aplicação de advertência ou multa contratual;
 - Execução da garantia contratual, se necessário;
 - Possibilidade de rescisão contratual em caso de reincidência grave.

R2 – Baixa Qualidade de Material (CBUQ/Emulsão) ou Execução

- **Medida Preventiva:**
 - Realização de ensaios laboratoriais em cada lote de CBUQ (teor de ligante, granulometria e estabilidade);
 - Controle de temperatura na aplicação;
 - Fiscalização contínua da compactação e espessura aplicada.
- **Medida Corretiva:**
 - Rejeição de materiais fora das especificações técnicas (normas DNIT/ABNT);
 - Determinação de reexecução imediata às custas da contratada;
 - Aplicação de penalidades contratuais, se cabível.

R3 – Descumprimento de Obrigações Trabalhistas / Sociais

- **Medida Preventiva:**
 - Exigência mensal de comprovação de recolhimento de FGTS, INSS e pagamento de salários;
 - Conferência da regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência contratual;
 - Cláusula de responsabilização contratual expressa.
- **Medida Corretiva:**
 - Retenção de pagamentos até regularização;
 - Comunicação aos órgãos competentes, se necessário;
 - Aplicação de sanções administrativas previstas no contrato.

R4 – Inadimplemento Contratual / Falência da Contratada

- **Medida Preventiva:**
 - Exigência de garantia contratual;
 - Verificação prévia de qualificação econômico-financeira;
 - Acompanhamento da regularidade fiscal e financeira da empresa.
- **Medida Corretiva:**
 - Rescisão contratual conforme cláusulas pactuadas;
 - Execução da garantia contratual;
 - Convocação de remanescente ou instauração de novo procedimento licitatório.

R5 – Condições Climáticas Adversas (Chuvas Intensas)

- **Medida Preventiva:**
 - Monitoramento meteorológico contínuo;
 - Planejamento sazonal das intervenções;
 - Previsão contratual de suspensão temporária de prazos em caso de impedimento técnico.
- **Medida Corretiva:**
 - Prorrogação proporcional do prazo das Ordens de Serviço;
 - Reprogramação das frentes de trabalho;
 - Registro formal do período de impedimento técnico.

R6 – Interferências em Redes de Utilidade Pública

- **Medida Preventiva:**
 - Consulta prévia às concessionárias locais;
 - Vistoria técnica antes de intervenções com corte ou escavação;
 - Sinalização adequada da área de trabalho.
- **Medida Corretiva:**
 - Comunicação imediata à concessionária responsável;
 - Isolamento da área afetada;
 - Reparação conforme responsabilidade apurada.

R7 – Sazonalidade de Preços de Insumos (CAP/Emulsão)

- **Medida Preventiva:**
 - Previsão contratual de critérios claros de reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro;
 - Acompanhamento periódico dos índices oficiais de variação;
 - Planejamento de aquisição escalonada quando possível.
- **Medida Corretiva:**
 - Análise técnica de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
 - Aplicação dos mecanismos previstos contratualmente;
 - Revisão formal mediante comprovação documental.

O tratamento dos riscos ora estabelecido visa assegurar a continuidade da prestação do serviço público essencial de manutenção viária, garantindo equilíbrio contratual, controle técnico e adequada alocação de responsabilidades entre as partes.

5. PLANILHA DE PRIORIZAÇÃO (VISÃO GERAL)

PRIORIDADE	ID	RISCO	NÍVEL	TIPO DE AÇÃO	RESPONSÁVEL PRINCIPAL	MONITORAMENTO
1	R2	Baixa Qualidade de Material ou Execução	ALTO	Controle técnico rigoroso e ensaios obrigatórios	Fiscal do Contrato	Contínuo
1	R3	Descumprimento de Obrigações Trabalhistas	ALTO	Conferência mensal documental	Gestor do Contrato	Mensal
1	R4	Inadimplemento / Falência da Contratada	ALTO	Acompanhamento econômico-financeiro	Gestor e Autoridade	Trimestral
2	R1	Atraso na Mobilização	MÉDIO	Verificação de cronograma e plano de mobilização	Fiscal e Gestor	Semanal (início do contrato)
2	R5	Condições Climáticas Adversas	MÉDIO	Planejamento sazonal e controle meteorológico	Fiscal e Gestor	Permanente
2	R7	Sazonalidade de Preços de Insumos	MÉDIO	Acompanhamento de índices e mercado	Gestor do Contrato	Trimestral
3	R6	Interferências em Redes de Utilidade Pública	BAIXO	Vistoria prévia e comunicação com concessionárias	Fiscal e Contratada	Conforme demanda

A priorização dos riscos foi estabelecida com base no nível de impacto sobre a continuidade do serviço público essencial de manutenção viária, considerando a probabilidade de ocorrência e o potencial de dano à Administração Pública. Os riscos classificados como prioridade máxima exigem monitoramento contínuo e atuação preventiva imediata.

TIAGO DE CARVALHO XAVIER

Engenheiro Civil – Gestor de Contrato

Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes

Matricula: nº 67.400

ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA – MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.873/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA E RURAL, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA.

1. INTRODUÇÃO

Este Mapa de Gerenciamento de Risco será parte integrante do Processo Administrativo em questão, instruído com a finalidade de realizar **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO.**

2. DADOS DO PROCESSO

Para instrução da contratação, formalizou-se o processo administrativo Nº 2.873/2026. A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, fundamentada no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

3. MATRIZ DE AVALIAÇÃO (PROBABILIDADE X IMPACTO)

O nível de risco é determinado pela multiplicação da Probabilidade (1 a 5) pelo Impacto (1 a 5):

4. FASE PROCESSUAL

Modalidade de concorrência, fundamentado no Art. 28 Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos.

5. MATRIZ DE RISCOS ADOTADA

Para o gerenciamento dos riscos desta contratação utilizou-se a matriz de riscos do “Manual de gestão de riscos do TCU”:

Impacto	Muito Alto	15 Risco (b)	19	22	24	25
	Alto	10	14 Risco (a)	18	21	23
	Médio	6	9	13	17	20
	Baixo	3	5	8	12	16
	Muito baixo	1	2	4	7	11
		Raro	Pouco provável	Provável	Muito provável	Praticamente certo
		Probabilidade				
		Nível do risco (a): 14 Nível do risco (b): 15				

Escala de probabilidade (1 a 5):

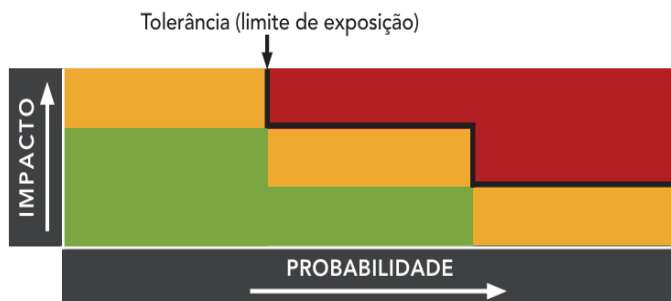
1. Raro: acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.
2. Pouco provável: o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.
3. Provável: repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.
4. Muito provável: repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte.
5. Praticamente certo: ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo

Escalas de impacto (1 a 5):

1. muito baixo: compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.
2. Baixo: compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.
3. Médio: compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.
4. Alto: compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.
5. Muito alto: compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.

O nível do risco é dado pelo número inscrito em cada célula da matriz, não é obtido por qualquer fórmula matemática. São 25 possíveis níveis de risco, em que cada nível está associado a uma estimativa de probabilidade e de impacto. A matriz ordena os possíveis níveis de risco, desde o mais baixo, ao qual é atribuído o nível 1 (evento muito raro, de impacto muito baixo), até o mais elevado, ao qual se atribui o nível 25 (evento praticamente certo e de impacto muito alto).

Matriz Simples de Risco e Tolerância ao Risco



TIAGO DE CARVALHO XAVIER

Engenheiro Civil – Gestor de Contrato

Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes

Matrícula: nº 67.400

6. RISCOS INERENTES À FASE INICIAL DO PROCESSO

ID	RISCO	PROB. (1-5)	IMP. (1-5)	NÍVEL	DANOS	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
RISCO 01	Elaboração inadequada do Termo de Referência / Projeto Básico	3	5	15 (ALTO)	Impugnações, atrasos na licitação e risco de nulidade do certame.	Revisão técnica multidisciplinar e análise jurídica prévia antes da publicação.	Suspensão do certame para correção do TR e republicação do edital.
RISCO 02	Pesquisa de preços inconsistente ou defasada	3	4	12 (MÉDIO)	Sobrepço ou inexecuibilidade contratual.	Utilização de múltiplas fontes oficiais (SICRO, SINAPI, ANP) e memória de cálculo detalhada.	Revisão da planilha orçamentária e retificação do edital antes da homologação.
RISCO 03	Restrição indevida à competitividade	2	5	10 (MÉDIO)	Representações ao TCM/MP e possível anulação da licitação.	Revisão jurídica das exigências de habilitação técnica e econômico-financeira.	Suspensão do processo e adequação das cláusulas restritivas.
RISCO 04	Falha na definição da modalidade e critério de julgamento	2	4	8 (MÉDIO)	Questionamentos legais e atrasos processuais.	Fundamentação expressa no Art. 28, I da Lei 14.133/2021 e parecer jurídico formal.	Retificação do instrumento convocatório e republicação.

RISCO 05	Ausência de previsão adequada de matriz de riscos	2	4	8 (MÉDIO)	Dificuldade na gestão contratual e conflitos futuros.	Elaboração detalhada do Mapa de Riscos antes da publicação do edital.	Ajuste contratual por termo aditivo justificando a redistribuição de riscos.
RISCO 06	Subdimensionamento do quantitativo estimado	3	5	15 (ALTO)	Necessidade de aditivos frequentes ou paralisação por insuficiência contratual.	Utilização de memória de cálculo detalhada constante no ANEXO I, fundamentada no histórico de consumo real de massa asfáltica (CBUQ) do Município e levantamento de campo, garantindo a precisão das estimativas conforme art. 23 da Lei 14.133/21."	Aditivo contratual dentro dos limites legais ou nova contratação complementar.
RISCO 07	Impugnações e recursos administrativos excessivos	4	3	12 (MÉDIO)	Atraso na homologação e início da execução.	Transparência documental, publicidade ampla e respostas técnicas fundamentadas.	Análise célere dos recursos e eventual republicação com ajustes.

7. RISCOS INERENTE À FASE DE GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

ID	RISCO	PROB. (1-5)	IMP. (1-5)	NÍVEL	DANOS	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
RISCO 08	Atraso na Execução das Ordens de Serviço	4	4	16 (ALTO)	Comprometimento da trafegabilidade e aumento das patologias do pavimento.	Acompanhamento semanal do cronograma físico, diário de Obras e fiscalização ativa.	Aplicação de multa moratória e reprogramação das frentes de serviço.

RISCO 09	Baixa Qualidade na Aplicação do CBUQ	3	5	15 (ALTO)	Redução da vida útil do pavimento e necessidade de retrabalho.	Exigência de controle tecnológico rigoroso em todas as etapas, incluindo ensaios de temperatura na descarga e aplicação, ensaios de densidade in situ e teor de betume. A medição fica condicionada à apresentação dos laudos laboratoriais que comprovem a conformidade com as normas do DNIT/ABNT.	Rejeição do serviço e reexecução às custas da contratada.
RISCO 10	Insuficiência de Equipe ou Equipamentos	3	4	12 (MÉDIO)	Queda de produtividade e atraso no atendimento das demandas.	Exigência contratual de quantitativo mínimo de equipe e maquinário disponível.	Notificação formal para recomposição imediata da estrutura operacional.
RISCO 11	Condições Climáticas Adversas (Chuvvas Intensas)	5	4	20 (ALTO)	Paralisação temporária dos serviços e atraso nas OS.	Planejamento sazonal e monitoramento meteorológico.	Suspensão formal do prazo das OS e reprogramação sem ônus adicional.
RISCO 12	Variação Excessiva de Preços de Insumos (CAP/Emulsão)	3	4	12 (MÉDIO)	Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	Monitoramento de índices oficiais e previsão contratual de reajuste.	Análise técnica e formalização de reequilíbrio econômico-financeiro, se comprovado.
RISCO 13	Descumprimento de Obrigações Trabalhistas	2	5	10 (MÉDIO)	Responsabilização subsidiária da Administração e	Conferência mensal de FGTS, INSS e folha salarial.	Retenção de pagamentos até regularização.

					paralisação dos serviços.		
RISCO 14	Interferência em Redes de Utilidade Pública	2	4	8 (MÉDIO)	Danos materiais e interrupção de serviços essenciais.	Consulta prévia às concessionárias e vistoria antes de escavações.	Comunicação imediata à concessionária e reparo conforme responsabilidade apurada.
RISCO 15	Falha na Medição e Atesto dos Serviços	3	4	12 (MÉDIO)	Pagamentos indevidos ou glosas posteriores.	Conferência técnica detalhada das medições com registros fotográficos e georreferenciamento.	Revisão da medição e instauração de procedimento administrativo, se necessário.
RISCO 16	Inadimplemento Contratual Grave / Abandono de Obra	2	5	10 (MÉDIO)	Paralisação total da manutenção viária.	Acompanhamento contínuo da execução e exigência de garantia contratual.	Rescisão contratual e execução da garantia.

8. RISCOS INERENTES À FASE DE CONCLUSÃO E PÓS ENTREGA DO OBJETO

ID	RISCO	PROB. (1-5)	IMP. (1-5)	NÍVEL	DANOS	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
RISCO 17	Recebimento provisório sem verificação técnica adequada	3	4	12 (MÉDIO)	Aceitação de serviços com falhas ocultas e prejuízo futuro ao erário.	Comissão de recebimento com checklist técnico, relatório fotográfico e conferência de medições.	Instauração de procedimento de revisão técnica e notificação para correção imediata.

RISCO 18	Identificação tardia de vícios construtivos (pós-entrega)	2	5	10 (MÉDIO)	Deterioração precoce do pavimento e necessidade de reparo com recursos públicos.	Previsão contratual de garantia mínima e exigência de ART e responsabilidade técnica formal.	Notificação da contratada para reparo imediato ou execução da garantia contratual.
RISCO 19	Liberação indevida da garantia contratual	2	4	8 (MÉDIO)	Impossibilidade de cobrir falhas posteriores.	Conferência formal do cumprimento integral das obrigações antes da liberação da garantia.	Abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade.
RISCO 20	Glosas ou questionamentos posteriores por órgãos de controle	3	5	15 (ALTO)	Responsabilização de gestores e necessidade de devolução de valores.	Arquivamento organizado de medições, laudos técnicos, registros fotográficos e relatórios de fiscalização.	Defesa técnica fundamentada e eventual instauração de tomada de contas especial.
RISCO 21	Não formalização do recebimento definitivo	2	3	6 (MÉDIO)	Insegurança jurídica quanto ao encerramento contratual.	Emissão de Termo de Recebimento Definitivo após prazo de observação.	Regularização documental imediata com despacho formal da autoridade competente.
RISCO 22	Desequilíbrio financeiro apurado apenas ao final do contrato	2	4	8 (MÉDIO)	Pleitos judiciais e passivos financeiros futuros.	Monitoramento contínuo de pedidos de reequilíbrio durante a execução.	Análise técnica e jurídica antes do encerramento contratual.
RISCO 23	Falta de avaliação de desempenho da contratada	3	3	9 (MÉDIO)	Perda de histórico para futuras contratações.	Elaboração de relatório final de desempenho contratual.	Registro formal no processo administrativo para consulta futura.

RISCO 24	Desvio de finalidade ou descarte irregular do material fresado (RAP).	3	5	15 (ALTO)	Crime ambiental, perda de patrimônio público (insumo) e apontamentos pelo TCM	Instituição do Relatório de Transporte de Resíduos (RTR) obrigatório. Todo material fresado deve ser escoltado ou rastreado até o pátio da SEINFRA para reuso (Economia Circular)	Glosa imediata do pagamento da medição de fresagem e aplicação de sanções administrativas à contratada
----------	---	---	---	--------------	---	---	--

9. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

- **NOME:** TIAGO DE CARVALHO XAVIER
- **CARGO:** ASSESSOR DE GABINETE – GESTOR DE CONTRATOS
- **MATRICULA:** 67.400
- **PROFISSÃO:** ENGENHEIRO CIVIL

TIAGO DE CARVALHO XAVIER
Assessor de Gabinete – Gestor de Contratos
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes
Prefeitura Municipal de Barreiras/BA

ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA – JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO RITO COM INVERSÃO DE FASES

ADOÇÃO DO RITO COM INVERSÃO DE FASES

(Habilitação Antes do Julgamento de Propostas)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2.873/2026

MODALIDADE: Pregão

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA E RURAL, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Art. 5º (Princípios), Art. 17, § 1º (Inversão de Fases).

Princípios Administrativos: Eficiência, Qualidade, Segurança Jurídica e, primordialmente, do Interesse Público.

Doutrina: JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo. Thomson Reuters Brasil, 2021. Pag. 773.

2. CONCEITO DE INVERSÃO DE FASES

O Art. 17 da Lei nº 14.133/2021 estabelece como ordem padrão das fases do processo licitatório:

- **Fase IV:** Julgamento (das propostas de preço)
- **Fase V:** Habilitação (análise de documentos)

Contudo, o § 1º do Art. 17 permite que a Administração Pública, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, inverta essa ordem, fazendo com que a fase de habilitação (V) anteceda as fases de apresentação de propostas e lances (III) e de julgamento (IV), desde que expressamente previsto no edital de licitação.

Portanto, a inversão de fases consiste em:

Primeiro: Análise da habilitação de todos os licitantes

Depois: Disputa de lances e julgamento de preços apenas entre os licitantes habilitados

3. JUSTIFICATIVA DETALHADA

A presente contratação tem por objeto a execução de serviços especializados de manutenção e recomposição asfáltica da malha viária urbana do Município, compreendendo intervenções corretivas e preventivas destinadas à restauração das condições estruturais e funcionais do pavimento. O escopo contempla a fresagem mecanizada de revestimentos deteriorados, a aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), a execução de pintura de ligação com emulsão asfáltica adequada, o transporte de materiais betuminosos e agregados, bem como a operação tapa-buraco em vias públicas.

Trata-se de atividade técnica que exige controle rigoroso de temperatura do material, adequada dosagem de ligante asfáltico, compactação eficiente, observância às normas técnicas aplicáveis e utilização de equipamentos específicos, como fresadoras, vibroacabadoras e rolos compactadores. A qualidade da execução interfere diretamente na durabilidade do pavimento, na segurança do tráfego, na mobilidade urbana e na redução de custos futuros com retrabalhos.

Por envolver serviços contínuos, com impacto direto na infraestrutura urbana e na segurança viária, a contratação demanda empresa com comprovada capacidade técnica, estrutura operacional adequada e regularidade econômico-financeira, justificando a adoção do rito com inversão de fases, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.1.SALVAGUARDA DO INTERESSE PÚBLICO E GARANTIA DE QUALIDADE NA EXECUÇÃO

A manutenção e recomposição asfáltica da malha urbana constituem serviços essenciais à coletividade, uma vez que influenciam diretamente a segurança do tráfego, a redução de acidentes, o conforto dos usuários e a preservação dos veículos que circulam diariamente pelas vias municipais.

A execução inadequada de fresagem, aplicação de CBUQ ou pintura de ligação pode resultar em desagregação precoce do revestimento, formação recorrente de buracos, infiltrações de água nas camadas estruturais e comprometimento da base do pavimento. Tais falhas geram desperdício de recursos públicos e necessidade de intervenções repetidas em curto espaço de tempo.

Ao estabelecer a habilitação prévia, a Administração assegura que apenas empresas que comprovem experiência anterior compatível, acervo técnico pertinente e capacidade operacional participem da disputa de preços. Essa medida protege o interesse público ao garantir que o menor valor ofertado seja apresentado por empresa efetivamente apta a executar o objeto com qualidade técnica e durabilidade adequada.

3.2.COMBATE A LICITANTES "AVENTUREIROS" E "COELHOS"

É recorrente, em contratações de serviços de manutenção asfáltica, a participação de empresas sem estrutura própria ou sem experiência comprovada, que ofertam preços

excessivamente reduzidos sem condições reais de execução. Tais situações frequentemente resultam em atrasos, abandono contratual, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e paralisações de serviços essenciais.

No caso específico da recomposição asfáltica, a ausência de usina regularizada de CBUQ, de equipamentos adequados ou de equipe técnica capacitada compromete a qualidade do

serviço e expõe o Município a riscos técnicos e jurídicos.

A inversão de fases permite que a Administração filtre previamente essas situações, analisando a capacidade técnica e econômico-financeira antes da fase competitiva. Dessa forma, a disputa de preços ocorre apenas entre empresas efetivamente aptas, reduzindo significativamente o risco de contratação de licitantes sem capacidade operacional compatível com o objeto.

3.3.AGILIDADE PROCESSUAL E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

A adoção da habilitação prévia contribui para maior racionalidade procedimental. Ao verificar inicialmente a documentação técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira, a Administração elimina de imediato os licitantes que não atendam às exigências do edital.

Essa sistemática evita que a fase de julgamento recaia sobre propostas de empresas inaptas, reduzindo a ocorrência de recursos administrativos posteriores e prevenindo a necessidade de anulação de atos ou de reabertura de fases do certame.

Além disso, impede a frustração do procedimento licitatório após a definição do menor preço, situação que ocorre quando o vencedor não comprova condições de habilitação. Com a inversão de fases, a disputa se torna mais objetiva e eficiente, pois se restringe aos participantes plenamente qualificados.

3.4.AUMENTO DA QUALIDADE E REDUÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS

A seleção prévia de empresas tecnicamente qualificadas tende a elevar o padrão de execução dos serviços e reduzir custos indiretos para a Administração. Serviços de recomposição asfáltica mal executados implicam retrabalhos, novas mobilizações de equipes, desperdício de insumos e desgaste administrativo com fiscalização intensificada e aplicação de sanções contratuais.

Ao assegurar que apenas empresas com estrutura compatível e experiência comprovada participem da fase de lances, a Administração reduz o risco de falhas construtivas, aumenta a durabilidade das intervenções e otimiza a aplicação dos recursos públicos.

Em síntese, a inversão de fases representa instrumento de gestão eficiente, alinhado aos princípios da economicidade, eficiência e proteção do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, constituindo medida proporcional e adequada à complexidade técnica do objeto licitado.

3.5.TRANSPARÊNCIA E DISPUTA JUSTA

A inversão de fases não compromete a competitividade do certame, tampouco restringe a ampla concorrência.

Após a habilitação, a disputa de preços ocorrerá exclusivamente entre licitantes que tenham comprovado atendimento às exigências técnicas, jurídicas e econômico-financeiras previstas no edital.

A fase competitiva permanecerá isonômica e objetiva, garantindo igualdade de condições entre os participantes habilitados e assegurando que o menor preço seja apresentado por empresa efetivamente apta à execução do objeto.

Dessa forma, a medida reforça a transparência, a segurança jurídica e a confiabilidade do procedimento licitatório.

3.6.RESPOSTA A PROBLEMAS ANTERIORES

Se em processos anteriores ocorreram problemas como qualificação de licitantes que não cumpriram adequadamente com os requisitos técnicos ou financeiros, empresas que solicitaram desistência do lance após vencer, ou contratos mal executados por falta de capacidade operacional, a inversão de fases permite um filtro mais eficaz e precoce, evitando

a contratação de serviços insatisfatórios e protegendo o erário público.

4. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS

Para a aplicação da inversão de fases, conforme o § 1º do Art. 17 da Lei 14.133/2021, são necessários os seguintes requisitos legais, todos devidamente atendidos:

a) Deliberação da Administração Pública

Tal decisão fundamenta-se nos riscos previamente mapeados em planejamento técnico e criterioso, considerando a execução contínua dos serviços, a logística operacional e o controle tecnológico das intervenções. Visa assegurar que a futura contratada possua capacidade técnica-operacional e econômico-financeira compatível com a complexidade do objeto. A medida contribui para a mitigação de riscos e o aumento da eficiência contratual, garantindo a qualidade dos serviços prestados ao Município de Barreiras – BA.

b) Publicidade Adequada

O edital da Concorrência consignará expressamente a adoção do rito com habilitação prévia, garantindo plena ciência aos licitantes quanto à ordem das fases procedimentais.

c) Objetivo de Eficiência

A medida visa conferir maior eficiência ao procedimento licitatório, permitindo a verificação prévia da qualificação dos participantes e evitando a análise de propostas de empresas que não atendam às exigências do edital, reduzindo riscos de atrasos, recursos e frustração da contratação.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a adoção do rito com inversão de fases (habilitação antes do julgamento) para a presente licitação não é apenas uma opção legal, mas a estratégia de gestão mais coerente e responsável para uma contratação que priorize qualidade, segurança jurídica e efetividade.

A medida visa garantir que: apenas empresas aptas e qualificadas participem da disputa de preços; o menor preço obtido seja de uma empresa com real capacidade de execução; o interesse público seja protegido contra licitantes "aventureiros" e "de fachada"; e o contrato seja executado com qualidade, evitando prejuízos à população.

A opção por este rito será expressamente prevista no edital convocatório para garantir total transparência e segurança jurídica ao processo.

TIAGO DE CARVALHO XAVIER

Engenheiro Civil – Gestor de Contrato

Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes

Matricula: nº 67.400

ANEXO X DO TERMO DE REFERÊNCIA– CONTRATO Nº 129/2021 UTILIZADO COMO APOIO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS CNPJ Nº 13.654.405/0001-95

CONTRATO Nº 129/2021

O MUNICÍPIO DE BARREIRAS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.654.405/0001-95, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor João Barbosa de Souza sobrinho, denominada Contratante, e a empresa RODE BEM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 06.317.540/0001-80, com sede na Rua Guarujá, nº 396, Bairro Renato Gonçalves, Barreiras-BA, neste ato representada pelo Senhor JACKSON WEISHEIMER, inscrito no CPF nº 452.804.521-49, na forma dos seus estatutos sociais ou procuração, doravante denominada CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, celebram o presente Contrato, de acordo com o constante no Processo nº 789/2021, referente ao pregão presencial nº 002/2021, em observância à lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, sendo do tipo menor preço global.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1 Contratação de empresa especializada na execução dos Serviços de Usinagem de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) faixa tipo C, que serão utilizadas para recapeamento, asfaltamento, operações tapa buracos das vias públicas do Município de Barreiras/BA, requisitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1.2 Constitui objeto do presente contrato, os serviços abaixo descritos:

LOTE UNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	USINAGEM DE MASSA ASFÁLTICA (CBUQ) Faixa tipo C. Com CAP 50/70, para capa de rolamento. Incluso transporte e aplicação com vibro acabadora. Asfalto pré-misturado usinagem de Concreto Betuminoso Usinado a Quente CBUQ.	TON.	20.000	R\$ 629,00	R\$ 12.580.000,00
VALOR TOTAL		R\$ 12.580.000,00 (doze milhões quinhentos e oitenta mil reais).			

1.3 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Fica estipulado em R\$ 12.580.000,00 (doze milhões, quinhentos e oitenta mil reais) o valor total a ser pago à CONTRATADA pela CONTRATANTE.

2.1.1 Os preços unitários e global retro referidos são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

2.2 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, constituído assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados;

2.3 O pagamento à contratada será efetuado mediante entrega do objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da protocolização da Nota Fiscal com o devido ateste do recebimento do objeto.

2.4 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal, acompanhada dos documentos solicitados pela Secretaria de Infraestrutura, todos devidamente conferidos por servidor público responsáveis.

2.5 Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.6 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas de vencimento, não respondendo o Município por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

2.7. Para facilitar a realização dos pagamentos, deverá ser especificados no corpo da Nota Fiscal o número do respectivo empenho e os dados bancários da empresa contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
CNPJ Nº 13.654.405/0001-95

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTAMENTO

3.1 Será reajustado o contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, adotando-se o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1 O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura.

4.2 Os serviços terão um prazo para execução de até 180 (cento e oitenta) dias CORRIDOS, a contar da ordem serviço, podendo ser prorrogado, conforme justificativa da CONTRATADA ou em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros correrão sob as rubricas:

Unidade: 03.11.11- Sec. Mun. de Infraestrutura, Obras, Serv. Público e Transporte

Projeto/Atividade: 1040- Execução de Pavimentação, requalificação e drenagem de vias publicas no Município.

Elemento da Despesa: 44.90.39- Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 00- Recursos Ordinários

Fonte de Recurso: 16- Contribuição de intervenção do Domínio Econômico CIDE PM

Fonte de Recurso: 90- Operação de Créditos

Fonte de Recurso: 92- Alienação de Bens

CLÁUSULA SEXTA - REGIME DE EXECUÇÃO

6.1 O regime de execução será o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 A contratada se compromete a realizar o fornecimento do objeto requisitado em consonância com as condições dispostas neste Termo, no Edital e na Proposta de Preços apresentada na sessão de abertura do certame;

7.2. Cumprir rigorosamente o Edital e os prazos estabelecidos, sujeitando-se a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

7.3. Comunicar a Prefeitura Municipal de Barreiras/BA, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

7.4. Manter informada a Prefeitura de Barreiras/BA quanto a mudanças de endereço, telefones, fax e e-mail de seu estabelecimento.

7.5. Atender com prontidão as reclamações por parte da contratante, objeto da presente licitação;

7.6. A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza sine qua non para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza.

7.7. Fica a contratada na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.8. Cumprir fielmente o objeto do presente instrumento, seguindo a legislação vigente, inclusive as Instruções Normativas dos órgãos de fiscalização.

7.9. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;

7.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
CNPJ Nº 13.654.405/0001-95

7.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme art. 71 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1 Exigir o fiel cumprimento do Edital e Contrato, bem como zelo na execução do objeto e o cumprimento dos prazos.

8.2 Colocar à disposição da CONTRATADA toda a documentação necessária para a perfeita execução do objeto.

8.3 Fornecer, sempre que for necessário e quando for solicitado pela CONTRATADA, informações adicionais pertinentes à execução do objeto.

8.4 A CONTRATANTE, pelo seu titular, é a única responsável pelos atos de gestão administrativa que sejam praticados, limitando-se a CONTRATADA a responsabilidade técnica dos serviços executados.

8.5 Fiscalizar a execução deste contrato, apontando vícios e defeitos, e determinar as correções.

8.6 Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

8.7 Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

CLÁUSULA NONA - DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

9.1 Fica estabelecido que, na hipótese da CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DECIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1 Não é permitido no todo ou em parte a subcontratação de quaisquer serviços.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração a inexecução total ou parcial da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o limite de 3% (três por cento), por descumprimento de cláusula contratual, Aquisição em desacordo com as especificações contratadas ou de má qualidade, atraso injustificado (aplicável até o quinto dia de atraso), calculada sobre o valor da parcela correspondente ao mês de ocorrência do inadimplemento da execução, recolhida no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação oficial;

c) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato, recolhida no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação oficial, no caso de ocorrer a inexecução total ou atraso na execução do objeto (após o quinto dia de atraso), o que poderá ocasionar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

d) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com o Município de Barreiras e com os demais órgãos envolvidos na contratação proposta;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior. As multas previstas nas alíneas "b" e "c", serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

11.2 As sanções previstas, nas alíneas "a", "d" e "e", poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.3 A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.4 Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção. A Autoridade Competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

11.5 O valor da devolução da multa aplicada pela Prefeitura Municipal de Barreiras/BA face provimento de recurso, também será acrescido de compensação financeira calculada pela mesma fórmula.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
CNPJ Nº 13.654.405/0001-95

11.6 Caberá ao responsável designado pela Prefeitura Municipal de Barreiras/BA, para fiscalização e acompanhamento da execução contratual, comunicar a inobservância das cláusulas contratuais, para fins de adoção das penalidades.

11.7 De acordo com o Art. 7º, da Lei 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO

12.1 O presente contrato poderá ser alterado mediante celebração de termos aditivos, e rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste contrato.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 No caso de rescisão deste contrato, a **CONTRATADA** receberá apenas o pagamento do serviço já entregue e aprovado pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.3 A fiscalização do objeto será exercida pela **CONTRATANTE**, por meio da Secretaria requisitante, na forma que lhe convier;

13.2. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Secretaria Municipal, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente;

13.3. Fica designada a servidora pública Srª Lazeni Maria dos Santos, Subsecretária de Infraestrutura e Obras, Matrícula nº 59763.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1 Os serviços serão executados de acordo com as solicitações feitas pela Secretaria responsável, mediante ordem de serviços e/ou Nota de Empenho e devendo atender as especificações técnicas do projeto básico/executivo.

14.2. Os serviços terão um prazo para execução de até 180 (cento e oitenta) dias **CORRIDOS**, a contar da ordem serviço, podendo ser prorrogado, conforme justificativa da **CONTRATADA** ou em comum acordo entre as partes.

14.3. A entrega/execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura o qual fará a verificação da conformidade do item com as especificações constantes na proposta de preços da **CONTRATADA**, bem como, quantidade e especificações técnicas exigidas.

14.4. O Município não dispõe de pessoal para descarregamento de caminhões, cuja atribuição é de responsabilidade da contratada.

14.5. Caberá ao servidor, responsável pelo recebimento, atestar o objeto recebido para fins de pagamento ou rejeitar totalmente ou em parte, o item que não esteja de acordo com as especificações, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora da especificação.

14.6. A licitante vencedora deverá substituir o item rejeitado pela fiscalização, sem ônus para esta Administração, até o efetivo atendimento da qualidade do objeto em conformidade com a descrição apresentada na Proposta de Preços. Não será emitido o correspondente Termo de Recebimento do Produto sem que haja a total aceitabilidade do objeto em questão.

14.7. A presença da fiscalização do Município não elide, nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Serão partes integrantes deste contrato:

a) Edital e Anexos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
CNPJ Nº 13.654.405/0001-95

b) Proposta de Preços da **CONTRATADA**;
c) Processo administrativo nº **789/2021**.

15.2 Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela **CONTRATADA** serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.


15.3 Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 8.666/93.

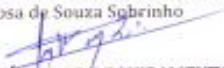
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da Cidade de Barreiras, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo, assinam as partes este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

BARREIRAS-BA, 28 de Abril de 2021.


PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS-BA
Sr. João Barbosa de Souza Sobrinho


RODE BEM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
EMPRESA Representada pelo Sr. JACKSON WEISHEIMER, inscrito no CPF nº 452.804.521-49.

TESTEMUNHAS:

NOME: 
CPF: 803.083.72-0

NOME: 
CPF: 26.703.945-06



Página 95 de 132



DIÁRIO OFICIAL

Barreiras-Bahia - Edição 3432 - 05 de Maio de 2021 - ANO 15

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001-FMS/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 985/2021

CONTRATO Nº 100-A/2021

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 23/03/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARREIRAS BAHIA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CLÍNICA ESPECIALIZADA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA E SAÚDE MENTAL DE PARACATU LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.811.629/0001-17, com sede na Rodovia MG 188, KM 05 Sertão Paracatu/Unai, S/N, Fazenda São Sebastião, Bairro: Área Rural de Paracatu, CEP nº 38.609-899, Município Paracatu-MG.

Valor Global: R\$ 17.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais).

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços especializados na internação do paciente AMILTON DOS SANTOS, inscrito no CPF nº 044.078.055-10, que sofre de transtornos mentais.

Unidade: 030950 – Fundo Municipal de Saúde de Barreiras – FMS

Projeto/Atividade: 2088 – Manutenção das Ações de Assistência Ambulatorial e Hospitalar.

Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 6102 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos da Saúde 15%.

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 0210/2019

2º Termo Aditivo, Proc. Adm. 590/2021, Inexigibilidade nº 47/2019 – Órgão – Fundo Municipal de Saúde de Barreiras/BA. Empresa: DÉBORA CORADO DE MELO BENTO - ME, CNPJ: 15.550.993/0001-42. Objeto: Termo aditivo visando o reajuste de valor dos procedimentos – exame citopatológico cervico – vaginal/microflora – R\$ 13,72 (treze reais e setenta e dois centavos); exame citopatológico cervico – vaginal/microflora – rastreamento – R\$ 14,37 (quatorze reais e trinta e sete centavos), baseada na Portaria BMMS nº 3.426 de 14 de dezembro de 2020 – altera os atributos de procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS), do contrato derivado do Chamamento Público nº 002/2019, Contrato 0210/2019. Ass.: 18/02/2021, Fund. Legal: Inciso IX, Art. 40 da Lei 8.666/93.

EXTRATO DO SETÍMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2017.

Proc. Adm. Nº 862/2021- CONCORRÊNCIA nº 001/2017- Contratante: MUNICÍPIO DE BARREIRAS- Contratada: MM CONSULTORIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 06.050.189/0001-03, pessoa jurídica de direito privado. OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses e a reposição do saldo integral no valor de R\$ 20.713.667,20 (vinte milhões setecentos e treze mil oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), mantendo as cláusulas contratuais, principalmente as que se refere aos valores executados inicialmente, a contar a partir do dia 20 de abril de 2021, conforme dotação orçamentária supra e solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serv. Públicos e Transporte; O Fiscal do Contrato será a servidora: Luzenir Maria dos Santos - Matrícula nº: 55859, a partir da assinatura deste presente termo, mantendo as demais cláusulas contratuais. Ass.: 20/04/2021, João Barbosa de Souza Sobrinho, Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2021.

Proc. Adm. Nº 789/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021. Contratante: MUNICÍPIO DE BARREIRAS - Contratada: RODE BEM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 06.317.540/0001-80, com sede na Rua Guanajuá, nº 396, Bairro Renato Gonçalves, Barreiras-BA. OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução dos Serviços de Usinagem de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) faixa tipo C, que serão utilizadas para recapeamento, asfaltamento, operações tapa buracos das vias públicas do Município de Barreiras/BA, requisitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura. Ass.: 28/04/2021. Valor Global: R\$ 12.580.000,00 (doze milhões, quinhentos e oitenta mil reais). Ass.: João Barbosa de Souza Sobrinho, Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL – Nº 006/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barreiras/Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 201/2020, torna público para conhecimento dos interessados a **REPUBLICAÇÃO** da licitação na modalidade **Pregão Presencial** - Nº 006/2021 **Objeto:** Registro de Preços para eventual contratação de pessoa jurídica visando à locação de impressoras multifuncionais, incluindo manutenção e instalação, requisitado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. **Sessão de Abertura:** 17/05/2021 às 08h. O edital poderá ser obtido em sua íntegra no site: <https://portaltransparencia.barreiras.ba.gov.br/licitacoes/Informacoes> Fone: 08h às 12h: (77) 3614-7114. **André Avelino de Oliveira Neto** – Pregoeiro. Barreiras/BA, 04 de maio de 2021.



PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO	
PREGÃO Nº 002/2021	PROCESSO Nº 789/2021
OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução dos Serviços de Usinagem de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) faixa tipo C, que serão utilizadas para recapeamento, asfaltamento, operações tapa buracos das vias públicas do Município de Barreiras/BA	

DADOS DA EMPRESA	
RAZÃO SOCIAL: RODE BEM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	
CNPJ Nº 06.317.540/0001-80	INSC. ESTADUAL: 064.005.223 NO
ENDEREÇO: RUA GUARUJÁ 396, BAIRRO RENATO GONÇALVES, BARREIRAS, BAHIA	
TELEFONE (77) 3612-3419	FAX
BANCO BRADESCO	AGÊNCIA Nº 0973
E-MAIL: adroaldo72@rme.com	
CC Nº 53640-7	

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO	
NOME: JACKSON WEISHEIMER	
RG Nº: 20.354.906-69	CPF: 452.804.521-49
ÓRG. EXPEDIDOR: SSP/BA	

VALIDADE DESTA PROPOSTA DE PREÇOS: 60 (SESSENTA) DIAS	PRazo DE EXECUÇÃO: 180 (CENTO E OITENTA DIAS)
--	--

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CLASS	UNIDADE	COEF.	PREÇO(R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Equipamentos					
Própria	RECOMPOSIÇÃO PAVIMENTO ASFÁLTICO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A	SER.CG	TON			
	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA,	MAT.	T	1,000000	391,94	391,94
5835/CAERN	VIBROACABADORA DE ASFALTO SOBRE ESTEIRAS, LARGURA DE PAVIMENTAÇÃO 1,50 M A 5,30	EQ.LOC	CHP	0,046250	254,20	16,94
5837/CAERN	VIBROACABADORA DE ASFALTO SOBRE ESTEIRAS, LARGURA DE PAVIMENTAÇÃO 1,50 M A 5,30	EQ.LOC	CHI	0,135500	104,10	14,11
88314/CAERN	RASTELEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	M.O.	H	1,614350	19,87	30,79
91386/CAERN	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRACÇÃO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG	EQ.LOC	CHP	0,046250	137,32	9,10
95303/CAERN	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3 DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO	MAT.	M300M	20,000000	0,81	16,20
95631/CAERN	ROLLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTENCIA 125 HP, PESO SEM/COM	EQ.LOC	CHP	0,015850	126,82	12,10
95632/CAERN	ROLLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTENCIA 125 HP, PESO SEM/COM	EQ.LOC	CHI	0,015850	52,28	5,54
96155/CAERN	TRATOR DE PNEUS COM POTENCIA DE 85 CV, TRACÇÃO 4X4, COM VISSOURA MECÂNICA	EQ.LOC	CHI	0,344900	34,97	5,07
96157/CAERN	TRATOR DE PNEUS COM POTENCIA DE 85 CV, TRACÇÃO 4X4, COM VISSOURA MECÂNICA	EQ.LOC	CHP	0,054900	105,56	9,03
96402/CAERN	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA BR-2C, AF. 1/1/2019	MAT.	M2	16,416670	1,70	28,33
96463/CAERN	ROLLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIÁVEL, POTENCIA 130 HP, PESO	EQ.LOC	CHP	0,044900	120,20	9,03
96464/CAERN	ROLLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIÁVEL, POTENCIA 130 HP, PESO	EQ.LOC	CHI	0,133650	55,22	19,53
PREÇO TOTAL (unit.):						561,62
804(%) 12,00						87,34
PREÇO TOTAL UNIT. (c/ taxa):						629,00
QUANTIDADE:						20.000,00
TOTAL GERAL:						12.580.000,00

Barreiras/BA, 26 de março de 2021.

RODE BEM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Jackson Weisheimer
Administrador

**RODEBEM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS
E EQUIP. P/ CONST. CIVIL LTDA**
CNPJ: 06.317.540/0001-80

CONFERE 26/03/2021 26/03/2021 RUA GUARUJÁ 396, BAIRRO RENATO GONÇALVES, BARREIRAS, BAHIA.

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este estudo técnico preliminar visa fundamentar a contratação por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum de engenharia para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA E RURAL, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA.** de interesse da Administração Pública.

Processo Administrativo: Nº 2.873/2026

ETP Nº 001/2026	Data da Elaboração: 18/05/2026
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte Servidor: Engenheiro Civil – Tiago de Carvalho Xavier	

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa demonstrar a viabilidade técnica, econômica e legal, bem como fundamentar a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de serviços de manutenção e recomposição asfáltica da malha viária urbana e rural do Município de Barreiras – BA, compreendendo fresagem mecanizada, aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), pintura de ligação, transporte de materiais e operação tapa-buraco.

A malha viária municipal (urbana e rural) apresenta desgaste progressivo decorrente do tráfego contínuo de veículos leves e pesados, da ação das intempéries, da variação térmica e do processo natural de envelhecimento do revestimento asfáltico. Foram identificadas patologias recorrentes, tais como:

- Buracos (panelas);
- Trincas longitudinais e em malha;
- Afundamentos localizados;
- Desagregação superficial;
- Perda de aderência da camada de rolamento.

A ausência de intervenção técnica adequada poderá acarretar:

- Aumento exponencial do custo de recuperação futura;
- Comprometimento da segurança viária;
- Elevação do risco de acidentes;
- Potencial responsabilização civil do Município por danos a terceiros;
- Prejuízo à mobilidade urbana e ao desenvolvimento econômico local.

Dessa forma, a presente contratação se mostra necessária para garantir a preservação do patrimônio público, a segurança da população e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A intervenção também visa atuar como camada de proteção impermeabilizante, reduzindo a infiltração de águas pluviais nas camadas estruturais do pavimento, preservando a capacidade de suporte da base e sub-base, conforme diretrizes técnicas estabelecidas no Termo de Referência

1.1.NECESSIDADE E VÍNCULO COM INVESTIMENTO PRÉVIO

O Município de Barreiras realizou, nos últimos exercícios financeiros, investimentos significativos na implantação e recuperação de pavimentação asfáltica em diversos bairros e corredores estruturantes da cidade, com recursos próprios e de transferências constitucionais.

Tais investimentos integram o patrimônio público municipal e possuem vida útil condicionada à realização de manutenção preventiva e corretiva periódica. A ausência dessas intervenções compromete a durabilidade do pavimento, acelera o surgimento de patologias estruturais e reduz drasticamente o retorno do investimento público realizado.

A manutenção corretiva estruturada ora proposta é indispensável para:

- Preservar e proteger o patrimônio público já constituído;
- Evitar a evolução de patologias superficiais para falhas estruturais de maior complexidade e custo;
- Maximizar a vida útil do pavimento, observando a lógica de custo do ciclo de vida do ativo público;
- Garantir economicidade, prevenindo a necessidade de reconstruções integrais significativamente mais onerosas;
- Assegurar eficiência administrativa na gestão da infraestrutura urbana e rural.

Dessa forma, a presente contratação não configura nova despesa discricionária, mas sim medida técnica necessária à preservação de investimento público já consolidado, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

1.2.SOLUÇÃO IMEDIATA E UTILIDADE FUTURA

Sob a perspectiva da engenharia de pavimentação e da gestão de ativos públicos, a manutenção corretiva do pavimento asfáltico constitui medida técnica essencial para a preservação da capacidade estrutural e funcional das vias urbanas e rural.

O revestimento asfáltico, ao longo do tempo, sofre degradações decorrentes de fatores como:

- Tráfego repetitivo e sobrecarga veicular;
- Intempéries e variações térmicas;
- Infiltrações de água nas camadas estruturais;
- Execução de intervenções em redes subterrâneas;
- Fadiga natural dos materiais constituintes.

A ausência de intervenções tempestivas ocasiona a evolução de patologias superficiais (trincas, panelas e afundamentos localizados) para falhas estruturais profundas, que demandam reconstrução total da base e sub-base, com custos significativamente superior.

A solução proposta — execução de serviços de tapa-buraco, recomposição de camada de rolamento e correções localizadas — apresenta-se tecnicamente adequada porque:

- Atua de forma pontual e preventiva sobre as áreas degradadas;
- Preserva a estrutura remanescente ainda íntegra;
- Reduz o custo global de conservação no ciclo de vida do pavimento;
- Permite atuação ágil conforme surgimento das demandas;
- Minimiza impactos à mobilidade urbana e rural.

Ademais, a contratação por meio de empresa especializada assegura:

- Disponibilidade de equipe técnica qualificada;
- Equipamentos adequados (vibroacabadoras, rolos compactadores, caminhões térmicos, etc.);
- Controle tecnológico do material betuminoso;
- Atendimento às normas técnicas vigentes (DNIT, ABNT e especificações técnicas municipais).

A solução, portanto, mostra-se tecnicamente viável, economicamente racional e administrativamente eficiente.

1.3.INTERESSE PÚBLICO E DADOS ORÇAMENTÁRIOS

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve demonstrar a necessidade da contratação e a melhor solução para atendimento ao interesse público.

A malha viária urbana e rural municipal constitui infraestrutura essencial à:

- Mobilidade da população;
- Escoamento da produção local;
- Acesso a serviços públicos essenciais (saúde, educação e segurança);
- Segurança viária de condutores e pedestres.

A deterioração do pavimento compromete:

- A segurança do tráfego, elevando riscos de acidentes;
- A fluidez viária;
- A integridade dos veículos;
- A imagem institucional da Administração Pública.

Além disso, a inércia administrativa frente à degradação progressiva das vias pode configurar má gestão do patrimônio público, uma vez que a omissão na manutenção acelera a perda do ativo e eleva exponencialmente os custos futuros de recomposição.

Registra-se ainda que o Município não dispõe, em sua estrutura administrativa, de parque de máquinas, usina de CBUQ, equipe técnica operacional permanente e logística adequada para execução contínua e tempestiva dos serviços em escala compatível com a demanda urbana e rural existente.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada apresenta-se como medida necessária e adequada para assegurar:

- Continuidade do serviço público;
- Eficiência na aplicação dos recursos;
- Planejamento preventivo;
- Redução de custos futuros;
- Atendimento ao princípio da economicidade.

Conclui-se, portanto, que a contratação é indispensável ao atendimento do interesse público primário, estando devidamente fundamentada sob os aspectos técnico, operacional e jurídico.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

Em observância ao disposto no Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação para **serviços de manutenção e recomposição asfáltica (CBUQ, fresagem e tapa-buraco)** encontra-se devidamente planejada e registrada no **Plano de Contratações Anual (PCA)** do Município de Barreiras – BA, conforme dados extraídos da plataforma **GOV.plan**:

- **Identificador do Planejamento (ID):** 4303/2026
- **Unidade Requisitante:** Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes.
- **Alinhamento Estratégico:** Manutenção da infraestrutura urbana e rural e garantia da segurança viária.

A previsão deste objeto no PCA demonstra o compromisso da administração com a governança e o planejamento prévio, assegurando que a demanda não possui caráter isolado, mas faz parte de um cronograma de desembolso e execução física estruturado para o exercício vigente.

A correlação entre este ETP e o planejamento anual visa mitigar riscos de descontinuidade dos serviços públicos e garantir a eficiência na aplicação dos recursos destinados à malha viária urbana e rural.

A contratação encontra-se compatível com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo às exigências de planejamento e responsabilidade fiscal aplicáveis às despesas plurianuais.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado realizado no presente Estudo Técnico Preliminar não se restringe à mera pesquisa de preços, consistindo em análise técnica das soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Foram avaliadas as alternativas praticadas no mercado para manutenção e recomposição da malha viária, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de eficiência, conforme segue:

I – Execução direta pela Administração Pública:

Verificou-se que o Município não dispõe de estrutura operacional adequada, incluindo usina de CBUQ, equipamentos especializados (fresadora, vibroacabadora, rolos compactadores) e equipe técnica permanente em quantidade suficiente para atendimento da demanda contínua. Tal alternativa mostrou-se inviável sob os aspectos técnico e operacional.

II – Contratação por empreitada de serviços isolados:

A contratação fragmentada por serviços específicos (fresagem, aplicação de CBUQ, transporte, etc.) demonstrou-se tecnicamente inadequada, tendo em vista a interdependência das etapas e o risco de comprometimento da qualidade final do pavimento, além de aumento da complexidade de gestão e fiscalização contratual.

III – Contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços:

Esta alternativa mostrou-se a mais adequada, uma vez que permite a execução contínua, padronizada e com responsabilidade técnica integral, assegurando maior eficiência operacional, controle tecnológico e durabilidade das intervenções.

No tocante ao mercado fornecedor, verificou-se a existência de empresas especializadas, devidamente registradas no CREA, com capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, garantindo competitividade no certame.

Adicionalmente, foram utilizados como referenciais técnicos e econômicos:

- SINAPI/CAIXA, como sistema estruturante de custos;
- DNIT, para parâmetros técnicos de pavimentação;
- ORSE, SEINFRA e EMBASA, como referenciais auxiliares;
- Dados da ANP para insumos betuminosos.

Conclui-se que há solução disponível, viável e amplamente praticada no mercado, sendo a contratação de empresa especializada a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

A solução proposta para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada para execução contínua, sob demanda, de serviços de manutenção e recomposição da camada de rolamento asfáltica da malha viária urbana e rural do Município de Barreiras – BA.

A definição desta solução decorre do levantamento de mercado realizado, que apontou a contratação de empresa especializada como a alternativa mais eficiente sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando a complexidade dos serviços, a necessidade de controle tecnológico e a indisponibilidade de estrutura própria da Administração para execução direta.

A solução contempla intervenções corretivas e preventivas, com o objetivo de restabelecer as condições de funcionalidade do pavimento, melhorar a segurança viária, aumentar a durabilidade da infraestrutura existente e reduzir custos futuros com reconstruções estruturais.

Considerando a natureza contínua, dinâmica e variável das intervenções, especialmente no que se refere aos serviços de tapa-buraco — executados de forma recorrente — e às ações de recomposição asfáltica mais

abrangentes, realizadas conforme necessidade técnica identificada, a execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Administração, as quais definirão os trechos, prioridades e tipos de intervenção a serem executados.

O regime de execução da presente contratação será o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se pela responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, dentro das condições estabelecidas no instrumento contratual.

Considerando a natureza contínua, dinâmica e variável dos serviços de manutenção viária, especialmente das atividades de tapa-buraco, executadas de forma recorrente, e das intervenções de recomposição asfáltica mais abrangentes, realizadas conforme necessidade técnica identificada, a execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Administração, as quais definirão os trechos, prioridades e tipos de intervenção a serem executados.

Ressalta-se que a execução por demanda, por meio de Ordens de Serviço, não descaracteriza o regime de empreitada por preço global, uma vez que a contratação se refere ao conjunto integrado dos serviços necessários à manutenção da malha viária, e não à execução isolada de itens unitários.

4.1.DIRETRIZES GERAIS DA SOLUÇÃO

A solução técnica adotada consiste na execução de serviços de engenharia voltados à restauração funcional da camada de rolamento asfáltica, mediante a aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), associado a técnicas de fresagem, pintura de ligação e recomposição localizada do pavimento.

As intervenções têm como finalidade:

- Restabelecer as condições de trafegabilidade, conforto e segurança dos usuários;
- Corrigir patologias superficiais e localizadas do pavimento;
- Impermeabilizar a camada estrutural, evitando infiltração de água;
- Preservar a integridade da base e sub-base existentes;
- Prolongar a vida útil do pavimento, com base na lógica de custo do ciclo de vida.

A solução será executada em conformidade com normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pelo DNIT e pela ABNT, garantindo padronização, qualidade e desempenho adequado ao tráfego local.

4.2.CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução adotada considera o ciclo de vida do pavimento, priorizando intervenções que maximizem a durabilidade e reduzam a necessidade de reconstruções futuras.

- **Vida Útil de Projeto (VUP):**

- Os serviços de recomposição asfáltica do tipo “tapa-buraco” deverão apresentar durabilidade mínima de 90 (noventa) dias. Já os serviços de recapeamento asfáltico deverão ser executados de modo a garantir vida útil mínima de 1 (um) ano, condicionada ao adequado funcionamento do sistema de drenagem da via.

- **Estratégia de Manutenção:**

A atuação preventiva e corretiva sobre patologias iniciais evita a evolução para falhas estruturais, reduzindo significativamente o custo global do ativo ao longo do tempo.

- **Sustentabilidade:**

A solução incorpora diretrizes de sustentabilidade de caráter obrigatório, fundamentadas na Lei nº 14.133/2021 e nas normativas ambientais vigentes:

Gestão de Resíduos e Economia Circular (Resolução CONAMA nº 307/2002):

- O material proveniente da fresagem mecanizada (RAP – RECLAIMED ASPHALT PAVEMENT) é classificado como resíduo de Classe B.
- **Destinação Final:** O material deverá ser 100% transportado e entregue no pátio da Secretaria de Infraestrutura. Este material será integralmente reaproveitado pela Administração como camada de revestimento primário em vias rurais e secundárias, reduzindo a extração de recursos naturais virgens.

- **Controle de Glosa:** A comprovação do transporte e entrega do volume fresado é condição sine qua non para o atesto da medição, mediante apresentação de Relatório de Transporte de Resíduos (RTR).

Controle de Emissões Atmosféricas (Resolução CONAMA nº 491/2018):

- A Contratada deverá apresentar e manter um plano de manutenção preventiva da frota e maquinário pesado, visando o controle de emissão de poluentes e fumaça preta, garantindo a qualidade do ar durante as intervenções em áreas urbanas adensadas.

Prevenção de Contaminação de Solo e Água:

- Durante a aplicação da pintura de ligação (RR-2C), a Contratada deverá adotar medidas de proteção mecânica para impedir que a emulsão asfáltica atinja bocas de lobo, galerias de águas pluviais ou corpos d'água adjacentes.

Dessa forma, a solução está plenamente alinhada aos princípios da economicidade (pelo reuso de materiais), eficiência e desenvolvimento sustentável.

4.3.ESCOPO E ETAPAS EXECUTIVAS DA SOLUÇÃO

A execução da solução compreende um conjunto integrado de serviços de engenharia, organizados em etapas sequenciais e interdependentes, incluindo:

- Fresagem mecanizada do pavimento existente, quando necessária, para remoção de camadas deterioradas e regularização da superfície;
 - Limpeza e preparação da área de intervenção, garantindo condições adequadas de aderência entre camadas;
 - Aplicação de pintura de ligação com emulsão asfáltica, assegurando a perfeita colagem entre a base existente e a nova camada;
 - Fornecimento e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com controle tecnológico de temperatura, espessura e acabamento;
 - Execução de serviços de tapa-buraco, com recomposição localizada de áreas degradadas, incluindo recorte, limpeza, pintura de ligação e compactação;
 - Transporte de materiais, mobilização de equipamentos e suporte operacional necessários à execução.
-
- A definição das intervenções observará critérios técnicos de priorização estabelecidos pela fiscalização, considerando o estado de conservação das vias e o nível de comprometimento da trafegabilidade.
 - As atividades de manutenção corretiva pontual serão executadas de forma contínua, enquanto as intervenções de maior abrangência serão programadas conforme a evolução das condições do pavimento e a necessidade identificada pela Administração.
 - Dessa forma, a execução dos serviços ocorre de maneira integrada, dentro de um planejamento operacional flexível, compatível com a natureza dinâmica da manutenção viária, não se caracterizando como execuções autônomas por item, mas como partes interdependentes de uma solução única de engenharia, preservando a unidade do objeto contratual.

4.4.CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E ACEITABILIDADE

A solução adotada deverá atender a critérios técnicos de desempenho e qualidade, assegurando a adequada execução dos serviços e a durabilidade das intervenções.

A aceitação dos serviços estará condicionada à verificação dos seguintes aspectos:

- Regularidade superficial e ausência de defeitos visíveis, como segregação, exsudação ou desagregação;
- Atendimento às espessuras mínimas especificadas;
- Controle da temperatura de aplicação do CBUQ;
- Aderência adequada entre as camadas executadas;

- Conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

Adicionalmente, os serviços estarão sujeitos a controle tecnológico e fiscalização contínua, garantindo que os resultados atendam às condições de tráfego e às exigências de segurança viária.

O atesto dos serviços, para fins de recebimento, considerará o cumprimento das Ordens de Serviço emitidas, mediante verificação da conformidade técnica das etapas executadas e da aderência ao escopo contratual, não se caracterizando como aferição de itens isolados, mas como avaliação do desempenho e da execução do objeto como um todo.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos essenciais para a contratação e execução dos serviços são detalhados a seguir:

a) Requisitos técnicos e de qualificação

- **Qualificação Técnica:** A empresa contratada deverá possuir registro ativo e regular no CREA e indicar responsável técnico legalmente habilitado para acompanhamento e execução dos serviços, devendo comprovar sua capacidade técnico-operacional mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica devidamente registrado(s) no CREA, que demonstre(m) experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto, especialmente manutenção e recomposição asfáltica com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), exigindo-se, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e considerando os serviços de maior relevância técnica e financeira (Curva A), a comprovação de execução mínima correspondente a 50% dos respectivos quantitativos, conforme demonstrado abaixo.

DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	50%
EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (AQUISIÇÃO EM USINA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF_12/2020	m³	4.000,00	2.000,00
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m³	3.200,00	1.600,00

- **Equipe Técnica:** A equipe técnica responsável deverá contar com profissionais qualificados e devidamente habilitados, incluindo, obrigatoriamente: Engenheiro Civil com registro ativo no CREA. Com comprovação de experiência em pavimentação asfáltica e manutenção viária, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) compatível com os serviços a serem executados.
- **Subcontratação:** Será admitida a subcontratação parcial de até 30% do contrato, mediante aprovação da Administração, sendo expressamente vedada a subcontratação do núcleo técnico (fresagem e aplicação de CBUQ) para garantir o controle tecnológico, a unidade operacional e a responsabilidade técnica integral sobre o pavimento.
- **Local de Execução:** Os serviços serão executados por demanda, conforme programação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes, abrangendo toda a sede do Município de Barreiras – BA, bem como a zona rural onde houver pavimentação asfáltica implantada e necessidade de intervenção técnica.

b) Requisitos de Execução e Materiais

- **Materiais:** Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços de manutenção e recomposição asfáltica deverão atender rigorosamente às especificações das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e às especificações do DNIT aplicáveis à pavimentação asfáltica, especialmente no que se refere ao Concreto Betuminoso Usinado a

Quente (CBUQ), emulsão asfáltica para pintura de ligação e agregados minerais, devendo apresentar características técnicas compatíveis com a aplicação prevista, garantindo desempenho, aderência, durabilidade e resistência ao tráfego;

- **Execução:** Os serviços deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas constantes no Projeto Básico/Termo de Referência, bem como as normas técnicas pertinentes (ABNT, DNIT) e as boas práticas de engenharia de pavimentação, garantindo a adequada fresagem da área deteriorada, limpeza da superfície, aplicação uniforme da pintura de ligação, correta espessura da camada de CBUQ e compactação dentro dos parâmetros técnicos exigidos, assegurando regularidade superficial, nivelamento compatível com o pavimento existente e durabilidade das intervenções realizadas;
- **Segurança do Trabalho:** A contratada será integralmente responsável pela implementação de todas as medidas de segurança do trabalho durante a execução dos serviços, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NR's), fornecendo os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's) necessários, promovendo treinamentos e garantindo condições seguras de operação de máquinas, equipamentos e circulação nas áreas em intervenção;
- **Sinalização dos Serviços:** As áreas onde houver execução de serviços deverão ser devidamente sinalizadas, tanto durante a realização das intervenções quanto enquanto persistirem condições que possam oferecer risco aos usuários da via, garantindo a segurança de trabalhadores, pedestres e condutores de veículos, em conformidade com as normas de sinalização viária e engenharia de tráfego aplicáveis;
- **Garantia:** Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos quanto a vícios decorrentes de falhas de execução, respondendo a contratada pela qualidade e durabilidade das intervenções realizadas, sem prejuízo das responsabilidades técnicas e legais previstas na legislação vigente.

A contratação deverá observar prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a estimativa das quantidades a serem contratadas, elaborada com base no histórico de consumo da Secretaria Municipal de Infraestrutura, especialmente considerando as medições do Contrato nº 129/2021 e o levantamento técnico das condições atuais da malha viária do Município de Barreiras – BA.

A estimativa considera a natureza contínua e por demanda dos serviços, sendo os quantitativos definidos com base na recorrência das intervenções, extensão da malha viária e comportamento das patologias do pavimento.

6.1. QUADRO RESUMIDO DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS

1			ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES		1
1.1	CP - INFRA 002	Próprio	Administração Local	MES	12
1.2	CP - INFRA 003	Próprio	Desmobilização e Mobilização (Demanda)	MES	12
2			EXECUÇÃO DE TAPA BURACO E RECAPEAMENTO		1

2.1	104387	SINAPI	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (AQUISIÇÃO EM USINA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF_12/2020	m³	4000
2.2	95995	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m³	3200
2.3	96001	SINAPI	FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, COM LARGURA DA VIA MAIOR QUE 6,00 M E MENOR OU IGUAL 10,00 M, EM LOCAIS COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_10/2025	m²	80000
3			TRANSPORTE DE MATERIAL		1
3.1	CP - INFRA 001	Próprio	Transporte e aplicação de emulsão asfáltica RR-2C para pintura de ligação, inclusive fornecimento do material e equipamentos.	m²	80000
3.2	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	96000
4			AQUISIÇÃO DE MATERIAL		1
4.1	INFRA003	Próprio	EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C (ANP + tributos)	T	18

6.2.MEMÓRIA DE CÁLCULO (SÍNTESE)

A definição dos quantitativos foi baseada em parâmetros técnicos objetivos, dados históricos de execução contratual e critérios operacionais compatíveis com a realidade da manutenção viária urbana e rural do Município de Barreiras – BA, conforme detalhado abaixo:

6.2.1. PARÂMETROS E REFERÊNCIAS

- **Histórico:** Execução do Contrato nº 129/2021 e registros operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- **Composições:** Oficiais SINAPI/BA (04/2026) e SICRO3/BA (01/2026);
- **Manual de Pavimentação do DNIT e Especificações DNIT para CBUQ e Pintura de Ligação;**
- **Distância:** Média de Transporte (DMT) estimada em 8 km;
- **Conversão técnica:** Mediante densidade média ponderada de 2,56 t/m³, conforme composições SINAPI 104387 e 95995.

Memória de Cálculo dos Itens Principais

1. Massa Asfáltica (CBUQ) – Total: 18.432 Toneladas

- **Operação Tapa-Buraco (4.000 m³):**

$$4.000 \times 2,5548 = 10.219,20$$

Resultado: 10.219,20 toneladas de CBUQ destinadas à execução de correções localizadas, recuperação de painéis e intervenções em áreas críticas da malha viária.

- **Recapeamento Asfáltico (3.200 m³):**

$$3.200 \times 2,5664 = 8.212,48$$

Resultado: 8.212,48 toneladas de CBUQ destinadas à recomposição funcional da camada de rolamento em trechos contínuos.

- **Massa Total de CBUQ:**

$$7.200 \times 2,56 = 18.432$$

Resultado total estimado: 18.432 toneladas.

2. Pintura de Ligação (RR-2C): 86.400 Kg

- **Área estimada para aplicação:**

Área estimada de 144.000 m² compatibilizada com os volumes previstos de recomposição asfáltica.

$$A = 7.200 / 0,05 = 144.000 \text{ m}^2$$

- **Consumo de Emulsão RR-2C:**

$$144.000 \times 0,60 = 86.400$$

Resultado: 86.400 kg de emulsão asfáltica RR-2C, considerando taxa média de aplicação de 0,60 kg/m² conforme parâmetros técnicos do DNIT.

3. Transporte de Material (TKM): 150.000 TKM

- **Cálculo do transporte de CBUQ:**

$$18.432 \times 8 = 147.456$$

Resultado calculado: 147.456 TKM.

- Alterações de rota;
- Deslocamentos improdutivos;
- Mudanças de frente de serviço;
- Interferências urbanas e congestionamentos.

4. Fresagem de Pavimento: 80.000 m²

- **Volume estimado de material fresado:**

$$80.000 \times 0,04 = 3.200$$

Resultado: 3.200 m³ de material fresado, considerando espessura média de 4 cm, compatível com os serviços de recomposição da camada de rolamento.

5. Conclusão do Dimensionamento

Os quantitativos apresentados possuem nexos causais diretos com a necessidade pública de manutenção da malha viária urbana e rural do Município de Barreiras – BA, apresentando compatibilidade matemática, operacional e técnica com os serviços previstos na contratação.

O dimensionamento adotado garante previsibilidade orçamentária, exequibilidade operacional e suporte técnico adequado à futura execução contratual sob regime de empreitada por preço global.

6.2.2 – CONSOLIDAÇÃO HISTÓRICA DA DEMANDA

Complementarmente à metodologia de dimensionamento apresentada, a estimativa dos quantitativos foi fundamentada em dados históricos reais de execução contratual, especialmente aqueles decorrentes do Contrato nº 129/2021, que teve por objeto a prestação de serviços similares de manutenção asfáltica no âmbito do Município de Barreiras – BA.

A análise das medições, relatórios operacionais e registros históricos da Secretaria Municipal de Infraestrutura demonstrou consumo total aproximado de 7.475,95 m³ de massa asfáltica ao longo de 12 (doze) meses de execução contratual.

Com base nesses dados, apurou-se média mensal aproximada de 623,00 m³ de CBUQ, evidenciando comportamento recorrente da demanda por serviços de tapa-buraco, recuperação funcional e recomposição da camada de rolamento.

Ressalta-se que a execução dos serviços apresenta variação significativa ao longo do exercício, especialmente em função de fatores sazonais, notadamente durante o período chuvoso, que impacta diretamente na deterioração do pavimento e no aumento das intervenções corretivas emergenciais.

Dessa forma, os quantitativos estimados no presente Estudo Técnico Preliminar não se limitam à média histórica observada, incorporando margem técnica operacional destinada à absorção de picos de demanda e ampliação temporária das frentes de serviço, assegurando continuidade, eficiência e segurança operacional da manutenção viária municipal.

A utilização de dados históricos reais oriundos do Contrato nº 129/2021 confere elevada rastreabilidade, aderência à realidade operacional do Município e maior robustez técnica ao dimensionamento adotado, mitigando riscos de subdimensionamento, descontinuidade dos serviços ou insuficiência contratual durante a vigência da futura contratação.

6.3.JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS

Os quantitativos estimados são compatíveis com a necessidade de manutenção da malha viária urbana e rural do Município, garantindo:

- Cobertura adequada das demandas recorrentes;
- Capacidade de resposta rápida às ocorrências emergenciais (tapa-buraco);
- Preservação da infraestrutura existente;
- Redução de custos futuros com reconstruções estruturais.

Ressalta-se que, em razão da natureza contínua e não totalmente previsível das intervenções, os quantitativos possuem caráter estimativo, podendo variar conforme a necessidade da Administração, sem prejuízo do limite do valor global da contratação.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no princípio da economicidade, observando rigorosamente as diretrizes estabelecidas na **Lei nº 14.133/2021**, bem como as boas práticas aplicáveis à orçamentação de obras e serviços de engenharia, utilizando-se sistemas oficiais de referência e parâmetros técnicos compatíveis com a realidade do mercado regional.

Metodologia e Individualização dos Sistemas de Referência

A metodologia adotada baseou-se na utilização de sistemas de custos reconhecidos pela Administração Pública, combinados com composições próprias, de modo a assegurar precisão, rastreabilidade e aderência aos preços efetivamente praticados. Para garantir a clareza orçamentária, os fundamentos foram assim individualizados:

- **SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil):** Adotado como referência principal para a elaboração do orçamento base, por se tratar de sistema oficial amplamente aceito pelos órgãos de controle e alinhado às diretrizes federais.
- **Sistemas Auxiliares (SEINFRA, EMBASA e ORSE):** Fontes complementares utilizadas para a definição de coeficientes de produtividade de mão de obra, equipamentos e itens de logística não plenamente contemplados no SINAPI, adequando o orçamento às condições operacionais da Bahia e do Sergipe.

Justificativa das Composições Próprias (CPUs)

A adoção de composições próprias justifica-se pela necessidade de adequar o orçamento às particularidades do objeto, especialmente quanto à execução por demanda, à logística de transporte de massa asfáltica e às condições operacionais locais.

- **Insumo Emulsão Asfáltica RR-2C:** O valor de referência foi obtido com base em dados atualizados da **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**, garantindo transparência e aderência aos valores reais de mercado de derivados de petróleo.
- **CP-INFRA 001 (Transporte e Aplicação):** Consolida os custos da pintura de ligação, incluindo equipamentos e insumos específicos.
- **CP-INFRA 002 (Administração Local):** Define a estrutura mínima de equipe técnica e suporte, compatível com a natureza contínua dos serviços.
- **CP-INFRA 003 (Mobilização e Desmobilização):** Estabelece os custos de implantação e retirada das frentes de serviço para o regime de demanda.

BDI – Benefícios e Despesas Indiretas

O orçamento contempla a aplicação de BDI, devidamente demonstrado na planilha orçamentária anexa, incorporando despesas administrativas, encargos sociais, tributos, seguros, riscos e margem de remuneração. A estrutura do BDI observa os parâmetros adotados pela Administração Pública e as orientações do **Acórdão nº 2622/2013-TCU**.

Resumo Orçamentário

A planilha orçamentária detalhada integra o presente processo, contendo composições analíticas, memórias de cálculo e quantitativos estimados. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 16.858.631,34** (dezesesseis milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e quatro centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
1.0	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 158.550,48
2.0	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO E RECAPEAMENTO	R\$ 15.657.400,00
3.0	TRANSPORTE DE MATERIAL	R\$ 951.200,00
4.0	AQUISIÇÃO DE MATERIAL	R\$ 91.480,86
TOTAL GERAL		R\$ 16.858.631,34

8. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação tem como objetivos:

- Melhorar as condições de trafegabilidade da malha viária urbana e rural, **com foco na regularidade da superfície e na fluidez do tráfego;**

- Reduzir riscos de acidentes **decorrentes de patologias no pavimento**;
- Aumentar a vida útil do pavimento, **garantindo a durabilidade dos reparos executados**;
- Reduzir custos de manutenção futura, **por meio de intervenções preventivas e corretivas eficazes**;
- Preservar o patrimônio público existente, **assegurando a integridade da infraestrutura viária**. A avaliação do alcance desses resultados será realizada por meio de metas de desempenho, considerando indicadores como a regularidade da superfície, a ausência de patologias e a durabilidade dos reparos executados, conforme previsto no Termo de Referência.

9. ANÁLISE DE SOLUÇÕES

Foram avaliadas as seguintes alternativas:

- I. Execução direta pela Administração:** Mostra-se inviável em razão da inexistência de estrutura operacional adequada, incluindo usina de CBUQ, equipamentos e equipe técnica permanente. O Município não dispõe de parque de máquinas, usina de CBUQ, equipe técnica operacional permanente e logística adequada para execução contínua e tempestiva dos serviços em escala compatível com a demanda municipal (urbana e rural) existente.
- II. Empresa Especializada:** A contratação de empresa especializada, por outro lado, garante a preservação estrutural da malha viária, a segurança e fluidez do tráfego, e a economicidade ao evitar a necessidade de reconstrução total do pavimento, conforme detalhado na justificativa da contratação.

Dessa forma, opta-se pela **contratação de empresa especializada**.

10. ADEQUAÇÃO SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução de engenharia adotada consiste na execução de serviços de manutenção e recomposição asfáltica com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), em trechos deteriorados da malha viária, mediante intervenções pontuais identificadas pela equipe técnica.

Trata-se de solução proporcional à necessidade diagnosticada, garantindo o restabelecimento da trafegabilidade, segurança viária e durabilidade do pavimento.

A adequação fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- **Fundamentação Técnica:** O CBUQ é técnica amplamente consolidada na engenharia de pavimentação, indicada para correção de patologias localizadas;
- **Compatibilidade com a Necessidade:** As patologias identificadas são predominantemente superficiais, não demandando reconstrução total;
- **Viabilidade Operacional:** Existe disponibilidade de empresas especializadas no mercado regional;
- **Eficiência e Economicidade:** A execução por demanda permite melhor controle e racionalização dos recursos públicos.

11. RESULTADOS ESPERADOS E BENEFÍCIOS

A execução dos serviços de manutenção e recomposição asfáltica da malha viária urbana e rural resultará em benefícios diretos e indiretos para a população e para a infraestrutura do município de Barreiras/BA.

6.1.RESULTADOS ESPERADOS

A contratação deverá proporcionar a recuperação eficiente dos trechos deteriorados, assegurando qualidade técnica na execução, aumento da vida útil do pavimento e redução da reincidência de patologias nas áreas intervenientes.

- **Melhoria das Condições de Trafegabilidade:** Restabelecimento da regularidade superficial do pavimento, eliminando buracos e deformações que comprometem a circulação segura de veículos e pedestres.
- **Aumento da Durabilidade do Pavimento:** Execução com CBUQ e controle tecnológico adequado, proporcionando maior resistência às cargas de tráfego e às intempéries.
- **Redução de Intervenções Emergenciais:** Diminuição da necessidade de ações corretivas imediatas e paliativas, promovendo maior previsibilidade na gestão da infraestrutura viária.
- **Maior Eficiência na Aplicação de Recursos Públicos:** Intervenções direcionadas às áreas prioritárias, com controle técnico e medição adequada dos serviços executados.

6.2.BENEFÍCIOS

Os benefícios da contratação e execução dos serviços são multifacetados:

CATEGORIA	BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS
Segurança	Redução do risco de acidentes causados por irregularidades no pavimento, proporcionando maior estabilidade e segurança aos usuários das vias públicas.
Saúde Pública	Minimização de poeira, lama e acúmulo de água em trechos deteriorados, reduzindo riscos sanitários e contribuindo para melhores condições ambientais urbanas e rurais.
Mobilidade Urbana e rural	Melhoria no fluxo de veículos e transporte público, com redução de congestionamentos e aumento da eficiência na circulação.
Economia	Diminuição dos custos com manutenção de veículos, redução do consumo de combustível e maior eficiência logística para atividades comerciais e de serviços.
Infraestrutura	Preservação e valorização da malha viária existente, evitando degradação acelerada e necessidade de reconstruções estruturais mais onerosas no futuro.
Social	Melhoria da qualidade de vida da população, fortalecimento da percepção de cuidado com o espaço público e valorização das áreas urbanas e rurais beneficiadas.

A execução dos serviços de manutenção e recomposição asfáltica da malha viária urbana e rural promoverá a melhoria da mobilidade, a segurança viária e a qualidade da infraestrutura, consolidando o transporte como um vetor de desenvolvimento socioeconômico sustentável para o município.

12. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO E A NÃO APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

Conforme o Art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto é a regra geral nas licitações, visando ampliar a competitividade e otimizar a alocação de recursos. No entanto, a mesma legislação prevê exceções quando a divisão do objeto se mostrar tecnicamente inviável, economicamente desvantajosa ou puder causar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

No presente caso, a contratação para a execução de serviços de manutenção e recomposição asfáltica da malha viária urbana e rural do Município de Barreiras – BA não será parcelada. Esta decisão fundamenta-se na natureza intrínseca e interdependente dos serviços que compõem o objeto, os quais formam um sistema estrutural único e indivisível. O parcelamento da contratação, neste contexto, acarretaria as seguintes desvantagens e inviabilidades:

Inviabilidade Técnica: A divisão dos serviços em lotes distintos dificultaria a compatibilização entre as diferentes etapas de execução (fresagem, aplicação de CBUQ, pintura de ligação, transporte de materiais e operação tapa-buraco), comprometendo a uniformidade técnica e a qualidade final do pavimento. Os serviços de manutenção asfáltica configuram um sistema único e integrado, e a fragmentação das etapas entre diferentes fornecedores geraria risco direto à integridade do conjunto, uma vez que a falha em uma etapa comprometeria a durabilidade de todo o pavimento. A fragmentação da responsabilidade técnica entre múltiplos contratados poderia gerar conflitos de interface e dificultar a identificação de responsabilidades em caso de falhas construtivas.

Perda de Economia de Escala: O parcelamento resultaria na perda de ganhos de escala, aumentando os custos de mobilização e desmobilização de equipes e equipamentos para cada lote. Além disso, a aquisição de materiais em volumes menores pode implicar em preços unitários mais elevados, tornando a contratação globalmente mais onerosa para a Administração Pública.

Complexidade na Gestão e Fiscalização Contratual: A gestão de múltiplos contratos para um objeto intrinsecamente interligado demandaria um esforço administrativo e de fiscalização significativamente maior, com a necessidade de coordenação de diferentes cronogramas, equipes e padrões de execução. Isso poderia gerar atrasos, retrabalhos e dificuldades na aplicação de sanções, em detrimento da eficiência e da economicidade.

Comprometimento da Responsabilidade Técnica Integral: A execução por uma única empresa garante a responsabilidade técnica integral pela qualidade e durabilidade de todo o serviço, desde a preparação da base até a finalização da camada asfáltica. O parcelamento diluiria essa responsabilidade, dificultando a atribuição de falhas e a exigência de reparos.

Assim, a contratação em lote único assegura a unidade do projeto, a economia de escala, a responsabilidade técnica integral, a otimização do cronograma de execução e a simplificação da gestão e fiscalização do contrato, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a manutenção asfáltica exige uma logística técnica rigorosa do CBUQ. A fragmentação do objeto entre diferentes empresas em uma mesma área urbana e rural comprometeria o controle tecnológico e a rastreabilidade da massa asfáltica aplicada, dificultando a responsabilização civil em caso de vício construtivo. Quanto ao tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), previsto no Art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, manifesta-se pela não aplicação da reserva de cotas de 25%. A natureza dos serviços de recomposição asfáltica exige unidade logística e operacional, onde a fragmentação do objeto em diferentes empresas comprometeria a padronização técnica da massa asfáltica (CBUQ Faixa C) e a agilidade na execução das frentes de serviço, justificando-se a exceção prevista no Art. 49, inciso II, da mesma lei.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Para a efetivação da contratação e a garantia da execução adequada dos serviços de manutenção e recomposição asfáltica, a Administração Municipal de Barreiras deverá adotar as seguintes providências, em conformidade com o Art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021:

- **Gestão de Demandas e Ordens de Serviço (O.S.):** Estabelecer um fluxo dinâmico para a identificação de patologias asfálticas e a imediata emissão de Ordens de Serviço. A Secretaria deverá priorizar os trechos de maior fluxo e segurança viária, definindo com clareza o objeto de cada intervenção (seja tapa-buraco pontual ou recapeamento com fresagem).
- **Rigor na Medição e Aferição de Quantitativos:** Implementar sistemática de medição "in loco" logo após a execução de cada ordem de serviço. A fiscalização deve conferir as áreas (m²) e

volumes/tonelagens efetivamente aplicados, garantindo que o faturamento corresponda estritamente ao serviço realizado, conforme as planilhas de referência (SINAPI/SICRO).

- **Controle de Qualidade e Conformidade Técnica:** Manter estrutura de fiscalização capacitada para acompanhar a execução dos serviços, exigindo da contratada:
 - Limpeza e esquadreamento adequados dos buracos/valas;
 - Controle de temperatura do **CBUQ** no momento da aplicação;
 - Verificação da taxa de aplicação da **pintura de ligação** para evitar o descolamento da capa asfáltica.
- **Logística e Mobilização de Equipes:** Assegurar que os canais de comunicação com a contratada permitam a mobilização de equipes e equipamentos em tempo hábil, tanto para a área urbana e rural quanto para as demandas de suporte em áreas de expansão, evitando o agravamento dos danos na malha viária.
- **Gestão de Saldo Contratual e Orçamentária:** Monitorar continuamente o consumo do saldo do contrato/ata, garantindo que haja disponibilidade orçamentária para o
- atendimento das demandas sazonais (especialmente no período pós-chuvas, quando a incidência de buracos aumenta drasticamente).

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação para a execução de serviços de manutenção e recomposição asfáltica da malha viária urbana e rural do Município de Barreiras – BA não possui, no presente momento, contratações correlatas ou interdependentes que impactem diretamente sua execução ou funcionalidade, além daquelas intrínsecas à própria natureza do serviço de manutenção viária. A manutenção asfáltica configura-se como um serviço contínuo e autônomo, essencial para a preservação da infraestrutura já consolidada.

É fundamental, contudo, que a Administração mantenha um planejamento integrado da infraestrutura urbana e rural, considerando que a malha viária se interliga com outros sistemas, como drenagem, sinalização e iluminação pública. A coordenação entre as diversas secretarias e órgãos municipais é crucial para garantir que as intervenções de manutenção asfáltica estejam alinhadas com o desenvolvimento e a conservação de toda a infraestrutura da cidade. Qualquer futura contratação que possa ter interdependência funcional com a manutenção asfáltica deverá ser devidamente identificada e justificada no respectivo Estudo Técnico Preliminar, conforme o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Em conformidade com o **Art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021**, a execução dos serviços de manutenção e recomposição asfáltica deverá observar as seguintes medidas mitigadoras para os impactos identificados:

- **Gestão de Resíduos Sólidos (Material de Fresagem e Entulho de Recorte):**
 - **Impacto:** Geração de resíduos da construção civil provenientes da remoção do pavimento degradado.
 - **Medidas:** Segregação na fonte e transporte para local de transbordo e triagem (ATT) ou aterro de resíduos da construção civil licenciado. Priorizar a reutilização do material fresado em vias secundárias, devendo ser entregues no pátio da Secretaria de Infraestrutura para reutilização em vias secundárias, conforme diretrizes da Secretaria e do Termo de Referência.

Referência: Resolução CONAMA nº 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil). Vigente e consolidada pelas Resoluções 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015.

- **Controle de Emissões Atmosféricas e Gases:**

- **Impacto:** Emissão de material particulado (poeira) na fresagem e varredura, além de vapores de hidrocarbonetos durante a aplicação do CBUQ e pintura de ligação.
- **Medidas:** Umidificação de áreas que gerem poeira excessiva; manutenção rigorosa dos sistemas de exaustão e filtros dos caminhões e equipamentos; controle da temperatura de aplicação da massa asfáltica para evitar a pirólise (queima) do ligante, bem como o controle rigoroso da temperatura de usinagem para evitar a queima excessiva do ligante, conforme previsto no Termo de Referência.

Referência: Resolução CONAMA nº 491/2018 (Dispõe sobre padrões de qualidade do ar). Substituiu a antiga Resolução 03/1990.

- **Prevenção de Contaminação por Efluentes e Ligantes Betuminosos:**

- **Impacto:** Escoamento acidental de emulsão asfáltica ou óleos para o sistema de drenagem e corpos hídricos (Bacia do Rio Grande).
- **Medidas:** Vedação temporária de bocas de lobo em áreas de aplicação de pintura de ligação; proibição estrita de lavagem de bicos espargidores e ferramentas em via pública; manutenção preventiva contra vazamentos hidráulicos nas máquinas.

Referência: Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e Resolução CONAMA nº 430/2011 (Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes).

- **Impacto Sonoro e Segurança do Entorno:**

- **Impacto:** Ruído contínuo de máquinas pesadas em áreas densamente povoadas e riscos de acidentes de trânsito.
- **Medidas:** Execução dos serviços em horário comercial ou horários autorizados pela municipalidade; uso de equipamentos com silenciadores revisados; sinalização ostensiva conforme normas de segurança viária.

Referência: NBR 10151:2019 Errata 1:2020 (Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas).

- **Uso Racional de Recursos Naturais:**

- **Impacto:** Consumo de agregados minerais e ligantes derivados de petróleo.
- **Medidas:** Planejamento logístico para redução de distâncias de transporte (redução da pegada de carbono); aferição precisa das taxas de espalhamento de massa e ligante para evitar desperdício de matéria-prima.

Referência: Resolução CONAMA nº 401/2008 e princípios da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - fomento à ecoeficiência).

16. MATRIZ DE RISCO

O gerenciamento de riscos abaixo consolida as ameaças à execução contratual, estabelecendo níveis de criticidade e o plano de tratamento focado na prevenção e mitigação, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

16.1. MATRIZ DE RISCOS E PLANO DE TRATAMENTO

ID	RISCO	PROB. (1-5)	IMP. (1-5)	NÍVEL	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
----	-------	----------------	---------------	-------	-----------------------

RISCO 01	Elaboração inadequada do Termo de Referência / Projeto Básico	3	5	15 (ALTO)	Suspensão do certame para correção do TR e republicação do edital.
RISCO 02	Pesquisa de preços inconsistente ou defasada	3	4	12 (MÉDIO)	Revisão da planilha orçamentária e retificação do edital antes da homologação.
RISCO 03	Restrição indevida à competitividade	2	5	10 (MÉDIO)	Suspensão do processo e adequação das cláusulas restritivas.
RISCO 04	Falha na definição da modalidade e critério de julgamento	2	4	8 (MÉDIO)	Retificação do instrumento convocatório e republicação.
RISCO 05	Ausência de previsão adequada de matriz de riscos	2	4	8 (MÉDIO)	Ajuste contratual por termo aditivo justificando a redistribuição de riscos.
RISCO 06	Subdimensionamento do quantitativo estimado	3	5	15 (ALTO)	Aditivo contratual dentro dos limites legais ou nova contratação complementar.
RISCO 07	Impugnações e recursos administrativos excessivos	4	3	12 (MÉDIO)	Análise célere dos recursos e eventual republicação com ajustes.

ID	RISCO	PROB. (1-5)	IMP. (1-5)	NÍVEL	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
RISCO 08	Atraso na Execução das Ordens de Serviço	4	4	16 (ALTO)	Aplicação de multa moratória e reprogramação das frentes de serviço.

RISCO 09	Baixa Qualidade na Aplicação do CBUQ	3	5	15 (ALTO)	Rejeição do serviço e reexecução às custas da contratada.
----------	--------------------------------------	---	---	--------------	---

RISCO 10	Insuficiência de Equipe ou Equipamentos	3	4	12 (MÉDIO)	Notificação formal para recomposição imediata da estrutura operacional.
RISCO 11	Condições Climáticas Adversas (Chuvas Intensas)	5	4	20 (ALTO)	Suspensão formal do prazo das OS e reprogramação sem ônus adicional.
RISCO 12	Variação Excessiva de Preços de Insumos (CAP/Emulsão)	3	4	12 (MÉDIO)	Análise técnica e formalização de reequilíbrio econômico-financeiro, se comprovado.
RISCO 13	Descumprimento de Obrigações Trabalhistas	2	5	10 (MÉDIO)	Retenção de pagamentos até regularização.
RISCO 14	Interferência em Redes de Utilidade Pública	2	4	8 (MÉDIO)	Comunicação imediata à concessionária e reparo conforme responsabilidade apurada.
RISCO 15	Falha na Medição e Atesto dos Serviços	3	4	12 (MÉDIO)	Revisão da medição e instauração de procedimento administrativo, se necessário.
RISCO 16	Inadimplemento Contratual Grave / Abandono de Obra/serviços	2	5	10 (MÉDIO)	Rescisão contratual e execução da garantia.

ID	RISCO	PROB. (1-5)	IMP. (1-5)	NÍVEL	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
RISCO 17	Recebimento provisório sem verificação técnica adequada	3	4	12 (MÉDIO)	Instauração de procedimento de revisão técnica e notificação para correção imediata.
RISCO 18	Identificação tardia de vícios construtivos (pós-entrega)	2	5	10 (MÉDIO)	Notificação da contratada para reparo imediato ou execução da garantia contratual.
RISCO 19	Liberação indevida da garantia contratual	2	4	8 (MÉDIO)	Abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade.
RISCO 20	Glosas ou questionamentos posteriores por órgãos de controle	3	5	15 (ALTO)	Defesa técnica fundamentada e eventual instauração de tomada de contas especial.
RISCO 21	Não formalização do recebimento definitivo	2	3	6 (MÉDIO)	Regularização documental imediata com despacho formal da autoridade competente.

RISCO 22	Desequilíbrio financeiro apurado apenas ao final do contrato	2	4	8 (MÉDIO)	Análise técnica e jurídica antes do encerramento contratual.
RISCO 23	Falta de avaliação de desempenho da contratada	3	3	9 (MÉDIO)	Registro formal no processo administrativo para consulta futura.

16.2.GESTÃO E MONITORAMENTO

A gestão dos riscos será responsabilidade da fiscalização da Secretaria de Infraestrutura, que utilizará as **Ações Preventivas** como prioridade para garantir a eficiência e a continuidade do serviço público.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção e recomposição asfáltica da malha viária urbana e rural do Município de Barreiras – BA é plenamente adequada, viável e necessária para o atendimento da necessidade de interesse público identificada. A solução proposta está em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, bem como com as boas práticas de engenharia e gestão pública.

A contratação se mostra adequada pelos seguintes motivos:

- **Atendimento à Necessidade Pública:** A manutenção da malha viária é fundamental para garantir a mobilidade urbana e rural, a segurança de condutores e pedestres, o escoamento da produção local e o acesso a serviços essenciais, conforme detalhado no item 1. A deterioração do pavimento compromete diretamente esses aspectos, justificando a urgência e a relevância da intervenção.
- **Fundamentação Técnica Sólida:** A solução de engenharia, baseada na aplicação de CBUQ e técnicas de fresagem e tapa-buraco, é consolidada e tecnicamente eficaz para a correção das patologias identificadas, proporcionando durabilidade e resistência ao tráfego. A exigência de qualificação técnica da contratada e de sua equipe garante a execução dos serviços com o padrão de qualidade requerido.

Economicidade e Eficiência: A contratação visa preservar o patrimônio público já investido em pavimentação, evitando a evolução de patologias que demandariam custos de recuperação exponencialmente maiores no futuro. A execução por

- demanda, com fiscalização rigorosa, assegura a aplicação direcionada dos recursos e a otimização do investimento público, alinhando-se ao princípio da economicidade.
- **Conformidade Legal:** O processo de contratação está sendo conduzido em estrita observância à Lei nº 14.133/2021, desde a fase de planejamento (ETP) até a futura licitação e execução contratual. As providências a serem adotadas pela Administração garantem a legalidade, a transparência e a segurança jurídica do processo.
- **Mitigação de Riscos:** A análise de riscos preliminar e a proposição de medidas de contingência e mitigação demonstram o planejamento da Administração para lidar com eventuais adversidades, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços.

Em suma, a contratação é um imperativo para a manutenção da infraestrutura viária, a segurança da população e a gestão eficiente dos recursos públicos, refletindo o compromisso da Administração com o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável do município.

18. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação é considerada **VIÁVEL** sob os aspectos técnico, orçamentário e legal.

- Viabilidade Técnica: Existência de solução consolidada e mercado apto;
- Viabilidade Orçamentária: Compatibilidade com preços de referência e previsão de recursos;
- Viabilidade Legal: Atendimento à Lei nº 14.133/2021.

A contratação também se mostra **RAZOÁVEL**, considerando que os benefícios superam os custos envolvidos.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que a solução adotada é a mais adequada para atendimento da necessidade pública, garantindo segurança viária, durabilidade do pavimento e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A contratação está devidamente fundamentada sob os aspectos técnico, econômico e legal, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório.

Barreiras/BA, 18 de maio de 2026.

TIAGO DE CARVALHO XAVIER

Assessor de Gabinete – Gestor de Contratos
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes
Prefeitura Municipal de Barreiras

ANEXO III
MINUTA CONTRATUAL

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA URBANA E RURAL, COMPREENDENDO FRESAGEM, APLICAÇÃO DE CBUQ, PINTURA DE LIGAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E OPERAÇÃO TAPA-BURACO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS – BA**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 2873/2026, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

4.1. Do Procedimento de Entrega e Conferência

4.1.1. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser entregues ao setor competente do Município para controle e processamento, obrigatoriamente acompanhadas dos Boletins de Medição que contenham o demonstrativo

detalhado da execução dos serviços asfálticos, devidamente atestados pela fiscalização da Secretaria de Infraestrutura.

4.1.2. O pagamento será realizado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do protocolo da documentação completa e devidamente atestada no setor competente.

4.2. Critérios de Medição dos Serviços

4.2.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base nos quantitativos efetivamente executados, conforme os itens e preços unitários constantes da planilha orçamentária contratual, acompanhadas obrigatoriamente por:

- Relatório fotográfico do 'antes' e 'depois' de cada trecho.
- Croqui de localização e área (m²) ou volume (m³) calculado.

4.2.2. Os serviços serão medidos por unidade de medida pertinente (tonelada, m² ou m³), devidamente aferidos pela fiscalização, acompanhados de boletins de medição, relatórios fotográficos e controle tecnológico.

4.2.3. O pagamento será proporcional aos quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, respeitando os valores unitários da proposta vencedora.

4.3. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

4.3.1. Para efeito de pagamento, a administração consultará a regularidade da empresa junto ao SICAF. Caso constem documentos vencidos ou a empresa não esteja cadastrada no sistema, deverão ser apresentados os seguintes documentos atualizados:

- FGTS: Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecido pela Caixa Econômica Federal (Lei nº 8.036/1990);
- Fazenda Estadual e Municipal: Certidões de regularidade do domicílio ou sede da contratada;
- Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- CNDT: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (ou positiva com efeitos de negativa) expedida pela Justiça do Trabalho.

4.4. Das Pendências e Prazos

4.4.1. Havendo alguma pendência impeditiva para a realização do pagamento (erros na nota fiscal, ausência de certidões ou falta de atesto técnico), o prazo será interrompido.

4.4.2. Para fins de contagem, será considerada como data de apresentação da fatura aquela em que ocorrer a efetiva regularização da pendência por parte da contratada, sem ônus financeiro para o Município.

4.5. Da Ordem Cronológica e Retenções

4.5.1. O pagamento observará a estrita ordem cronológica de exigibilidade, conforme o Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.2. A Administração poderá descontar do pagamento o valor de multas eventualmente aplicadas em decorrência de falhas na execução ou atrasos injustificados no cronograma de obras.

CLÁUSULA QUINTA- REAJUSTE DE PREÇOS

5.1. Do Reajuste de Preços (Art. 92, §3º da Lei nº 14.133/2021)

5.1.1. Os preços contratados são fixos e irrealizáveis pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de apresentação da proposta/orçamento.

5.1.2. O reajuste contratual será concedido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, nos termos do **Art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021**, observando-se:

5.1.2.1. **Periodicidade:** Os preços serão reajustados anualmente, contados a partir da data de apresentação da proposta.

5.1.2.2. **Índice Aplicável:** A variação será calculada com base no **INCC – Índice Nacional da Construção Civil**, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice setorial que venha a substituí-lo, por refletir de forma mais adequada a variação dos custos de serviços de engenharia e pavimentação asfáltica.

5.1.2.3. Na ausência do índice, poderá ser utilizado o SINAPI, SICRO ou outro banco de dados setorial aplicável à pavimentação.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

6.1. Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

6.2. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

6.2.1. Caso haja elevação significativa e imprevisível dos insumos derivados de petróleo (**CAP e emulsão**), devidamente comprovada por análise técnica e financeira que demonstre o rompimento da equação econômico-financeira original, poderá ser instaurado procedimento administrativo para reequilíbrio, nos termos da legislação vigente.

6.2.2. A solicitação de reequilíbrio deverá ser instruída com notas fiscais de compra, tabelas de preços de fornecedores e demonstração analítica do impacto no custo unitário dos serviços, sendo vedada a concessão de reequilíbrio para variações ordinárias de mercado já cobertas pelo índice de reajuste anual.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

7.1. A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

7.2. O regime de execução da presente contratação será o de **empreitada por preço global**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, no qual a contratada se responsabiliza pela execução integral do objeto pelo valor contratado.

7.3. A adoção da Empreitada por Preço Global justifica-se pela precisão do planejamento e pelo levantamento técnico detalhado constante na Memória de Cálculo (Item 5.3.1 deste TR), que permite a definição robusta do objeto. Conforme fundamentado no ETP (Item 1.2), o regime global garante a responsabilidade integral da contratada pela entrega da solução completa e durável, mitigando riscos de aditivos por variações quantitativas e assegurando a economia de escala necessária para a operação de maquinário pesado e usina de CBUQ.

7.4. A contratação caracteriza-se como **serviço de engenharia**, executado conforme solicitação, de caráter recorrente, necessário à manutenção da infraestrutura viária urbana e rural do Município.

7.5. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme as demandas identificadas pela Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço (OS), que definirão os locais e as intervenções a serem realizadas.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidor (es) da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, formalmente designado (s), por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Município.

8.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme **Art. 115** da referida lei.

8.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias registradas mediante apostilamento, conforme **Art. 115, §5º** da Lei nº 14.133/2021.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, conforme previsto no **Art. 117** da Lei nº 14.133/2021.

8.5. O fiscal do contrato manterá registro próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as providências necessárias para a regularização de faltas ou defeitos observados, nos termos do **Art. 117, §1º** da Lei nº 14.133/2021.

8.6. O fiscal do contrato deverá informar a seus superiores, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência, conforme **Art. 117, §2º** da Lei nº 14.133/2021.

8.7.O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou das técnicas empregadas, conforme **Art. 119** da Lei nº 14.133/2021.

8.8.O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não sendo essa responsabilidade reduzida ou excluída pela fiscalização ou acompanhamento da Administração, conforme **Art. 120** da Lei nº 14.133/2021.

8.9.O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não sendo transferida à Administração qualquer responsabilidade decorrente de eventual inadimplência, conforme **Art. 121** da Lei nº 14.133/2021.

8.10.As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, podendo, excepcionalmente, ser utilizados meios eletrônicos oficiais quando a natureza do ato assim permitir, garantindo a celeridade nas decisões de campo.

8.11.A Administração poderá convocar representante da contratada sempre que necessário para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em trechos que apresentem riscos à segurança viária.

8.12.Emissão e Controle das Ordens de Serviço (OS)

8.12.1 As solicitações de serviços serão realizadas por meio de Ordem de Serviço, emitida pela fiscalização, devendo conter, no mínimo:

- a) Identificação da unidade solicitante;
- b) Número do processo administrativo, contrato e pregão;
- c) Tipo de serviço solicitado (**Tapa-buraco, Fresagem ou Recomposição Asfáltica**);
- d) Quantitativo estimado (**m² ou toneladas**);
- e) Período/prazo para conclusão;
- f) Local de operação (logradouro em Barreiras-BA);
- g) Justificativa do uso.

8.12.2. **Parágrafo único.** O atendimento às requisições deverá ocorrer de acordo com a disponibilidade contratada e priorização definida pela fiscalização da SEINFRA.

8.13.Designação dos Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA	SUPLENTE	MATRICULA
Gestor do Contrato	Tiago de Carvalho Xavier	67.400	João Araújo de Sateles	53.605
Fiscal de Contrato	Pedro Alves Moreno junior	67.006	Antônio Vitor Araújo Sousa	64.955

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1.O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2.Por se tratar de serviço de engenharia de natureza contínua e serviço é essenciais para a manutenção da malha viária e segurança pública, a vigência poderá ser prorrogada sucessivamente por períodos iguais ou inferiores, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 106 da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como serviço contínuo nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.A prorrogação estará condicionada à demonstração da vantajosidade econômica para a Administração, à manutenção das condições de habilitação da contratada e à existência de dotação orçamentária para os exercícios subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.Mobilizar equipes e maquinário (Vibroacabadora, Rolos, Caminhão Espargidor e Fresadora) no prazo de **10 (dez) dias úteis** após a primeira Ordem de Serviço.

10.2.Responsabilizar-se integralmente pela **sinalização de segurança** (cones, placas, barreiras) e isolamento das frentes de trabalho, respondendo civil e criminalmente por acidentes causados por sinalização deficiente.

10.3.Manter Engenheiro Residente habilitado (CREA-BA) para acompanhamento dos serviços e emissão das respectivas ARTs de execução.

10.4.Realizar a limpeza diária dos locais de intervenção, garantindo que restos de massa asfáltica ou resíduos de fresagem não obstruam o sistema de drenagem pluvial (bocas de lobo).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Emitir as Ordens de Serviço (OS) detalhando o local, o objeto e os quantitativos estimados para cada intervenção.

11.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, incluindo o apoio de agentes de trânsito em vias de alto fluxo, quando solicitado formalmente.

11.3. Fiscalizar rigorosamente a execução, realizando medições mensais e efetuando os pagamentos conforme as faturas devidamente atestadas.

11.4. Notificar formalmente a Contratada sobre quaisquer irregularidades observadas na execução ou na qualidade dos materiais aplicados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

12.1.Local de Execução, Recebimento e Condições de Disponibilização

12.1.1.Os serviços serão executados nos logradouros públicos da zona urbana e rural do Município de Barreiras–BA, conforme o cronograma de prioridades definido pela Secretaria de Infraestrutura.

12.1.2.O recebimento dos serviços seguirá o rito do **Art. 140 da Lei nº 14.133/2021**, ocorrendo de forma **Provisória** (em até 15 dias da comunicação de conclusão da OS) para aferição técnica, e **definitiva** (em até 90 dias após o provisório), após a verificação da estabilidade do pavimento sob tráfego.

12.1.3. A aferição dos serviços executados será realizada pela fiscalização, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

12.2.DA GARANTIA E QUALIDADE

12.2.1.A Contratada deverá garantir a integridade dos serviços executados (recapeamento e tapa-buraco) pelo prazo mínimo de **03 (três) meses para tapa-buraco e 1 ano para recapeamento**, respondendo por defeitos decorrentes de falhas na execução ou má qualidade dos insumos (exsudação, desagregação ou trilhas de roda precoces).

12.2.2.Todo o CBUQ aplicado deve atender à **Faixa "C" do DNIT**, com temperatura mínima de chegada na pista de **120°C**. Materiais que não atingirem este padrão serão rejeitados sem ônus ao Município.

12.2.3.A Contratada deverá realizar e apresentar ensaios de laboratório (teor de betume e granulometria) sempre que solicitado pela fiscalização.

12.3.Requisitos de Execução (Estrutura Física e Operacional) A licitante vencedora deverá comprovar a disponibilidade da estrutura abaixo no momento da assinatura do contrato (Art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021):

12.3.1.1. ESTRUTURA FÍSICA (BASE DE APOIO/CANTEIRO): Dispor de base física organizada em local que permita atendimento ágil às demandas de Barreiras-BA, contendo:

12.3.1.1.1. Instalações Administrativas: Espaço para coordenação técnica e gestão de ordens de serviço.

12.3.1.1.2. Área de Armazenamento: Local seguro para estoque de insumos (emulsão, agregados) e equipamentos.

12.3.1.1.3. Segurança e Sinalização: Estrutura para manutenção dos itens de sinalização viária de segurança.

12.3.1.1.4. ESTRUTURA OPERACIONAL (EQUIPAMENTOS MÍNIMOS): Garantir disponibilidade contínua de:

12.3.1.1.5. Fresadora de asfalto mecanizada; Caminhão térmico e Caminhão espargidor; Vassoura mecânica; Vibroacabadora de asfalto; Caminhões basculantes; Rolo compactador de chapa vibratório e Rolo de pneus.

12.3.1.1.6. SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL: * Apresentação de **PGR, PCMSO e LTCAT** com validade vigente.

12.3.1.1.7. Comprovação de vínculo da equipe mínima e certificados de cursos de **NR 11** (transporte e manuseio de materiais) e **NR 12** (segurança em máquinas e equipamentos).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

13.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

14.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, o contratado que:

- m) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- n) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- o) Der causa à inexecução total do contrato;
- p) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- q) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- r) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- s) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- t) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou execução do contrato;
- u) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- v) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- w) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- x) Praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846/2013**.

15.2. Das Sanções Administrativas

15.2.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, conforme **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**:

- V. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- VI. **Impedimento de licitar e contratar com o Município**, quando praticadas as condutas previstas nas alíneas **b, c, d, e, f e g** do item anterior, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**, sempre que não se justificar a aplicação de penalidade mais grave.
- VII. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas previstas nas alíneas **h, i, j, k e l**, ou quando as condutas descritas nas alíneas **b, c, d, e, f e g** justificarem penalidade mais grave, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**.
- VIII. **Multa**, que poderá ser aplicada nas seguintes modalidades:
 - d) **Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso** na execução do contrato, calculada sobre o valor do contrato;
 - e) **Multa adicional de 2% (dois por cento)** a partir do **16º (décimo sexto) dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso**;
 - f) **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato no caso de **inexecução total do objeto**.

15.3. Reparação de Danos

15.3.1. A aplicação das sanções previstas neste Termo **não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração**, conforme **art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021**.

15.3.2. Aplicação Cumulativa das Penalidades

Todas as sanções previstas poderão ser **aplicadas cumulativamente com a multa**, conforme **art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021**.

15.3.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será assegurado ao interessado **direito à ampla defesa e ao contraditório**, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, conforme **art. 157 da Lei nº 14.133/2021**.

15.3.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor eventualmente devido pela Administração ao contratado, a diferença será **descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente**, conforme **art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021**.

15.3.5. Antes do encaminhamento para cobrança judicial, a multa poderá ser **recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contado da comunicação da autoridade competente.

15.4. Processo Administrativo

15.4.1. A aplicação das sanções ocorrerá mediante **processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa**, observando-se o procedimento previsto no **art. 158 da Lei nº 14.133/2021**, especialmente para as penalidades de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade.

15.5. Critérios para Aplicação das Penalidades

15.5.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- f) A natureza e gravidade da infração;
- g) As peculiaridades do caso concreto;
- h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- i) Os danos causados à Administração;
- j) A existência ou aperfeiçoamento de **programa de integridade**, quando aplicável.

15.6. Infrações Relacionadas à Lei Anticorrupção

15.6.1. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133/2021**, que também configurem atos lesivos previstos na **Lei nº 12.846/2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, conforme **art. 159 da Lei nº 14.133/2021**.

15.6.2. Desconsideração da Personalidade Jurídica

15.6.3. A personalidade jurídica da contratada poderá ser **desconsiderada** quando utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos, podendo as sanções ser estendidas aos **administradores, sócios ou empresas coligadas**, conforme **art. 160 da Lei nº 14.133/2021**.

15.7. Registro das Sanções

15.7.1. A Administração deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas nos seguintes cadastros:

- **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**
- **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP** conforme previsto no art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

15.8. Reabilitação

15.8.1. As sanções de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade** poderão ser objeto de **reabilitação**, conforme disposto no **art. 163 da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada, de forma expressa, pela Administração. Para tanto, a contratada deverá submeter à fiscalização a indicação da (s) empresa (s) a ser (em) subcontratada (s), acompanhada da documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, trabalhista e de sua capacidade técnica compatível com as parcelas a serem executadas, ficando a autorização condicionada à análise e aprovação formal da Administração.

18.2. A subcontratação não exime a contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo como única responsável pela execução integral do objeto, inclusive quanto à qualidade dos serviços, cumprimento dos prazos e atendimento às exigências técnicas estabelecidas, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, além de eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

18.3. Fica expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, especialmente os serviços de fresagem do pavimento e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), os quais deverão ser executados diretamente pela contratada, em razão de sua criticidade para o desempenho, durabilidade e controle tecnológico da obra, assegurando-se, assim, a padronização executiva, a rastreabilidade dos processos e a responsabilidade técnica direta sobre as etapas essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: 03.14.01 - Sec. Mun. De Infraestr. Obras, Serviços Públicos e Transporte

Projeto/Atividade: 1053 – Pavimentação Requalificação e Urbanização de Vias

Projeto/Atividade: 1058 – Infraestrutura de Apoio ao Transporte e Sinalização Viário

Classificação da Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

20.1. A licitante vencedora deverá prestar garantia para a execução do contrato, no prazo de **10 (dez) dias úteis** após a convocação para assinatura, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do contrato.

20.2. A garantia contratual responderá pelo pagamento de multas administrativas aplicadas e por eventuais prejuízos causados à Administração de Barreiras por falhas na manutenção asfáltica.

20.3. Da Atualização e Liberação

20.3.1.A garantia deverá ser atualizada nas mesmas proporções em que ocorrerem reajustes ou aditivos de valor ao contrato.

20.3.2.A liberação ou restituição da garantia ocorrerá somente após a execução satisfatória do objeto e a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, desde que não haja pendências de multas ou indenizações em aberto.

20.4. Das Regras para Seguro-Garantia

20.4.1.Caso a contratada opte pelo Seguro-Garantia, a apólice deverá ter validade igual ou superior à vigência do contrato e deverá ser renovada em caso de prorrogação dos serviços, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Barreiras/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VI
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(Em papel timbrado da empresa)

[Denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[Endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXX				

OBSERVAÇÕES:

1- Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.